

Intervenção no Bairro do Barruncho

Espaço Público em Territórios Autoproduzidos

Jorge Daniel Gonzaga

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura

(Mestrado integrado)

Orientadora: Prof.^a Doutora Patrícia Santos Pedrosa

setembro de 2020

Folha em branco

Resumo

A presente investigação teórico-prática, tem como objeto de estudo a intervenção no Bairro do Barruncho localizado em Odivelas, inserido no PER e na ACRRU, questionando o espaço público e o que este acarreta na relação com os usuários e levantando a questão da viabilidade quanto aos métodos de intervenção urbana em territórios autoproduzidos.

Os objetivos definidos para o projeto visaram dar respostas e soluções para o fenómeno dos assentamentos clandestinos, tendo em consideração a grande complexidade urbana, a sua origem, as consequências sociais, culturais, económicas e étnicas do Bairro, relevando a importância que o espaço público tem enquanto elemento gerador e organizador da relação humana. Através da análise espacial e temporal, observa-se que durante décadas existiu uma lenta resposta para o tratamento da problemática da construção clandestina, onde as respostas institucionais e os instrumentos de planeamento e gestão do território tardam, e exigem uma extensa burocracia e logística. A presente situação do Bairro do Barruncho, apresenta problemas e desarticulações na maioria das relações que estabelece com a envolvente e nas relações internas ao bairro, isto conduz à urgência de encontrar soluções de reabilitação.

Desta forma, conclui-se que o Espaço Público é um dos elementos mais afetados neste contexto, sendo que este é fundamental ao bem-estar de uma comunidade, considerando-se pertinente refletir o sistema de intervenção em áreas urbanas de génese ilegal, assim apresenta-se o espaço público como elemento estratégico na reabilitação e requalificação, sendo possível demonstrar a importância de pensar as intervenções no espaço coletivo como uma estratégia da reabilitação de áreas urbanas clandestinas, em articulação com a promoção da boa forma urbana e paisagista, em prol da diminuição dos problemas sociais, económicos e urbanos, contribuindo positivamente para uma cidade mais justa.

Palavras-chave

Territórios autoproduzidos; bairros informais; autoconstrução; espaço público.

Folha em branco

Abstract

The present investigation has as its object of study the intervention in Bairro do Barruncho located in Odivelas, inserted in PER and ACRRU, questioning the public space and what it entails in the relationship with users and raising the question of viability regarding the methods of urban intervention in self-produced territories.

The objectives defined for the project aimed to provide answers and solutions to the phenomenon of illegal settlements, taking into account the great urban complexity, its origin, the social, cultural, economic and ethnic consequences of the Neighborhood, highlighting the importance that the public space has as a generating and organizing element of the human relationship. Through spatial and temporal analysis, it is observed that for decades there has been a slow response to the problem of clandestine construction, where institutional responses and instruments for planning and management of the territory take time, and require extensive bureaucracy and logistics. The present situation of Bairro do Barruncho, presents problems and disarticulations in most of the relations that it establishes with the surroundings and in the internal relations to the neighborhood, this leads to the urgency to find rehabilitation solutions. In this way, it is concluded that the Public Space is one of the elements most affected in this context, and this is fundamental to the well-being of a community, considering it pertinent to reflect the intervention system in urban areas of illegal genesis, thus presenting the public space is a strategic element in the rehabilitation and requalification, showing the importance of thinking about interventions in the collective space as a strategy for the rehabilitation of clandestine urban areas, in conjunction with the promotion of urban and landscape fitness, in favor of reduction of social, economic and urban problems, contributing positively to a fairer city.

Keywords

Self-produced territories; informal neighborhoods; self-construction; public place.

Folha em branco

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I - Habitar (n)o Limiar	5
1.1. Territórios Autoproduzidos	6
1.2. Situação Histórica em Portugal	13
1.3. Direito e Justiça Espacial.....	18
1.4. Espaço Público em Contexto Autoproduzido.....	23
1.5. Obras de Referência.....	27
Capítulo II - O Bairro Visto de Fora	36
2.1 Enquadramento histórico.....	38
2.2 Enquadramento Físico e Geográfico	40
2.3 Enquadramento Social.....	46
Capítulo III - O Bairro Visto de Dentro	52
3.1 Morfologias e Tipologias do Edificado	53
3.2 Espaço Público Existente.....	59
3.3 Comunidade.....	62
Capítulo IV - Proposta.....	64
4.1. Programa.....	69
4.2 Associação Comunitária	71
4.3 Parque Público.....	73
4.4 Hortas Comunitárias	75
4.5 Acessos e Percursos.....	78
4.6 Conclusão	80
Bibliografia.....	84
Anexos.....	88
Entrevistas.....	89

Intervenção no Bairro do Barruncho. Espaço Público em Territórios Autoproduzidos	
Apêndices	94

Folha em branco

Introdução

A problemática dos territórios autoproduzidos assume-se como um modo bastante complexo de intervenção urbanística e arquitetónica. O direito à habitação e à justiça espacial e urbana, além de se constituírem como uma necessidade básica para a vida das comunidades, representam também uma das mais legítimas aspirações do ser humano. A origem e natureza dos bairros clandestinos transmite uma visão sem distorções da condição urbana nestas comunidades. Neste sentido, é aqui estudado o espaço público que sempre moldou a qualidade da vida humana, determinado pelas suas próprias necessidades, leis, valores e parâmetros, este tem um papel demasiado importante e decisivo no direito espacial e a uma urbanização salubre e digna.

Habitar o espaço é uma questão que assume um universo infinito de perguntas, mas por vezes um intuitivo extenso número de respostas, a realidade dos assentamentos clandestinos que permite uma construção e urbanização forçada na necessidade de habitar o espaço traduz várias problemáticas. Neste universo encontramos o ser e o estar, dimensões do ser humano que se projetam na arquitetura em modos de apropriação do espaço e que são, a expressão do próprio ser e a sua maneira de estar.

Esta dissertação tem os seguintes objetivos principais. Por um lado, procura compreender e refletir acerca dos domínios, modos de autoconstrução, do habitar e importância do espaço público em contexto clandestino – investigar para melhor intervir. Para isso estão implícitos um conjunto de outros objetivos tais como: o estudo e análise do espaço público em ACRRU, a identificação de padrões e morfologias espaciais, contextualização geográfica, histórica e social da área de intervenção.

Por outro lado, propõem-se desenvolver soluções arquitetónicas que sejam capazes de contribuir para o apoio da comunidade de génese ilegal do bairro do Barruncho em Odivelas, propondo um desenho formal de articulação entre o espaço público e a envolvente construída, utilizando uma lógica de interação e integração desta ilha urbana perante ela própria e com a malha que a rodeia.

Através do presente documento, propõe-se a investigação desta problemática da construção de paisagens e territórios de génese ilegal, do modo de habitar o espaço público o seu uso e reflexão, interessa compreender esta realidade, produto das

necessidades humanas, com o objetivo de melhorar a qualidade do espaço público. Procura-se obter um conhecimento mais amplo e profundo da temática em causa, com o intuito de propor e desenhar uma identidade comunitária adequada ao programa proposto. Pretende-se, assim, estudar e investigar as problemáticas e potencialidades da área do Bairro do Barruncho e, partindo dessa análise, fundamentar o conjunto de soluções urbanas e arquitetónicas adotadas que se baseiam na sustentabilidade, integração e na interação, como impulsionadoras da regeneração urbana e social. A ideia é potencializar a zona em causa através da revitalização e valorização do seu tecido urbano, com a criação de uma associação comunitária, equipamentos e o tratamento do espaço público, como ruas, pátios comunitários e percursos. Os enormes problemas urbanos desta zona, a complexidade topográfica, a diversidade de elementos que este território comporta, a consolidação urbana, viária e pedonal por resolver, bem como as condicionantes geradas pelas barreiras sociais observadas nestas malhas urbanas, foram as razões que levaram a optar por esta zona. Procura-se ao longo deste trabalho perceber de que forma é que espaço público contribui para a relação física e simbólica da comunidade e de que forma é que esse conhecimento pode ser utilizado no projeto de intervenção para o Bairro do Barruncho. Com a formação de uma estratégia projetual enquadrada com base em referências e casos de estudos específicos nesta temática. Com a finalidade de combater a imagem negativa associada aos bairros informais, é importante encontrar soluções e modos sustentáveis para a sua promoção, consolidação e requalificação para o desenvolvimento de um espaço público mais digno e salubre que seja gerador de relações sociais urbanas e económicas, fomentando a autossuficiência.

O trabalho aqui exposto desenvolveu-se pela elaboração de um documento teórico com uma componente de pesquisa e investigação orientada para a análise da realidade e o desenvolvimento de um Projeto Urbano, com o tratamento e produção de programas e estratégias arquitetónicas e urbanísticas. Partindo da recolha e tratamento de informação para a concretização do enquadramento teórico da temática em análise, servindo também como fundamento às decisões projetuais realizadas. Efetuou-se uma pesquisa bibliográfica, com recurso a livros, teses, artigos científicos, publicações *online* e revistas relevantes para o tema em discussão. Foram recolhidos dados sobre a natureza dos territórios autoproduzidos e o modo de pensar o espaço coletivo, com o intuito de compreender os diferentes sistemas espaciais, de comunicação, sua

hierarquia, usos e funções. Foram realizados estudos e levantamentos mais específicos. Analisando de forma sucinta o Bairro do Barruncho e a envolvente, recorrendo a uma pesquisa bibliográfica e a uma recolha de dados e documentos técnicos e históricos relativos a esta, nomeadamente: a caracterização biofísica da área de intervenção, da mobilidade e da estrutura edificada.

Após a caracterização da zona do bairro do Barruncho, elaboraram-se estratégias com o intuito de promover a fixação da população e novas formas de articulação urbana. Desenvolveu-se, assim, uma proposta arquitetónica no tecido urbano. Para um rigor e coerência na projetual, tendo em conta que se pretendia projetar uma solução arquitetónica, inserida na malha urbana real, teve-se em conta o Plano Diretor Municipal de Odivelas de setembro de 2015. Por fim, é de salientar que a realização deste trabalho ocorreu num período em contexto de pandemia (Covid-19), confinamento e isolamento social, dificultando a recolha e levantamentos de dados atualizados e até a realização de visitas e interações com a comunidade e a área em estudo, originando um trabalho de pesquisa realizada maioritariamente com recurso a internet e dissertações acerca do tema.

O trabalho aqui exposto divide-se em quatro capítulos, sendo o primeiro intitulado “Habitar (n) o Limiar”, destinado ao desenvolvimento do estado de arte da temática abordada, organizada em cinco subcapítulos que suportam o enquadramento teórico necessário para o desenvolvimento da parte prática de projeto. Este aborda o fenómeno da autoprodução, investigando o seu processo de origem e desenvolvimento, os seus atores, causas e problemas desde o proclamado direito espacial até as características que o espaço coletivo assume neste contexto de clandestinidade. O seu desenvolvimento realizou-se a partir do levantamento bibliográfico. O segundo capítulo – “O Bairro visto de fora” –, organiza-se na caracterização histórica geográfica e social do local de intervenção, aqui é elaborada uma contextualização da do território, analisando os processos de criação, desenvolvimento e transformação. Destaca-se a leitura de relatórios, análise e levantamentos de dados. No terceiro é elaborada uma contextualização física e arquitetónica da área de intervenção, analisando as características físico-urbanas do local.

Por fim no último capítulo corresponde a aplicação prática dos conhecimentos por meio da exposição e explicação da proposta apresentada. Com a apresentação da proposta,

numa primeira fase são descritos os princípios e objetivos da intervenção resultantes análise realizada, seguidamente explica-se o programa e a estratégia projectual, descrevendo o modo como o espaço público será intervencionado para requalificação do Bairro, enquadrando em aspetos teóricos abordados. Na conclusão é desenvolvida uma reflexão critica do projeto, confrontando as diretrizes propostas, apresentando uma reflexão que indique os aspetos positivos da proposta e as limitações e barreiras que esta constitui.

Por último informa-se que que todas as figuras, desenhos, esquemas ou fotografias que surgem sem indicação de fonte bibliográfica pertencem ao autor e que o formato bibliográfico utilizado foi o APA, na sua 6.^a versão.

Capítulo I - Habitar (n)o Limiar



Figura 1- Esquiço da vista parcial do bairro.

1.1. Territórios Autoproduzidos

“Conceptualizando a produção de territórios autoproduzidos, a literatura apresenta conceitos vários, de etimologia essencialmente descritiva, que coexistem para explicar um mesmo fenómeno. Apresentam-se por oposição dialética à cidade dita formal, consolidada, num debate (demasiado?) polarizado entre o legal/ilegal, formal/informal, regular/irregular.” (Lages, 2017, p. 13)

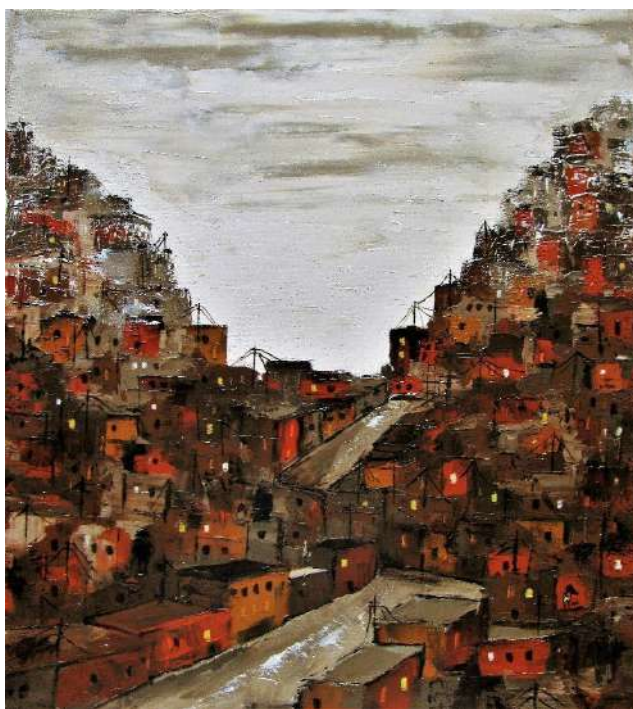


Figura 2 - Favela Hills, Patrick Bornemann, 2018. (Bornemann, 2018)

Tipologicamente, a definição de territórios autoproduzidos, ilegais ou informais encontra-se bem definida. A leitura das suas variantes poderá, no entanto, conduzir a significados e termos diferentes, mas conectados entre si. O termo informal, quando associado ao urbanismo, caracteriza uma área definida pela ausência de estrutura urbana consolidada e salubre, por oposto ao formal e dito estruturado planeamento urbano [Fig.3], este termo, não será o mais correto pois induz no erro de ditar um contexto sem forma aos territórios autoproduzidos, devido ao significado de informal -

sem forma. A cidade chamada de informal refere contextos e padrões de tecido urbano irregulares ao nível da morfologia urbana onde existe falta de equipamentos, serviços e infraestruturas básicas, por vezes implantados em localizações menos adequadas ao desenvolvimento urbano. (Lages, 2017, p. 13)



Figura 3 - Favela em Jacarta, Indonésia, Jonathan McIntosh, 2016. (McIntosh, 2016)

Caracterizando o tema, este, toma vários conceitos e termos associados que se interligam entre si, desde termos mais científicos até termos populares designam-se: territórios de génese ilegal, territórios informais, territórios periféricos, bairro de “barracas”, bairros de “lata” e favela. O conceito de território autoproduzido apresenta-se interligado com a ideia de informalidade e clandestinidade, referindo um urbanismo realizado na ausência de um planeamento, normas e regras que se opõe ao formal e estruturado planeamento urbano. Estes territórios apresentam padrões irregulares na sua morfologia urbana, por vezes implantadas em áreas menos adequadas ao desenvolvimento da urbe, onde existe falta de equipamentos, serviços e infraestruturas básicas. (Lages, 2017, p. 13) A escolha do termo “autoprodução” afasta a terminologia “génese ilegal”, usada em Portugal. A denominação “génese ilegal” trata o conceito de legalidade, mas não o carácter legítimo, no plano do direito da habitação. Auto remete para aquilo que é espontâneo, funciona e se concretiza no campo da necessidade, revelando que o Estado e o planeamento urbano estiveram ausentes no processo inicial de urbanização, deixando os grupos sociais com

menores recursos na posse das decisões de contruir habitar e urbanizar o território. Na relação do termo génese ilegal, sublinha-se valor ao termo produção que dignifica a energia e pensamento dos produtores.” (Lages, 2017, p. 14)

Origem do fenómeno

A cidade e os territórios autoproduzidos, surgem no início da história da humanidade, na necessidade de abrigo, então torna-se evidente que “a origem do fenómeno da construção ilegal, espontânea e informal resulta sobretudo da necessidade de “habitar”, de encontrar um lugar para morar adequado às condições económicas.” Com o crescimento e evolução da sociedade, este conceito torna-se insustentável, devido ao crescimento populacional, urbano e consumista, que de forma descontrolada e desequilibrada, gera desigualdades e assimetrias sociais causadas pela má distribuição dos recursos urbanos e económicos. As diferenças sociais, tornam inacessível o processo de adquirir uma casa ou propriedade, e conduz, a uma única solução que se traduz nas formas mais elementares de construção, a construção de um abrigo ou uma barraca. (Teixeira, 2014, p. 12)

Caracteriza-se o bairro de génese ilegal como um assentamento que se inicia segundo um processo irregular e ilegal de ocupação do solo, e conseqüentemente também a construção e auto urbanização do este também pode relacionar-se ou surgir através de um “aglomerado de origem mais antiga comparativamente com o bairro de génese ilegal.” O assentamento informal corresponde aos primeiros assentamentos e construções, geralmente precárias, que mais tarde vão sendo consolidadas dando origem ao bairro de génese ilegal, ao qual já pode ser associado e observado um maior grau de consolidação. A sua formação é um ato contínuo no tempo, e a forma apresenta-se sempre inacabada. (Teixeira, 2014, pp. 12-13)

Segundo a definição da organização não governamental (ONG) *Un-Habitat*, “cities are, more often than not, divided by invisible borders. These split the “centre” from the “off-centre”, or the “high” from the “low”.” (Un-Habitat O. , 2010, p. 3) Este fenómeno urbano de produção e construção de cidade segundo dois padrões opostos [Fig.4], entende-se como uma ação antagónica e problemática face ao processo de planeamento urbano e territorial. A Un-Habitat tem alertado para esta realidade que atinge a

organização e funcionamento polarizado das cidades: “The urban divide does not just refer to a fragmented space or a community riven by socio-economic disparities. More often than not, economic lines of divide tend to coincide with social, cultural and political barriers.” (Un-Habitat O. , 2010, p. 12)



Figura 4 – Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil. (Nijdam, 2008)

Os territórios autoproduzidos no mundo são organizados na sua forma espacial e social, refletindo várias diferenças problemáticas, experimentadas pelas suas populações: das quais o status socioeconômico precário é a mais marcante para o aparecimento destes locais. A partir da avaliação do espaço urbano e do estudo de várias cidades dos países em desenvolvimento no mundo aponta a pobreza, marginalização e a fragmentação da sociedade como problemas comuns a estes territórios, marcando diferenças na forma como espaço e a sociedade são produzidos, apropriados, transformados e utilizados. Estas áreas são caracterizadas por privação severa de condições urbanas, moradia precária, serviços inexistentes, e um escasso investimento de capital em infraestrutura pública. “Essas diferenças tangíveis no acesso surgem como sintomas das divisões intangíveis e duradouras da sociedade que distribuem oportunidades e liberdades desiguais entre os residentes.” (Un-Habitat O. , 2010, p. 12)

As periferias urbanas encontram-se, normalmente, exteriores ao perímetro consolidado, ou seja, em torno do espaço urbano planeado sendo nestas áreas que existem e se

assentam as construções informais, assim cria-se condições para um sentimento de falta de identidade e marginalização que normalmente corresponde a uma segregação socioeconómica. (Lobo, 1999, p. 67) Nos territórios periféricos e periurbanos é comum a procura e ocupação de terrenos menos valorizados, no entendimento do crescimento urbano, os seus processos e transformações geram no território, mudanças e reorganizações, onde as zonas antes definidas como periféricas, desaparecem para dar lugar à expansão da cidade e dos tecidos urbanos. Com a expansão da urbe, muitos destes assentamentos autoproduzidos, ocupam após a sua formação uma posição mais estratégica, valorizada e disputada por interesses e estratégias originados devido a consolidação da sua envolvente. Como consequência, ocorre uma valorização e potencial dos valores dos terrenos ocupados por estas malhas autoproduzidas. (Teixeira, 2014, pp. 23, 24)

Concebendo a cidade como um organismo vivo, multidimensional, na compreensão do fenómeno de urbanização pela autoprodução, observa-se que esta ação é o resultado de um conjunto de forças de poder, social, económico e político presente nos territórios, não se podendo cingir apenas ao resultado da prática urbanística, confinada no seu campo disciplinar. (Lages, 2017, p. 19)

Situação Histórica Atual

Na atualidade mais de 30% da população urbana mundial vive em territórios informais, prevendo que metade do crescimento urbano futuro será informal, elevando a população de moradores para dois bilhões até 2030. Com as várias crises sociais, económicas e urbanas o urbanismo informal irá expandir-se ainda mais rápido que o previsto. “A arquitetura moderna, na educação, terá fracassado se não preparar a próxima geração de arquitetos para o desafio do urbanismo informal.” (Werthmann, 2009, p. 34)

Atualmente esta realidade é bastante presente e comum nas cidades, com uma evolução rápida e massiva, devido a inexistência de regras ou planos e a forte carência habitacional, que se originou por meio da autoconstrução ilegal, “sendo identificadas (no contexto português) por: Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) caracterizando um território sem ordenamento, impreciso e não consolidado, dominado por um crescimento urbano descontrolado, na maior parte das vezes por processos espontâneos de urbanização e apropriação do espaço, na maioria com problemas de infraestruturas

básicas.” (Lages, 2017, p. 18) O termo *shums* (favela) é definido frequentemente pelos relatórios da Un-Habitat, como toda a variedade de assentamentos informais que designam a cidade “invisível”, que é omitida em mapas e documentos oficiais e ocultada da observação por meio de muros e barreiras. São um claro problema na atualidade e uma questão fundamental no desenvolvimento do mundo, refletindo um cenário da pobreza e desqualificação urbana e ambiental. (Un-Habitat, 2003, p. 5)

Nos dias atuais assistimos ao acentuar das desigualdades fruto do sistema econômico-político e social que as produz, suportado por um discurso de austeridade, corte de fundos sociais e urbanos com forte impacto naqueles que se encontram em situações de maior fragilidade e que habitam espaços mais vulneráveis (fracas condições, difícil acesso, sobrelotação, entre outras). (Lages, 2017, p. 15)

Ao longo da história e na atualidade observamos frequentemente que as cidades e malhas urbanas denotam uma ausência de morfologias justas e igualitárias, na compreensão do funcionamento da urbe salta a vista o modo como esta se organiza e polariza, hierarquizando os diferentes espaços, comunicações e relações urbanas, criando uma divisão urbana e social. Esta divisão urbana não aponta apenas um espaço fragmentado ou uma comunidade afetada por disparidades socioeconômicas. Por norma, as linhas e fronteiras econômicas de divisão tendem a coincidir com barreiras sociais, culturais e políticas. “Uma cidade dividida é aquela que não consegue acomodar os mais pobres residentes, independentemente da riqueza social e cultural que pode contribuir.” Esta problemática histórica e atual das divisões sociais e urbanas, origina a impermeabilização de relações sociais entre indivíduos, mesmo com a inexistência de fatores étnicos, raciais, ou de segregação, assim o fator econômico-social é a maior causa de separação social e territorial. (Un-Habitat, 2003, p. 12)

No final desta pesquisa entre o conceito, as origens e a situação histórica e atual dos territórios autoproduzidos, chegamos a conclusão de que estes são a primeira forma de urbanização desde o início da história da humanidade, e que configuram a apropriação espontânea do espaço devido a necessidade de abrigo e de habitar, sendo a sua formação rápida e em grande escala pois resulta de processos sociais como: a falta de oferta de habitação economicamente acessível e a existência de territórios adequados as condições econômicas das classes mais baixas. Durante toda a história estamos habituados à sua existência, pois fazem parte da imagem de todas as cidades, na era

moderna e na atualidade, estes territórios são uma enorme e densa parte do espaço mundial habitado. Atualmente, esta problemática é mais intensa, com os avanços tecnológicos e do conhecimento científico, os problemas sociais continuam sem respostas eficaz e eficiente no seu combate e transformação, sendo cada vez mais frequentes devido as mudanças sociais que ocorrem no mundo atualmente. Com o salto para a era tecnológica, torna-se cada vez maior os processos de injustiça espacial, bem como diferenças e divisões urbanas. Desde os processos burocráticos até ao complexo reconhecimento de propriedade, muitas dificuldades são encontradas para a procura de uma solução viável e sustentável.

1.2. Situação Histórica em Portugal

Em 1970, apenas 17% dos portugueses dispõem de esgoto, 0,3% de fossas coletivas, 82,7% dos habitantes, mais de 7 milhões não tinham esgoto a sua disposição. Apenas 38,7% da população de Lisboa era abastecida de sistema de recolha de lixo. (Costa, 1974)



Figura 5 - Bairro de Lata em Lisboa, Fernando Mariano Cardeira, 1968. (Cardeira, 1968)

A primeira metade do século XX, em Portugal, foi uma época caracterizada pelo “imobilismo” das políticas do Estado Novo, as políticas de industrialização e urbanização eram tímidas e a inercia dos governos até aos anos 1950, ditaram um atraso e escassez de urbanização, salientando-se o necessário processo das “casas económicas”. Entre 1933 e 1950 foram construídas cerca de 4000 casas económicas [Fig.6]. Não obstante, nos anos 1940, começaram a registar algumas políticas de alojamento como resposta às necessidades habitacionais inerentes ao processo de industrialização e ao êxodo rural, embora tímido, como exemplo, a política fundiária de Duarte Pacheco. (D.O.M.H.T. / DH – Setor de Estudos, 2016, p. 18)

A seguir à 2.^a Guerra Mundial, observa-se à criação acentuada de programas habitacionais mais intensos, com um grande controlo do Estado sobre a construção.

Desde o final da década de 1950 até ao 25 de abril de 1974, dá-se a uma maior taxa de produção de habitações o que se deveu essencialmente à libertação dos loteamentos privados. Esta medida causou o aparecimento de novas áreas urbanas, nas grandes cidades. (D.O.M.H.T. / DH – Setor de Estudos, 2016, p. 18)



Figura 6 - Construção das Casas Económicas da Quinta da Calçada, em Telheiras», Lisboa, 17 de agosto de 1938, CML. (CML, 2018, p. 14)

Os primeiros registos de fenómenos de clandestinidade em Portugal, ocorreram na década de 1950, com os fluxos migratórios da população do interior para as grandes cidades. A falta de habitação e espaço urbano planeado, aliado às fracas condições económicas dos intervenientes conduziu ao aparecimento desta forma clandestina de apropriação do espaço. Nos anos 1970, a administração pública reconheceu a existência dos assentamentos clandestinos [Fig.7], propondo um conjunto de intervenções pontuais e insuficientes para o problema. Após o 25 de Abril, ocorreu um surto massivo de clandestinidade quer nas cidades do litoral, quer no interior do país. Este acontecimento e a problemática urbana crescente na época conduziu à realização de um levantamento dos territórios de génese ilegal existentes em todo o país. (Fernandes C. , 2013, p. 64)

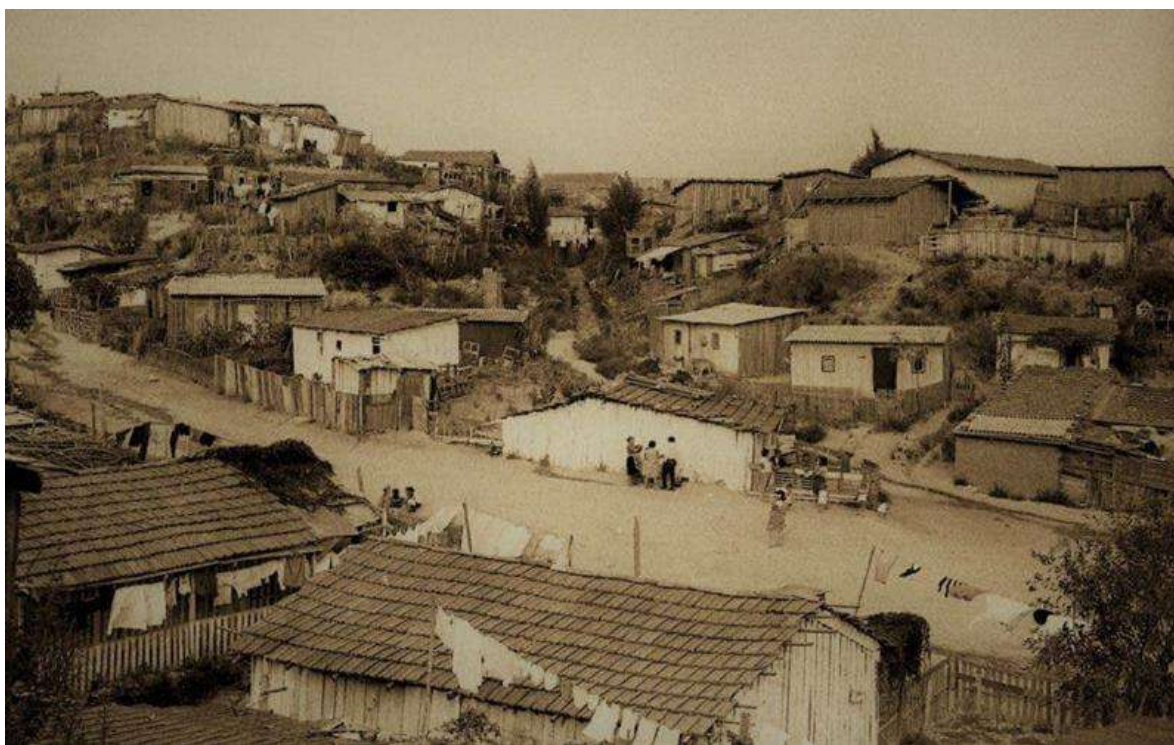


Figura 7 - Figura 5 - Bairro de Lata, vale de Alcântara em Lisboa, Fernando Mariano Cardeira, 1968. (Cardeira, 1968)

Num estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa (AML), realizado por António Fonseca Ferreira, em 1985, destaca-se que durante a década de 1960, a região de Lisboa sofreu alterações num processo de industrialização significativo, este associado ao pobre nível de vida no interior rural do país, deu origem

ao êxodo da população em direção à capital. Com a movimentação social intensa e as migrações, “as pressões sobre a procura habitacional (nesta região) traduzem-se no desenvolvimento de uma especulação a nível do mercado de terrenos e da promoção imobiliária. O sector da construção habitacional é dominado pela lógica e interesses dos promotores imobiliários”, com isto verifica-se a dificuldade de acesso a habitação legal, que é escassa e de elevado custo. Sendo este mais um contributo para “as condições para o desenvolvimento do mercado ilegal de solos e da construção não licenciada”. (Ferreira, 1985, pp. 105-108) A partir de 1970, após a queda do regime ditatorial, houve uma fraca resposta política, social e económica para as fortes pressões de crescimento demográfico e urbano repentino, a descolonização que originou um fluxo humano de migração, aliada as expropriações e uma nova gestão territorial política originou o movimento desorganizado de milhares de proprietários urbanos, na procura da resolução dos seus problemas habitacionais. Através da procura e compra de terrenos agrícolas a baixo custo não loteados, com a falta de uma resposta pública e privada às necessidades habitacionais da população, surgiu um mercado ilegal de solos que eram vendidos em lotes indivisíveis a preços mais alto, originando a falta de acesso à habitação por parte das classes mais pobres e o surgimento da construção clandestina. Esta é “caracterizada pela posse em regime de copropriedade de uma parcela de terreno e pela edificação não licenciada do mesmo, assim este fator da apropriação ilegal aliado com as características estruturais do processo económico, social e político fez emergir em grande escala o fenómeno da construção clandestina em Portugal. A construção clandestina em Portugal é um fenómeno que assumiu proporções significativas e se envolveu em contornos de normalidade principalmente em Lisboa [Fig.8] e no Porto, na sociedade e no conseqüente crescimento e desenvolvimento urbano das áreas metropolitanas. Este problema enraizou-se devido ao interesse de várias partes envolvidas entre os quais se encontram os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os próprios moradores. Estas ações acabaram por aliviar o Estado de um investimento urbano considerável, pois milhares de famílias resolveram as suas necessidades habitacionais por meio da construção clandestina, adiando o pagamento das infraestruturas necessárias sem o apoio da esfera pública. Sendo estes núcleos caracterizados pela falta de regras de licenciamento, planeamento urbano, infraestruturas, equipamentos e

acessibilidades, sendo estas características muito frequentes nos bairros clandestinos e que degradam a vida e paisagem urbana no organismo da cidade. (D.O.M.H.T. / DH – Setor de Estudos, 2016, p. 75)

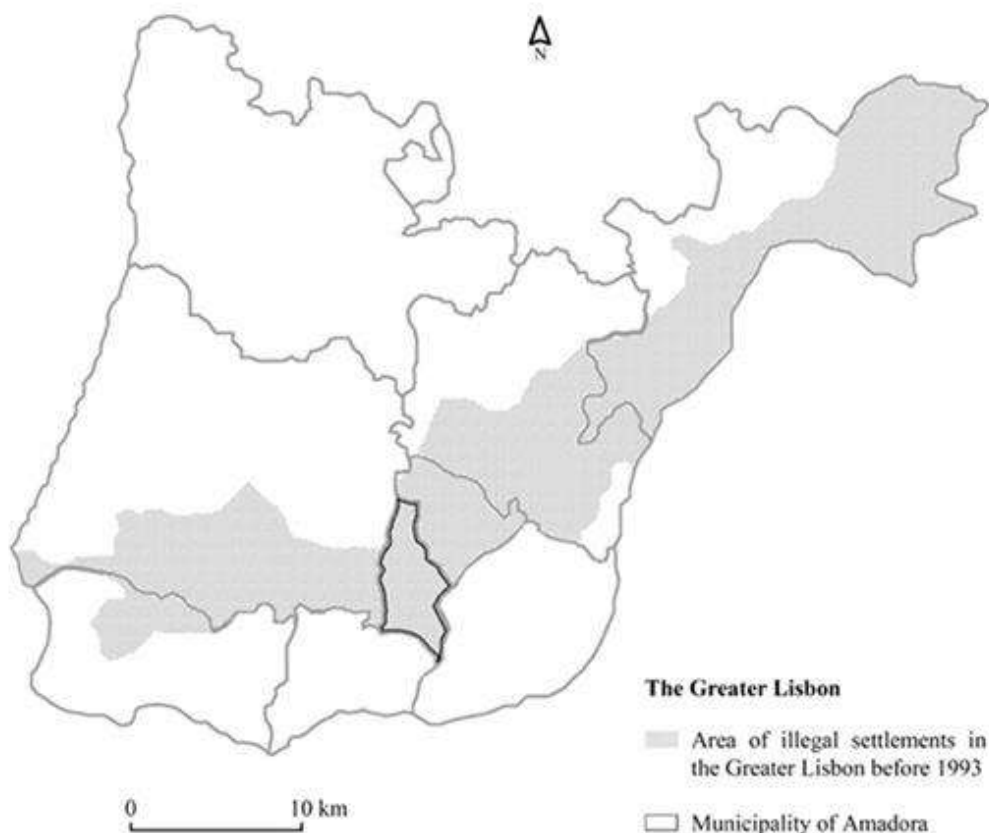


Figura 8 - Área dos bairros clandestinos na AML antes 1993. (Taviani, 2019)

Observa-se em conclusão, que Portugal devido a seu passado caracterizado por migrações e mudanças sociais, é um país que se habituou à presença deste tipo de territórios informais, com uma longa história perante esta problemática que se intensificou a seguir a Revolução de 25 de Abril e que ainda persiste na atualidade. Desde o final dos anos 1990, o Estado atacou a problemática de vários bairros degradados, demolindo, reconvertendo, criando medidas sociais e um maior acompanhamento da situação, porém ainda existem vários exemplos de malhas urbanas informais que pontuam principalmente a AML, mas também na região a Sul de Lisboa.

1.3. Direito e Justiça Espacial

Está na moda supor que certas referências de uma vida digna conseguem criar bairros dignos escolas, parques, moradias limpas e coisas do gênero. Como a vida seria fácil se isso fosse verdade! Que maravilha poder satisfazer uma sociedade complexa e exigente dando-lhe singelas guloseimas concretas! Na prática, causa e efeito não são assim tão singelos. (Jacobs, 1961, p. 84)



Figura 9 –The Slum, James Ferrier Pryde (óleo s/ tela), 1916

(Pryde, 1916)

Observando a justiça espacial como um assunto fulcral, no entendimento de boas práticas e na procura do bem comum e social, esta investigação encontra na aplicação e reforço dos “direitos urbanos”, um caminho orientador, para a necessidade de ocupar o pensamento e prática de planejamento urbano mais igualitário e verdadeiro, contribuindo assim para a temática em estudo. O direito ao espaço e conseqüentemente o direito à cidade, é já uma antiga discussão e objeto de estudo nas ciências sociais, onde

as realidades moldam e dão forma a urbe. Com vários agentes que ditam a evolução e caminho da construção que nos rodeia, observam-se várias interrogações. “Entre a questão metodológica de “como desenhar uma cidade justa” e a questão teórica que a sustenta, “o que é uma cidade justa”.” Existindo um inúmero conjunto de respostas e posições a tomar. (Lages, 2017, p. 7)

Introduzido por Henri Lefebvre em 1968, o tema do direito à cidade, foi revisto na atualidade por Harvey, este na defesa do seu argumento, afirma que: “The right to the city is far more than the individual liberty to access urban resources: it is a right to change ourselves by changing the city”, logo o direito aos recursos urbanos é conquistado a partir de uma relação de entendimento acerca da transformação do espaço para o bem coletivo e não individual por parte do usuário. (Harvey, 2008, p. 23) Este é um direito da esfera coletiva e não do domínio individual, pois a transformação da cidade depende do poder conjunto para a reformulação do processo de urbanização, onde o espaço é entendido como produto social. (Lages, 2017, p. 16) Para além disto a urbe, desde a sua origem surge em territórios específicos, onde existem concentrações sociais e económicas. O excedente de produto público que provém das atividades da cidade é aplicado na sua urbanização, porém esse poder de decisão e distribuição de bens nem sempre é justo “This general situation persists under capitalism, of course; but since urbanization depends on the mobilization of a surplus product, an intimate connection emerges between the development of capitalism and urbanization.” (Harvey, 2008, p. 24) As produções de Harvey, apontam um caminho à consolidação de uma teoria acerca dos processos sociais que dão origem às formas espaciais, na ótica da justiça social. O autor confronta o paradigma liberal e o marxista, colocando a tónica no processo capitalista de produção de espaço e no modo e condições como este produz e reproduz geografias injustas dado que qualquer processo de urbanização capitalista está em permanente estado de desigualdade. (Lages, 2017, p. 33)

Nos últimos anos, o termo do direito a cidade foi amplamente proliferado e publicitado, com uma aptidão para virar slogan. Assim este começa a fazer parte de movimentos sociais, políticos e em ONGs, com isto a “despolitização do termo serve também hoje para versões brandas e suaves que advogam espaços públicos e transformações urbanas mais associados ao consumo e publicidade do que propriamente ao potencial transformador, enunciado a corrupção deste conceito.” (Lages, 2017, p. 37)

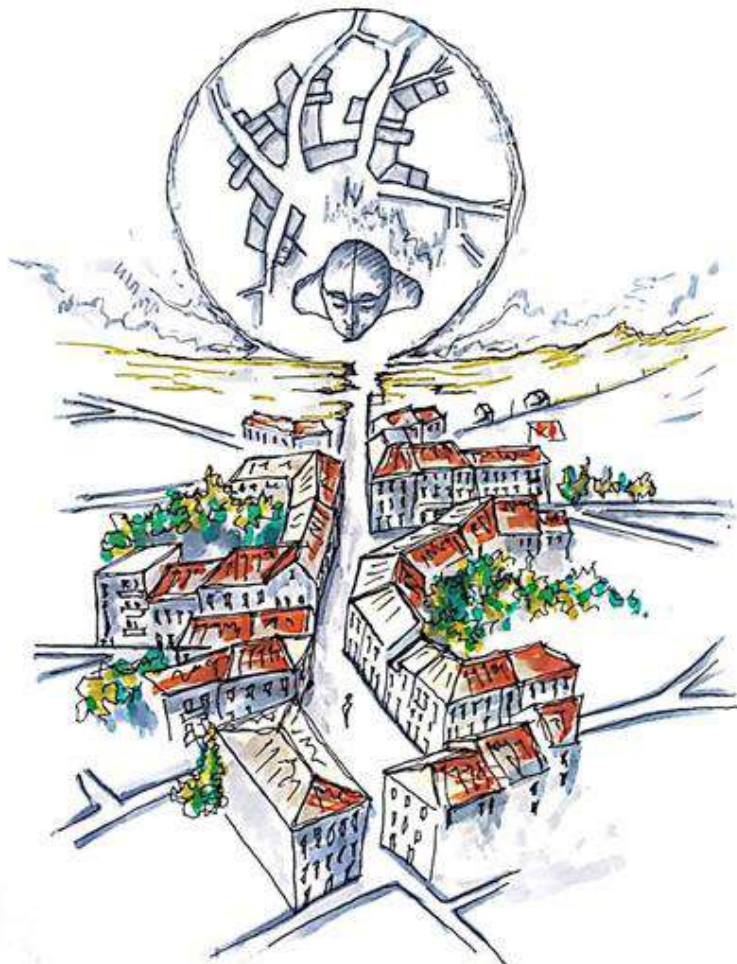


Figura 10 – Percepção urbana, esquiço (2017).

A obra *Droit à la Ville* (1968), dá ênfase a uma produção do espaço de forma democrática e coletiva. Dando atenção ao duplo papel que as cidades oferecem, enquanto “lugar de consumo e o consumo do lugar, a subordinação da cidade como “obra” (oeuvre, no original) à cidade como “produto”, o autor proclama este direito como, “(...) o direito à cidade anuncia-se como chamamento, como exigência.” Lefebvre defende o direito à participação e o direito à apropriação, orientadas em novas formas não-capitalistas de intervenção que tomam forma através de práticas quotidianas, pelo ato de produção do espaço. (Lages, 2017, p. 38) Pretende-se também auferir quais são os direitos urbanos que estão subjacentes aos modos de urbanização injusta. No caso do “ordenamento do território é uma das “tarefas fundamentais” do Estado Português, consagrada no primeiro texto constitucional de 1976, com sétima e última revisão em 2005, surgindo na articulação entre a habitação e urbanismo (artigo 65.º) e o ambiente e a qualidade de vida (artigo 66.º)”. (Lages, 2017, p. 40) Com as primeiras abordagens ao planeamento

urbano democrático, iniciou-se a questão quanto ao envolvimento dos cidadãos nas decisões e na posse de poder por parte das populações afetadas nas novas formas e ideais de urbanizar. A ação de planeamento, tem uma forte carência nos padrões distributivos, necessitando de os alargar, de modo a contribuir para uma sociedade urbana mais justa. Afirmando que a os processos de planeamento em Portugal ainda são marcados pelo paradigma modernista e funcionalista, conclui-se que o sistema de planeamento português torna difícil a elaboração de políticas urbanas socialmente justas. “As causas apontadas ligam-se à despolitização do planeamento, decisões ainda muito centradas no aparato do Estado, uma participação que é essencialmente consultiva e que vê cidadãos como beneficiários, não como indivíduos com direitos sobre os territórios que habitam.” (Lages, 2017, p. 41)

Os processos de urbanização injusta, devem-se a criação de desigualdades socio-territoriais, através da destituição e de direitos urbanos a uma população, pode ser observada na expansão suburbana da AML e um pouco por todo o país, com maior intensidade a partir da segunda metade do século passado.

Conclui-se que a injustiça espacial e urbana tem origem na prática de irregularidades urbanísticas quando não estão criadas condições para que as irregularidades não se pratiquem, isto é, quando “falamos de uma ação justa que não se reveste de anti juridicidade, quando indivíduos se substituem ao Estado, por incapacidade deste na resolução da provisão de habitação, que é da sua responsabilidade. Com isto não se defende a ação dos loteadores clandestinos, colocando-se antes o foco na enorme massa populacional que não encontrou resposta legal à necessidade de ter alojamento, ou naqueles que não encontraram resposta eficaz à reconversão urbanística dos lugares onde vivem.” (Lages, 2017, p. 71)



Figura 11 - Bandra Green, Jeff Gillette, (óleo s/ tela), 2016. (Gillette, 2016)

À medida em que a construção se vai expandindo, o fracionamento do lote ocorre com menor frequência, as ampliações organizam-se através do crescimento horizontal da habitação e das subdivisões do lote até não existir mais espaço. Estas mudanças e ações contínuas e o caráter inacabado são naturais no processo de autoconstrução, isto obriga a realização de acordos feitos entre vizinhos sejam constantemente alterados, de modo a manter uma ordem comum benéfica para os intervenientes, assim organiza-se “uma complexa teia de regulações que, embora não seja organizada em um corpo jurídico necessariamente escrito, são exteriorizadas de forma tácita ou verbal.” (Lima, 2019, p. 85)

Em suma o direito espacial desenha-se com base nas situações sociais, e no caso dos assentamentos clandestino, as suas características de apropriação de terrenos não loteados e abandonados cria a partida uma injustiça e uma ilegalidade de habitar o espaço, destruindo assim o uso correto do espaço. Com isto os direitos de propriedade, construção e habitação criam enormes problemas e burocracia, contribuindo assim para uma situação de ilegalidade e conseqüente marginalização. Estes territórios sofrem então de um problema profundo na divisão e segregação urbana, habitando ilhas a parte da malha urbana formal.

1.4. Espaço Público em Contexto Autoproduzido

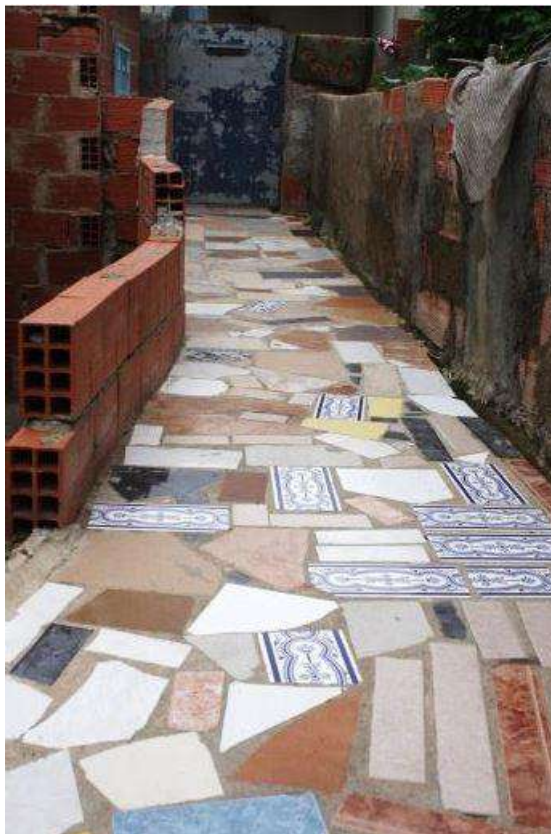


Figura 12 - Rua do Bairro do Barruncho. (Amaral, 2014, p. 81)

O espaço coletivo é um dos componentes estruturantes do modo de vida urbano mais importante e essencial, e é também um dos elementos mais afetados pelo desenvolvimento urbano clandestino, o espaço público e os edifícios de utilização coletiva são fundamentais ao bem-estar de uma população. Isto, decorre das características da construção clandestina, onde a intenção principal, é a apropriação da maior área privada possível e a rentabilização da mesma. Este comportamento de carácter individualista conduz a uma sobrelotação e sobreocupação da área privada em detrimento da área de uso público. Em meio de clandestinidade o espaço coletivo, caracteriza-se como o espaço residual ou sobranter entre as diferentes áreas privadas, destinado apenas ao acesso a moradias, com falta de condições e salubridade. O espaço público é o elemento estruturante e regularizador da malha urbana, a sua ausência ou insalubridade cria espaços indefinidos e sem referências, degradando as condições

necessárias ao bom desenvolvimento da vida em comunidade. É perante esta realidade de falta de condições que se pretende abordar a temática do Espaço Público, analisando alguns das condições determinantes, que satisfaçam e favoreçam a qualidade da cidade e a vida social. (Araújo, 2011, p. 20)

Caracteriza-se espaço público, como o espaço vazio que pertence e/ou é usado por uma sociedade coletivamente, onde o homem como ser social estabelece relações com os indivíduos pertencentes ao seu habitat, no qual o acesso é livre e onde as pessoas realizam atividades individuais ou em grupo, o vazio coletivo age como elemento “que é fundador da forma urbana, o espaço “entre edifícios” que configura o domínio da socialização e da vivência “comum”, como bem coletivo da comunidade.” Existindo a possibilidade se configurar propriedade pública ou privada, os espaços públicos devem ser interpretados como bens de utilização livre, de acordo com o padrão de uso correto e manutenção. Fisicamente o espaço público permite a mobilidade para a circulação, a permanência e lazer da população, albergando as infraestruturas urbanas e equipamentos públicos. (Brandão, 2008, p. 18)

Num contexto de clandestinidade “o pequeno espaço público que existe é muito procurado e em geral, é mais precário do que o ambiente construído.” (Werthmann, 2009, p. 34) Perante esta afirmação de Werthman, compreende-se que o espaço público, é um sítio muito procurado pela população para o seu quotidiano e representa um meio de comunicação e relações sociais das mesmas, por outro lado este espaço carece de condições e salubridade devido a pertencer a um meio onde os recursos e a ordem urbana. O espaço público é um ingrediente vital das cidades, este ajuda a construir um sentido de comunidade, imagem e identidade também são atmosferas que organizam o desenvolvimento do capital social, econômico e a revitalização da comunidade. (Werthmann, 2009, p. 34)



Figura 13 – Pátio comum, Bairro do Barruncho. (Amaral, 2014, p. 81)



Figura 14– vista de rua do Bairro do Barruncho. (Amaral, 2014, p. 81)

O acesso a espaços públicos oferece também maior participação cívica, social e proximidade da população a espaços institucionais e políticos. O uso contínuo do espaço público como um bem público cria ambientes urbanos mais justos, saudáveis e seguros, tornando a cidade um lugar atraente para se viver. (UN-Habitat, 2015, p. 4)

Relativamente à construção e desenho da urbe, as cidades são um imenso organismo vivo e tornam-se um laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso. É neste laboratório que o planeamento urbano deveria refletir a respeito das razões de falha e sucesso que se pautam por princípios e relações derivadas do comportamento e da aparência das cidades. (Jacobs, 1961, p. 16) Jane Jacobs critica a ação e posição superficial de uma sociedade iludida nas aparências, dizendo que: “Talvez tenhamos nos tornado um povo tão displicente, que não mais nos importamos com o funcionamento real das coisas, mas apenas com a impressão exterior imediata e fácil que elas transmitem. Se for assim, há pouca esperança para nossas cidades e provavelmente para muitas coisas mais em nossa sociedade.” (Jacobs, 1961, p. 17) A autora confirma a complexidade da ciência do planeamento urbano e da arte de desenhar a urbe, afirmando que esta deve ser capaz de catalisar e nutrir relações funcionais para capacitar na vida real e em cidades reais as boas práticas urbanas. (Jacobs, 1961, p. 21)

O elemento urbano mais comum é a rua, esta reclama vários fins, além de comportar veículos e pedestres. Estes usos numa observação superficial, estão relacionados à circulação, mas não são sinônimos dela, e cada um é, em si, tão fundamental quanto a circulação para o funcionamento adequado das cidades. Para além de suportar o trânsito

em seu leito. As ruas e suas calçadas, são o principal local público da cidade, funcionam como os órgãos vitais e estruturam toda a urbe e sua malha. Quando pensamos em cidade, o primeiro pensamento é a imagem da rua e como esta se apresenta. Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, funcionais e organizadas, a cidade será mais satisfatória e funcional. Com o exemplo da calçada que por si só é uma abstração e só adquire significado junto de edifícios e os outros usos envolventes. Conclui que “as calçadas e aqueles que as usam não são beneficiários passivos da segurança ou vítimas indefesas do perigo. As calçadas, os usos que as limitam e seus usuários são protagonistas ativos do drama urbano da civilização versus a barbárie.” (Jacobs, 1961, p. 30)



Figura 13 – Rua estreita, Bairro do Barruncho. (Amaral, 2014, p. 81)



Figura 14 – Beco, Bairro do Barruncho. (Amaral, 2014, p. 81)

Conclui-se o espaço público é o segundo maior problema a seguir às más condições habitacionais. Este também é um espaço bastante procurado e usado pela população e o que tem maior carência de condições sendo interpretado como o vazio resultante da auto urbanização. Sendo este vivido de um modo popular e semiprivado funciona como um espaço isolado do resto da malha formal e pertencente a comunidade. Apresenta-se conforme a interpretação de quem o usa e dos recursos disponíveis, sendo que neste contexto de clandestinidade o coletivo afirma-se como um lugar menos rígido e regerado na sua utilização onde os usos costumes e hábitos se tornam informais.

1.5. Obras de Referência

A. Outros Bairros, Cabo Verde

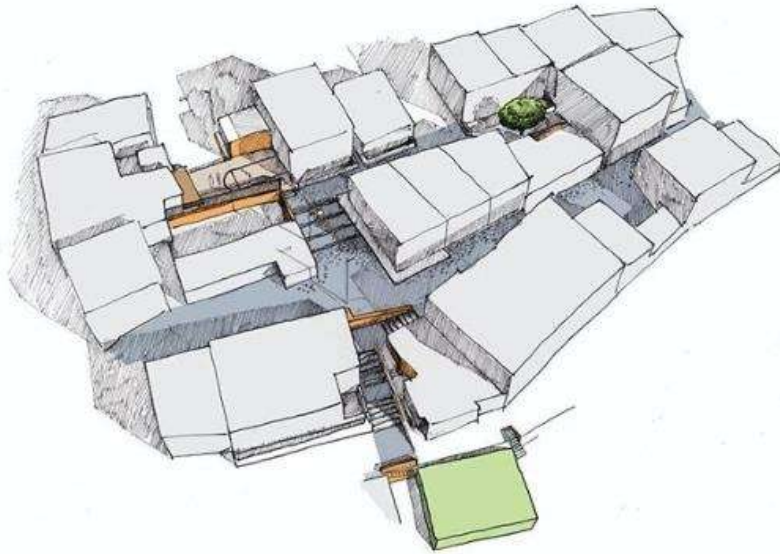


Figura 15 – Volumetria parcial da intervenção

(Fortes, s.d.)

O programa Outros Bairros é uma iniciativa integrada no PRRA – Programa de Reabilitação, Requalificação e Acessibilidades realizada na cidade do Mindelo, em Cabo Verde, teve como objetivo elaborar um teste metodológico para a reabilitação de um assentamento precário.



Figura 16 – Reuniões participativas e planeamento e instrução da população.
(Fernandes Q. , s.d.)

- Sistema de recolha de lixo: construção de novos pontos de coleta de lixo público
- Sistema viário: Para evitar a gentrificação, procedeu-se a manutenção dos acessos viários existentes, e a reabilitação e construção de novos caminhos pedonais, aumentando a mobilidade entre os diferentes espaços e cotas do assentamento.
- Áreas verdes e estabilização de encostas: A carência de áreas verdes é um problema devido ao custo da água para a rega, com a introdução de espécies mais resistentes à estiagem e a construção de socalcos para a fixação dos solos.
- Economia e cultura: “O Grupo Desportivo Estoril Futebol Clube e o Grupo Carnavalesco de Monte Sossego, demonstram ser coletivos já organizados, o que levou a intensificar o apoio a dois grupos informais encontrados – grupo informal de mulher e SOS Alto de Bomba - para estimular a cultura disponível e para potenciar novas articulações a todo o processo participativo.” (Flores, 2020)

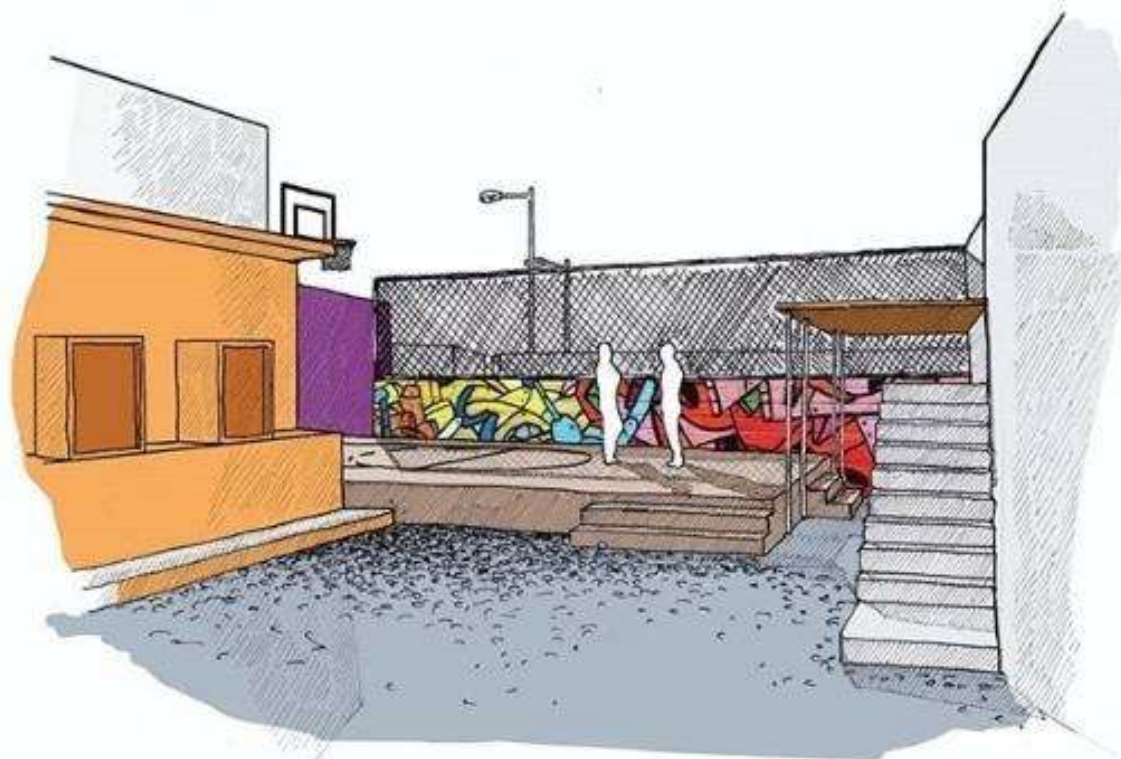


Figura 18 – Estudo da zona cultural de lazer. (Fortes, s.d.)

Esta referência transmite a realidade acerca de intervenções urbanísticas em territórios autoproduzidos, onde se pode retirar conhecimento e valores necessários para o

entendimento das principais necessidades destas comunidades. Aqui observa-se os níveis e etapas para o melhoramento do espaço público de forma sustentável, com planeamento coletivo onde se preserva e dá-se uma nova logica ao espaço através da sua humanização mais consciente.

B. Just a Change, Portugal

“Desde 2010 que o Just a Change torna as casas de quem mais precisa em lugares dignos de serem vividos, com alegria e esperança.” (Just a Change, 2019)



Figura 19 – Antes e depois, reabilitação de habitações críticas. (Change, 2019, p. 9)

Este é um projeto que abrange as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, já se expandiu a catorze municípios chegando a várias regiões do país, a partir da construção voluntária para reabilitação e manutenção de habitações com más condições, que procura responder às necessidades de pobreza habitacional. Ao longo do ano as obras realizam-se nos grandes centros urbanos, e no verão alcançam um pouco de todo o território. Com o lema da entreatajuda e voluntariado, o programa incide em casos de pobreza e insalubridade de pessoas em todo o Portugal. Serve de exemplo as dez adaptações de mobilidade reduzida, trinta novos telhados, dezassete instalações sanitárias construídas

de raiz entre muitas outras recuperações. Não procurando uma resposta teórica da arquitetura, esta iniciativa consolida e reestrutura edifícios pontuais através da construção e melhoramento do edificado, contribuindo para a manutenção urbana. (Change, 2019, p. 12) Esta iniciativa conta atualmente com a intervenção de 262 habitações reconstruídas, mais de 50 instituições sociais, 4600 beneficiados entre famílias e utentes, mais de 5000 voluntários e cerca de 14 municípios envolvidos. (Just a Change, 2019)

A iniciativa intervém em habitações com falta de condições de habitabilidade, desde casas sem telhados, janelas e portas, até a carência de infraestruturas como água quente e eletricidade. Assim pretendem melhorar as condições de vida, que têm um impacto na redução da pobreza e criminalidade, oferecendo diretamente melhorias na saúde pública, dignidade até maior eficiência energética. Também o voluntariado e o contato social com os utentes, tem um valor humano no ato de reconstrução e melhoramento que carrega de esperança as pessoas mais fragilizadas por este problema, tornando as intervenções como uma fonte de conhecimento e partilha de valores humanos e entreaajuda. (Just a Change, 2019) O projeto conta com um processo que permite qualquer português, de forma individual ou como organização, possa sinalizar um caso de pobreza habitacional. (Change, 2019, p. 40)



Figura 20 – Interior de habitação assinalada para o programa, s.l. (Change, 2019, p. 3)

Lourenço Brito, presidente da direção do Just a Change, alerta para os desafios atuais: “encontramos uma sociedade extremamente consumista e insustentável. Uma sociedade que coloca em risco a moral, a família, a vida e onde os problemas sociais se tornam cada vez maiores e mais complexos.” Porém também reconhece que cada vez existe um maior interesse e atenção em resolver problemas urbanos sociais para usufruírem de uma sociedade mais desenvolvida e funcional. (Change, 2019, p. 48)

A iniciativa do Just a Change embora ligada ao meio habitacional torna-se uma referência a ser utilizada devido ao seu método de ação por meio de voluntariado e os seus valores, onde o desenvolvimento local serve de argumento para um bom desenvolvimento social e por sua vez o objetivo do bem comum para as populações. Também o melhoramento habitacional contribui diretamente para um melhor e mais capacitado espaço público, na reabilitação da malha urbana. A partir da experiência do voluntariado e da experiência social o programa oferece valores e aprendizagem humana na entreaajuda e resolução de problemas.

C. Barrio Mío, Perú



Figura 21 - Vista parcial da intervenção, Lima. (Archivo REP-BM, s.d.)

A cidade de Lima, Perú, com 9 milhões de habitantes, é composta por 70% de construções informais, erguidas através da autoconstrução das comunidades geridas por seus habitantes. Em uma cidade fragmentada - entre invasões e bairros - se faz urgente estabelecer laços entre o estado, o setor privado e a sociedade civil para reconstruir o



Figura 23 – Vista parcial antes da intervenção. (Archivo REP-BM, s.d.)



Figura 22– Construção com ajuda de moradores. (Archivo REP-BM, s.d.)

escasso espaço público existente [Fig.24] e levar a arquitetura àquelas regiões que mais necessitam. (Franco, 2020)

Este desafio do Programa Barrio Mío pertence à autarquia da cidade de Lima, que promove a melhoria do espaço público, visando criar projetos de recuperação de espaços públicos dentro de um sistema urbano integrado. O programa, foi dirigido pelo Servicio de Recuperación de Espacios Públicos (REP), organiza-se como uma plataforma de participação social com foco na ação a partir da sustentabilidade, autogestão e autoprodução [Fig.25], promovendo espaços de reflexão e transformação urbana dos bairros abrangidos. O processo do programa e a sua estrutura integra diferentes entidades públicas e privadas de desenvolvimento local como os habitantes, as autarquias, organizações comunitárias, universidades, instituições, empresas e voluntários - para trabalhar em torno de um objetivo comum, melhorando a vida do local e aumentando o seu desenvolvimento. (Franco, 2020)

Durante 9 meses, o REP beneficiou 12.977 pessoas com oito projetos de recuperação de espaços públicos. O projeto é caracterizado pela reabilitação de espaços fragmentados, onde por meio do “imaginario local se incorporó a una propuesta urbanística que prevé la integración y resignificación de estos lugares dentro de un sistema urbano con nuevas circulaciones pedonales que aprovechan la geografía y vistas privilegiadas para consolidar un barrio transitable, en estrecha relación con el paisaje.” (Franco, 2020)

O projeto do parque central foi o eleito entre cinco projetos estratégicos, através de comum acordo e decisão participativa, sendo esta proposta a alavanca para as futuras recuperações. Este espaço coletivo descrevia-se como um vazio abandonado, com ausência de atividades, insegurança, sem áreas verdes, falta de mobiliário. A recuperação visou integrá-lo como um espaço de nova centralidade conectora, e criar uma praça/parque, reutilizando a infraestrutura existente, porém ampliando e



Figura 25 – Novo mobiliário urbano. (Archivo REP-BM, s.d.)



Figura 24 – Zona de lazer infantil. (Archivo REP-BM, s.d.)

reconfigurando diferentes espaços para diferentes usos. “Foram realizadas 6 jornadas de trabalho. Pedreiros, jardineiros, donas de casa, jovens e crianças intervieram com entusiasmo no processo. Graças a isso e à gestão compartilhada dos materiais, foi possível concluir a obra em 5 meses. Hoje o parque é um vibrante ponto de encontro para crianças que desfrutam de um espaço livre com elementos lúdicos que podem servir para brincadeiras. Os jovens acompanham sentados nas escadarias. Os adultos se reúnem nos bancos para conversas. O espaço foi recuperado e está em processo de apropriação, para a alegria de todos.” (Franco, 2020)

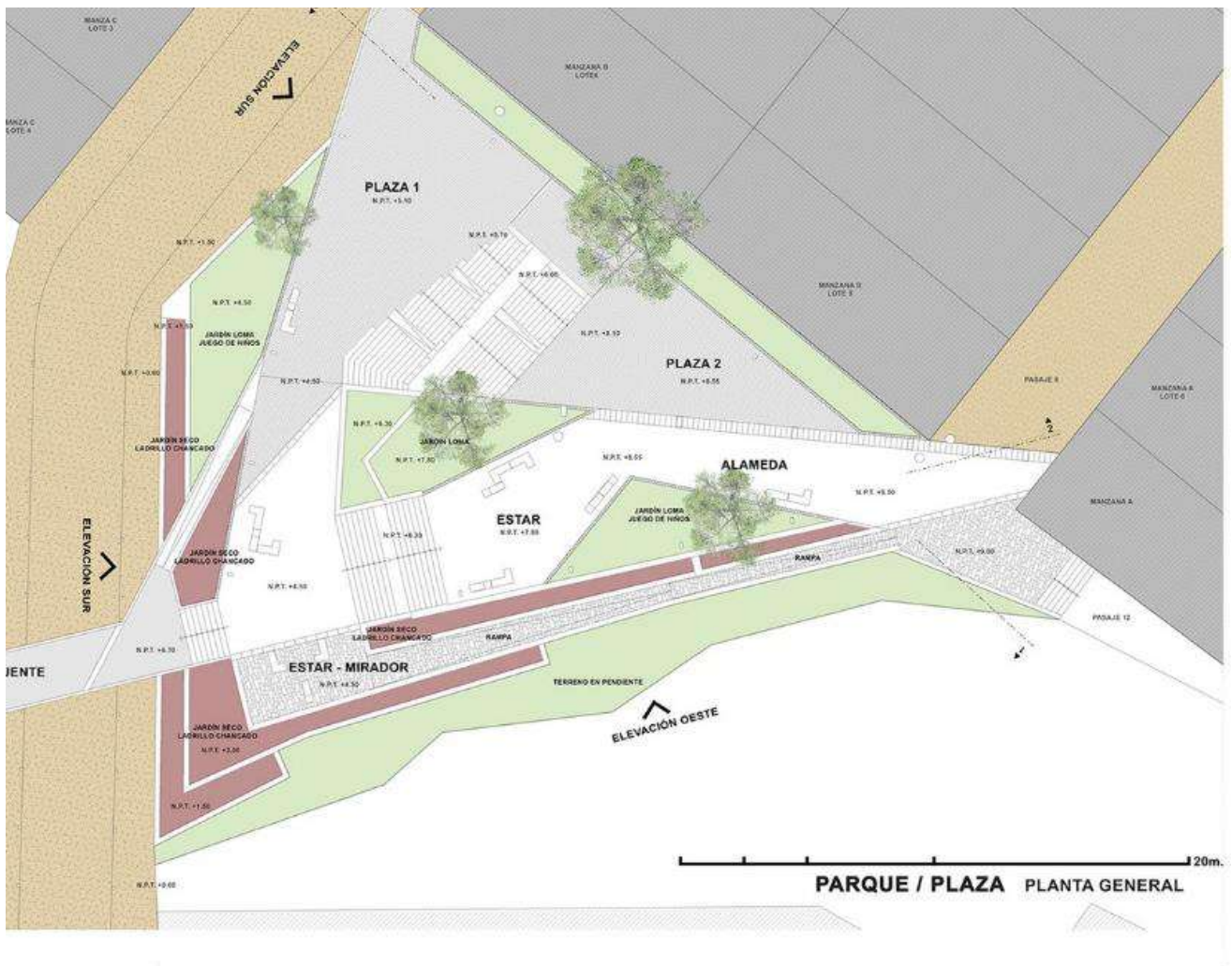


Figura 26 – Planta geral do parque. (Archivo REP-BM, s.d.)



Figura 27 – Alçado sul do parque. (Archivo REP-BM, s.d.)

ELEVACION SUR

Capítulo II - O Bairro Visto de Fora

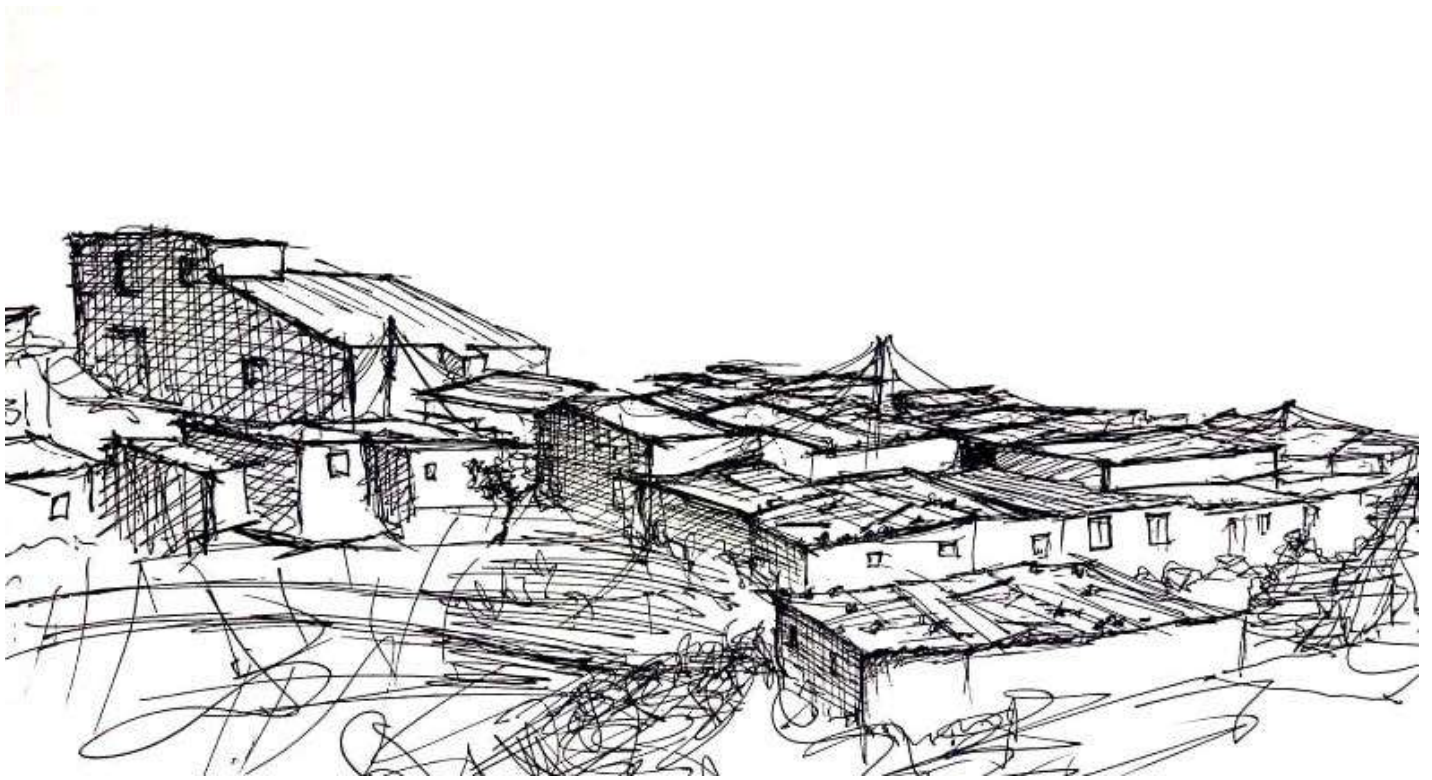


Figura 28 - Esquízo de vista parcial do Bairro do Barruncho.

O Bairro do Barruncho localiza-se na Póvoa de Santo Adrião, na periferia da AML, no Concelho de Odivelas. É considerado uma Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística (ACRRU) com vista a reconversão em Área de Recuperação Urbana (ARU). Trata-se de um bairro clandestino ocupado maioritariamente por população proveniente de Cabo Verde ou seus descendentes, sem infraestruturas, luz legal e tratamento dos espaços públicos. O assentamento localizado num pequeno vale agrícola de pendente acentuada, é ocupado por construções de carácter ilegal e de fracas condições numa lógica de acréscimo decorrente da disponibilidade económica e dos materiais. Nele reside uma comunidade de origens variadas, que constroem um contexto social singular.



Figura 29 – Maquete de estudo do Bairro do Barruncho.

2.1 Enquadramento histórico

Antiga freguesia do concelho de Belém e posteriormente de Loures, e depois Odivelas, era como os outros concelhos da área metropolitana de Lisboa, o “Ager” de frescos que abastecia a “Urbe”, a chamada região “Saloia”, que fornecia os mercados da cidade de Lisboa com legumes, frutas, leite, pão, carne e demais serviços. (Vidigueira, 2014, p. 6)

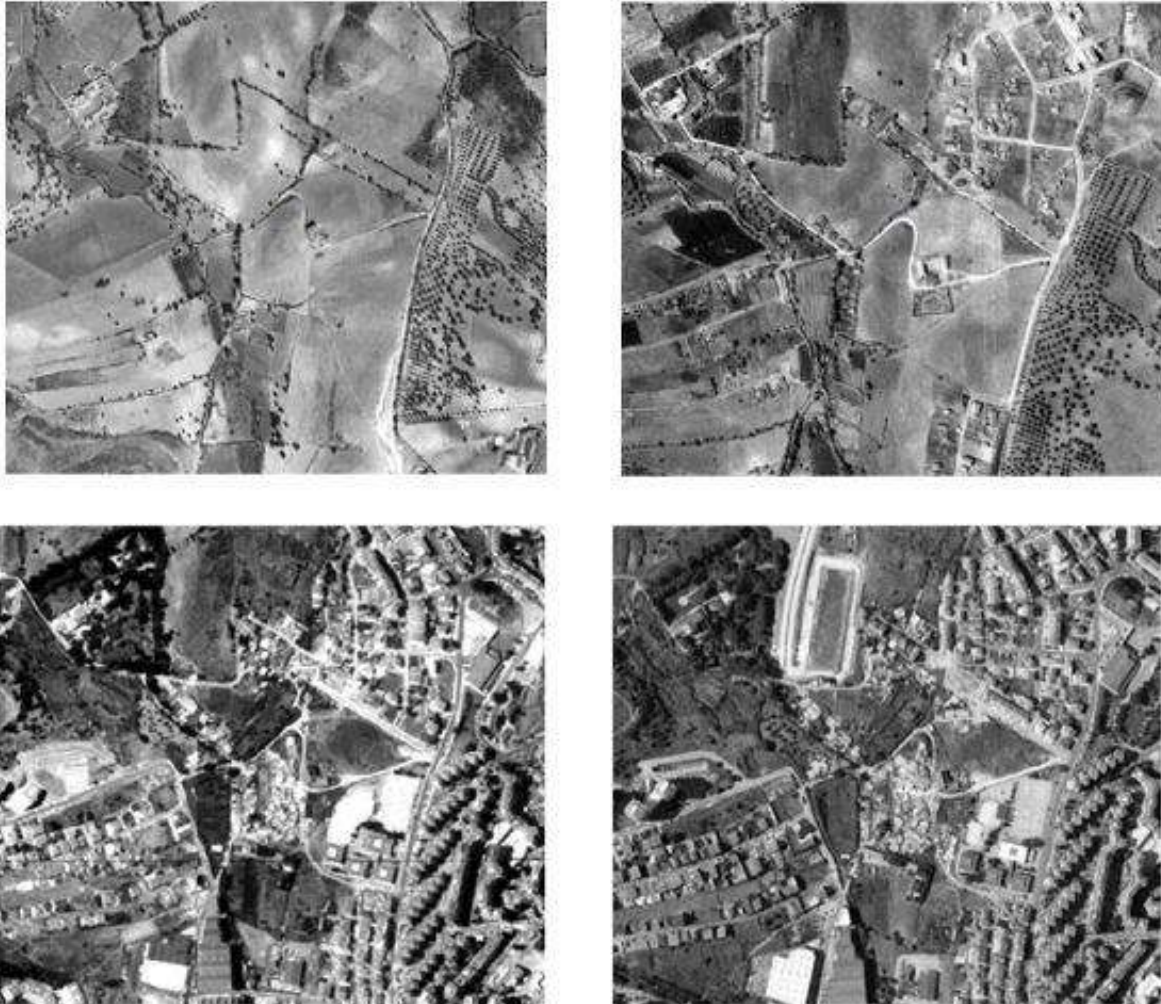


Figura 30 – Evolução do Bairro: 1945, 1965, 1998 e 2013 (da esquerda para a direita e de cima para baixo, respetivamente). (Amaral, 2014, p. 67)

O Bairro do Barruncho cresceu nas primeiras décadas da segunda metade do século XX na Póvoa de Santo Adrião em Odivelas. Todo o assentamento foi organizado por habitações construídas e implantadas pelos habitantes, assim foram construindo o bairro à medida das suas necessidades e da afluência de pessoas. As primeiras dezenas

de habitações surgiram nos anos 1960 e 1970, famílias portuguesas foram os primeiros ocupantes do terreno. Os habitantes “pagavam renda aos proprietários e construíram clandestinamente as suas casas e também pequenas hortas e quintais – aproveitando assim o potencial de cultivo do terreno.” Nas duas décadas seguintes – 1980 e 1990 – o bairro cresceu exponencialmente, com a fixação de mais 100 famílias. O grande crescimento demográfico, verifica-se nas décadas seguintes, por ocupação de imigrantes e retornados vindos dos PALOP's. Na maior parte dos casos, este crescimento ocorreu devido à vinda de famílias e de pequenos agregados na procura de trabalho na área da construção civil e limpeza. Todas estas movimentações levaram a um desenvolvimento e transformação das habitações, que foram sendo implantadas de modo disperso no terreno e uma construção com a utilização de materiais mais consistentes, como o cimento e alvenaria de tijolo. Assim, o terreno foi sendo ocupado, desenhado, projetado e definindo pelos próprios habitantes do Bairro do Barruncho. (Amaral, 2014, p. 66)



Figura 32 – Vista parcial do assentamento. (Amaral, 2014, p. 81)



Figura 31 - Vista parcial do assentamento. (Amaral, 2014, p. 81)

Atualmente, existem 33 AUGI's no território do concelho de Odivelas, assumindo dimensões, morfologias e condições diversas. Desde 1999, na criação do município de Odivelas, a Câmara Municipal tem organizado um trabalho no sentido dos processos de legalização de AUGI's, tendo sido legalizadas, com emissão de Alvará, até ao ano de 2015, 49 áreas/bairros de génese ilegal, com um total de 6500 fogos implantados e distribuídos por cerca de 3500 lotes nas várias AUGI's. O concelho de Odivelas, cuja área total é de 26,3 km², apresenta um total 2,2 Km² (2.159.819 m²) de área urbana clandestina, ainda por legalizar e reconverter, representando 8,3% do território do concelho de Odivelas. (D.O.M.H.T. / DH – Setor de Estudos, 2016, pp. 76,77)

2.2 Enquadramento Físico e Geográfico

Após a necessidade de adotar um método de projeto que tem como cerno a leitura de um território singular e da população que o habita, com o objetivo de gerar uma ideia orientadora que recupere e mantenha as memórias da “comunidade”, apresenta-se sucintamente a análise física e geográfica do Bairro do Barruncho.

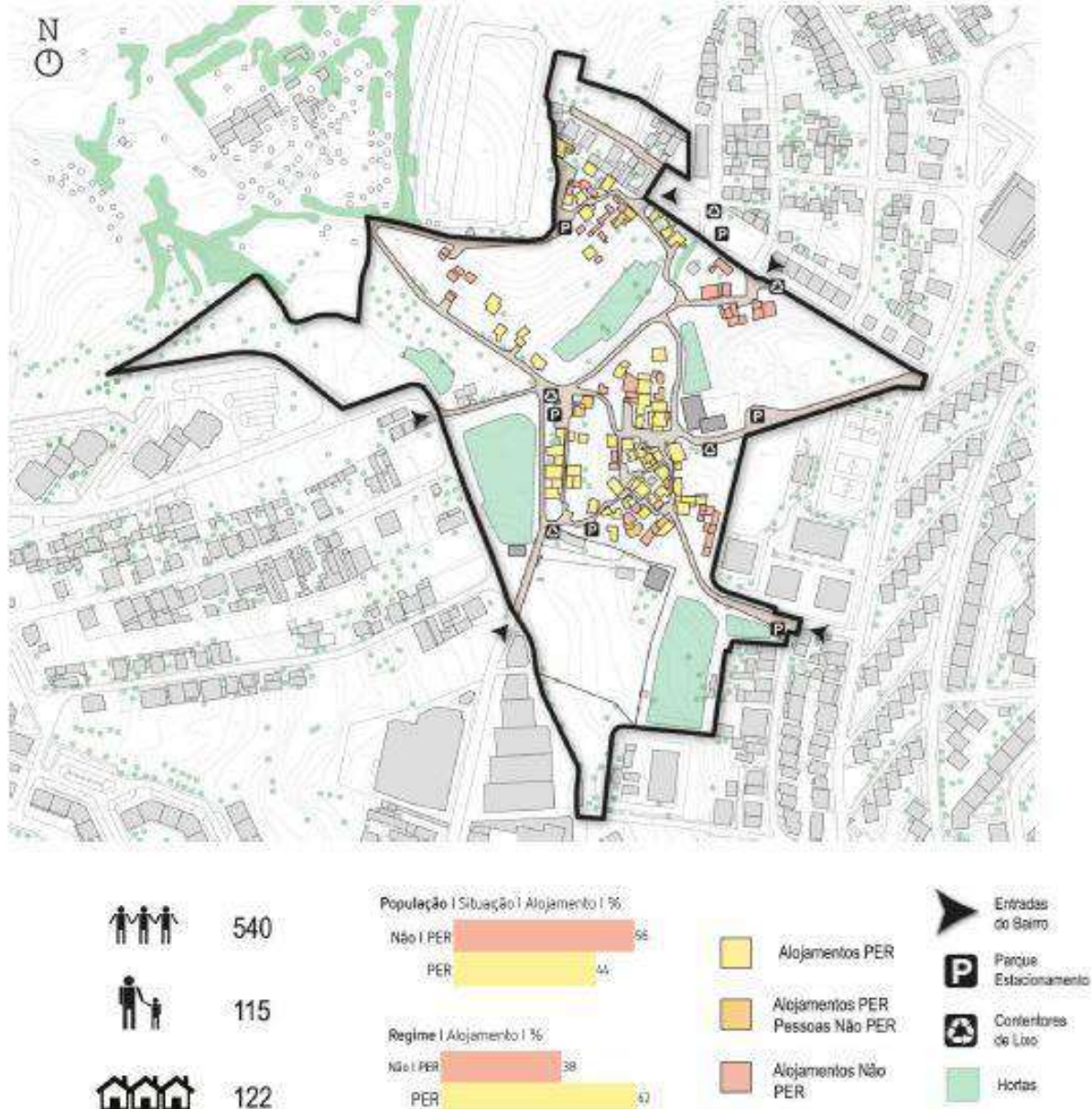


Figura 33 - Esquema de habitação PER e não PER, hortas, estacionamentos e pontos de recolha de lixo pré-existent. (Neves, 2013, p. 67)

Límites e Barreiras

A análise revela a configuração do bairro como uma ilha urbana que surge desagregada da malha envolvente, tora-se claro a linha que o delimita. Este limite evidente devido a falta de continuidade, eixos e alinhamentos físicos e visuais. O Bairro encontra-se delimitado por morfologias urbanas diferentes e desconectadas com o próprio assentamento. É rodeado a sudoeste por um complexo fabril, a poente por edifícios em torre, e a este pela Escola Básica Carlos Paredes. Relativamente aos limites naturais apontam-se as linhas de água, como pequenas ribeiras. No seu interior o bairro encontra-se dividido por uma ribeira e respetiva estrutura verde pouco aproveitada e de vegetação densa, arbustos e canaviais, local onde se localizam as fossas sépticas das habitações.

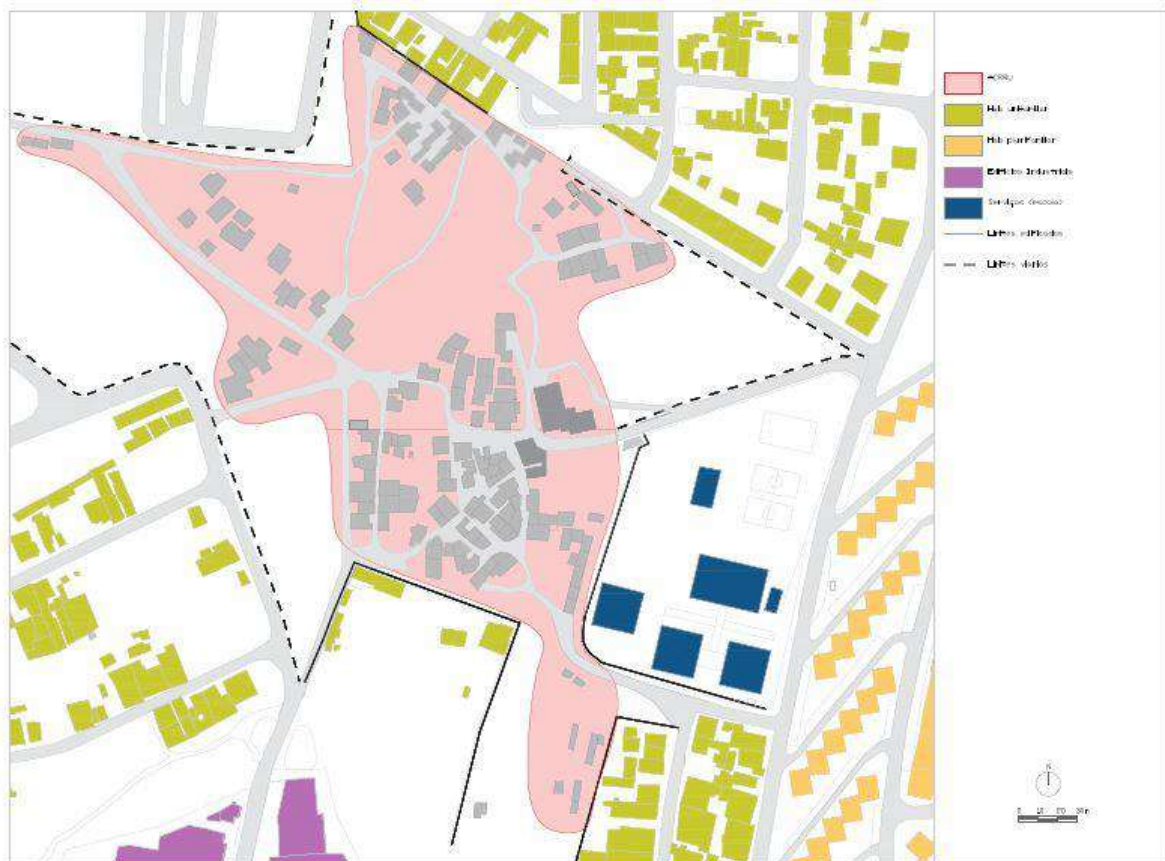


Figura 34 – Planta de análise de limites e usos envolventes.

Vias, percursos e acessibilidades

Na morfologia desta malha não existe uma hierarquia nem configuração definida para a rede viária nem de circulação, contudo, definem-se cinco entradas de maior importância e fluxo, criando uma forma estrutural de referência que conflui num ponto central. No seu interior o espaço público é organizado por ruas estreitas e sinuosas, becos e pátios desqualificados desprovidos de mobiliário urbano e infraestruturas. As vias encontram-se cheias de lixo e os limites exteriores das habitações refletem o gosto e decoração de cada proprietário. As cinco frentes, revelam a inexistência de estacionamento e sinalética. Os percursos viários como estradas, caminhos e espaços amplos são na maioria em terra batida, alguns pavimentos junto a habitações e pequenos pátios feitos de cimento. Observa-se o desgaste e erosão do solo nas ruas devido à falta de pavimento que por ação da água das chuvas e falta de sistema de drenagem cria um problema na vivência do espaço público. Arruamentos viários formais localizam-se apenas na zona circundante, e não têm continuidade para a comunidade, dificultando o atravessar do interior do bairro para acesso as zonas opostas. O Bairro do Barruncho torna-se então uma ilha urbana intransponível, a ser contornada e desconhecida. Porém um facto interessante é a toponímia autoproduzida pela comunidade, como é exemplo a existência de “uma "rua principal", estreita, a qual é formada por "barracas em banda" que se viram frente a frente e onde é possível perceber escrito numa parede “Rua 13 de Maio”. (Guerra, 2014, p. 29)



Figura 35 – Vista parcial de um dos arruamentos. (Amaral, 2014, p. 70)

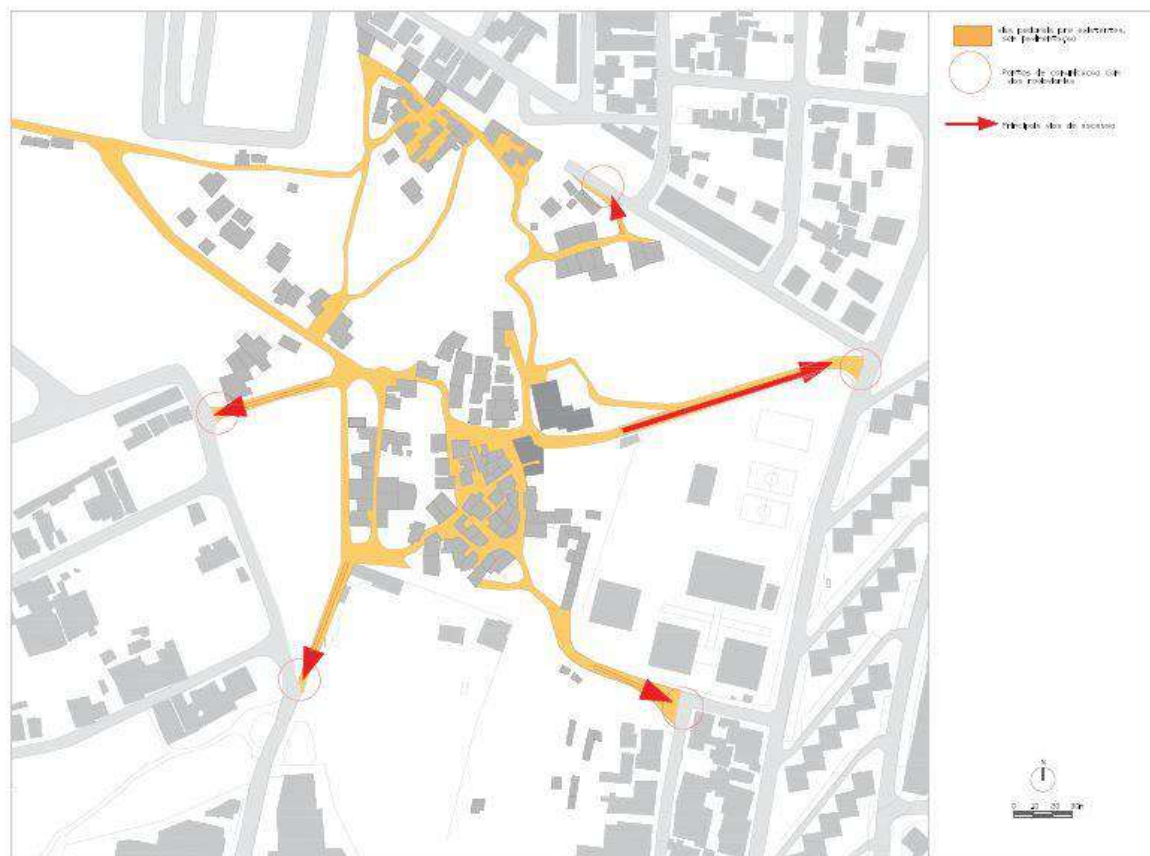


Figura 36 - Planta de análise de acessos e percursos.

Elementos de Referência

Dado a pouca imagem histórica e identitária do local, neste caso uma zona periférica e de subúrbio, os elementos de referência afirmam-se como os equipamentos, serviços e infraestruturas existentes no plano envolvente. A escola básica na vertente noroeste, a quinta do Barruncho, imóvel de interesse patrimonial e uma antiga fábrica de peles, abandonada e em ruína, que tem uma presença marcante no conjunto.

Para além disso, existem elementos de referência ligados a vivência do bairro com grande importância para comunidade, “entre eles destaca-se uma pequena mercearia na casa da Dona Teresa, um pátio na casa da Dona Conceição onde se realizam reuniões, o "espaço da Dona Isabel" propicio a jogos e onde se dá catequese.” (Guerra, 2014, p. 30)

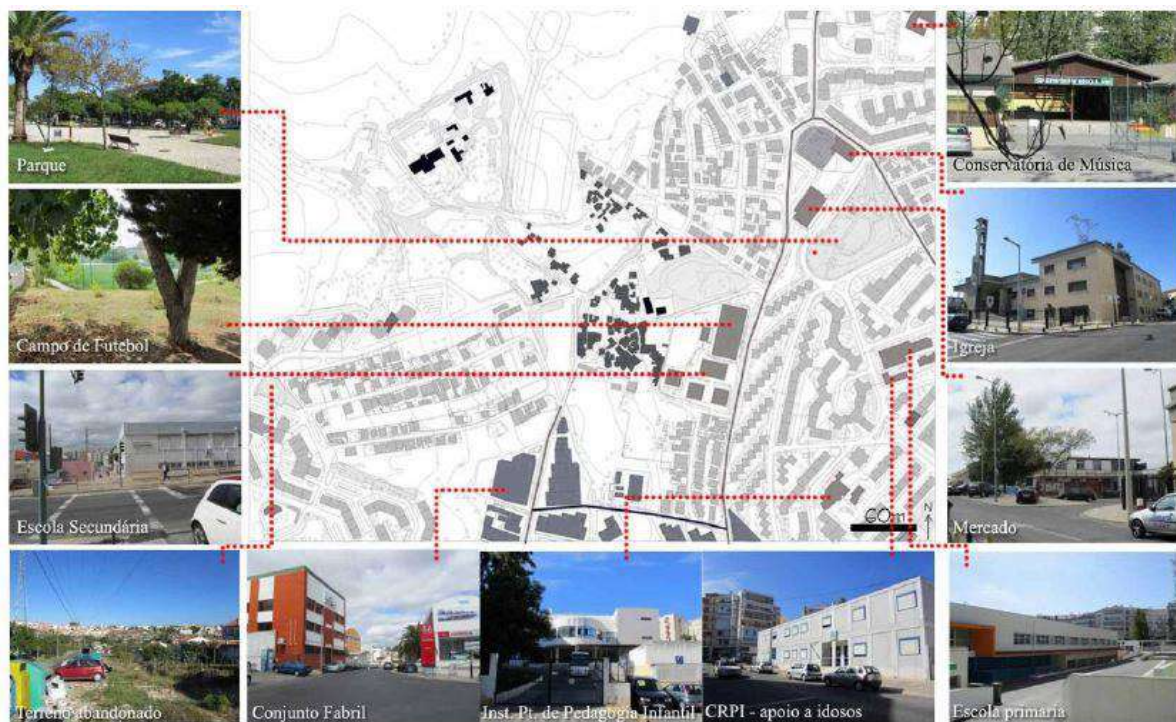


Figura 37 – Planta de usos envolventes. (Fernandes C. , 2013, p. 69)

Espaços Verdes

Relativamente aos espaços verdes, estes são praticamente inexistentes; descreve-se, contudo, a vegetação densa que ladeia a linha de água, e as hortas. A topografia assim como os recursos e orientação do espaço, originaram nas pendentes das pequenas colinas um ótimo espaço para o uso agrícola. A cerca de 250 metros da comunidade existe o Jardim da Póvoa. Este espaço conta com uma dimensão de 17 000 m² de geometria irregular e encontra-se urbanamente relacionado com o mercado e a Igreja da Póvoa de Santo Adrião, sendo um jardim público com zonas de estar, árvores e percursos sendo também usado para feiras.

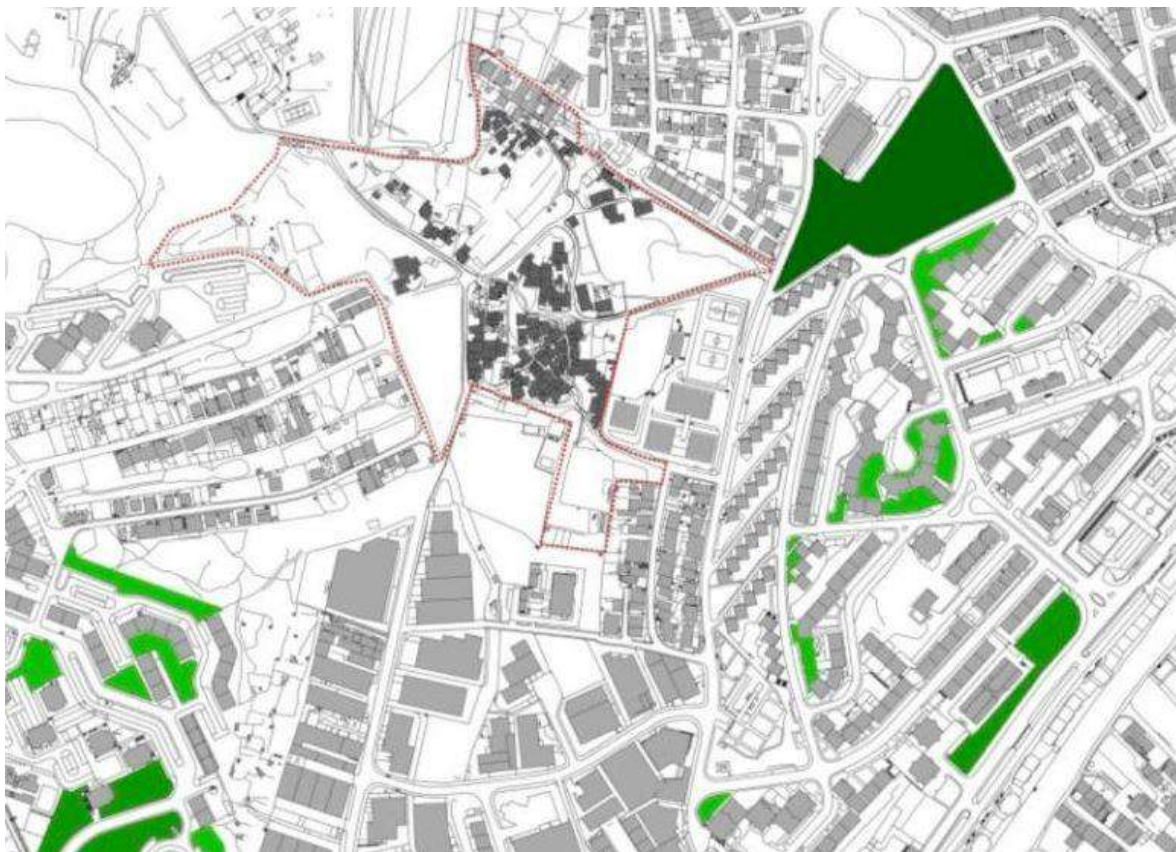


Figura 38 – Planta de espaços verdes envolventes. (Guerra, 2014, p. 32)

2.3 Enquadramento Social

Através de uma análise social e da população pretende-se perceber as características sócio demográficas dos moradores, as suas necessidades e o modo como estes dados poderão servir de suporte para o desenho da proposta projetual. Esta análise teve por base os dados fornecidos pelo Departamento de Habitação, Saúde e Assuntos Sociais da Câmara Municipal de Odivelas e os dados patentes num estudo sobre o realojamento no Barruncho.



Figura 39 – Detalhe da maquete de estudo.

Os dados disponíveis mais recentes da população residente no Bairro do Barruncho totalizam 540 pessoas residentes, das quais 260 são mulheres e 280 homens [Fig.42]. Observa-se uma população maioritariamente jovem, onde apenas 3,5% são idosos, e com o 30,7% de crianças com idade inferior a 14 anos. A média de idades aponta os 26,8 anos. A comunidade o Barruncho tem uma população maioritariamente jovem – onde cerca 50% da população está abaixo dos 24 anos observando uma população idosa muito reduzida (abaixo dos 5%). (Guerra, 2014)

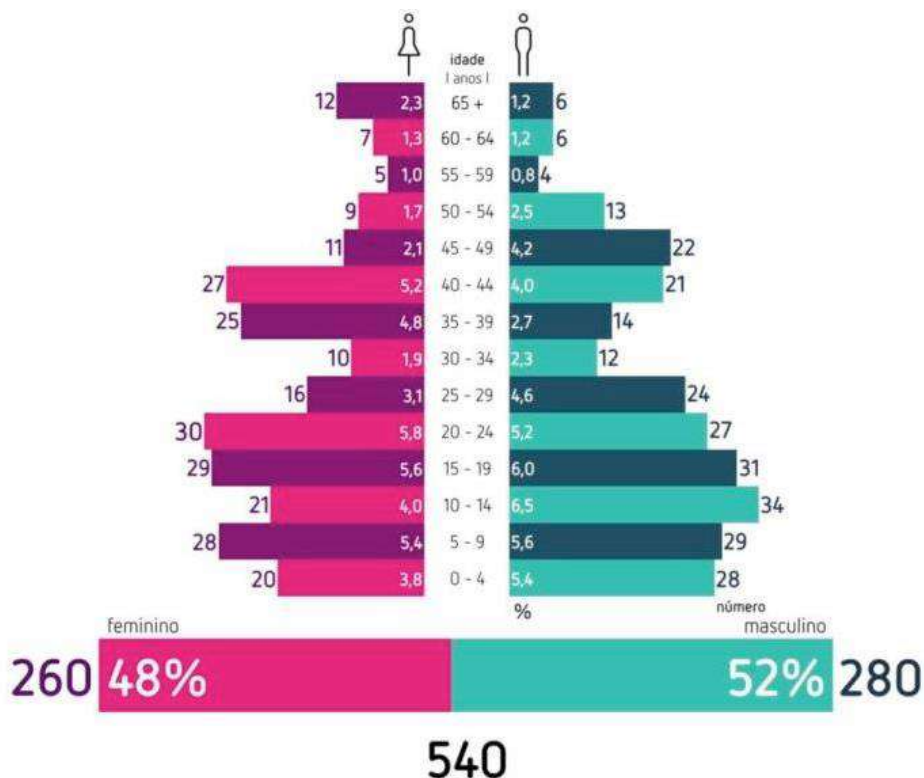


Figura 40 – Pirâmide etária da população. (Turma 5D, 2013)

O bairro apresenta uma variedade cultural, com grande maioria da população de proveniência africana, que compreendem mais de 80% dos moradores, sendo a maioria de origem cabo-verdiana [Fig.43].

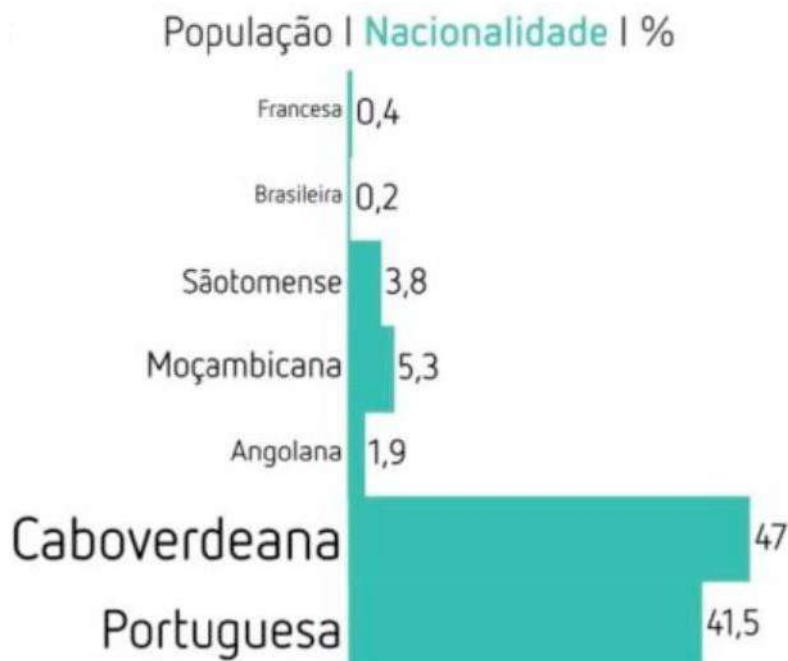


Figura 41 – Gráfico da nacionalidade dos habitantes. (Turma 5D, 2013)

Relativamente à organização da população, o registo mais recente é de 118 agregados familiares, e de 122 habitações construídas, em dados de 2006, recolhidos num inquérito realizado pela Câmara Municipal de Odivelas. A composição dos agregados familiares serve também de estudo da organização social, neste assentamento clandestino verifica-se a existência de famílias de média dimensão (quatro a cinco pessoas) na maioria dos casos; observa-se também famílias de pequena dimensão (duas a três pessoas). Existe também um considerável número de famílias de grande dimensão, até 14 pessoas – que representam 30%. A média é de 4,7 pessoas por agregado. Um aspeto a ter em conta nesta comunidade é um significativo nível elevado de ocupação dos alojamentos devido à existência de várias ligações familiares entre os habitantes. (Amaral, 2014, p. 68)

O crescimento familiar do Barruncho reflete-se na composição do assentamento e no seu quotidiano. Grande parte da população veio viver com parentes próximos e vários já nasceram no bairro, muitos núcleos familiares partilham a habitação entre pais, filhos, netos, avós, parentes mais próximos. Todos estes aspetos criam um ambiente comunitário e familiar, dentro do seio habitacional, nas ruas que compõem o bairro e

nos pátios de encontro. Esta população tem tendência para aumentar de dimensão nas famílias, devido à taxa de natalidade, ao reagrupamento familiar. (Amaral, 2014, p. 68) Quanto ao nível de escolaridade, a maioria da população possui um grau de instrução baixo e relativamente às condições profissionais, 41% da população tem emprego e 26% estuda, mas cerca de 33% da população, na altura deste levantamento, encontrava-se inativa [Fig.44]. A população ativa, ocupa o tempo no emprego, os mais jovens brincam e socializam nas ruas, já “a população idosa é mais recolhida, os pequenos pátios e telheiros e também as zonas sociais associadas à cozinha, perto da entrada da casa, oferecem um abrigo para estar.” (Amaral, 2014, p. 69)

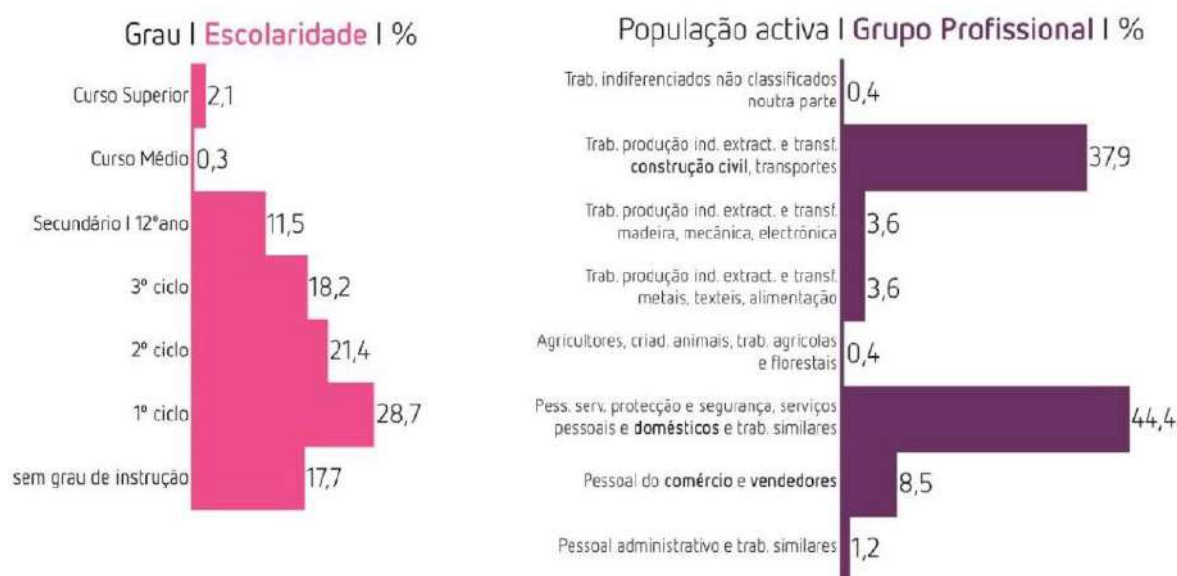


Figura 42 - Gráfico do grau de escolaridade e grupo profissional dos habitantes. (Turma 5D, 2013)

A maioria da população, cerca de 80%, vive com um rendimento inferior ao salário mínimo nacional, sendo que 33% sobrevive com menos de 300 euros mensais. Devido a falta de condições socioeconómicas, observa-se um acentuar da precariedade existente contrariando assim a vontade e disponibilidade de habitar um bairro mais desenvolvido e salubre. (Amaral, 2014, p. 69) “Nas visitas ao bairro, em entrevistas e outros momentos de contacto com aqueles que o habitam, percebe-se que é reduzido o número daqueles que não gostam do bairro onde vivem. Para a maioria existe uma forte relação com a vizinhança e com a origem do bairro e este é um dos fatores que traz mais valor à sua vivência.” Entre os elementos negativos e problemas que afetam a comunidade destacam-se a falta de condições e consequente insalubridade, a marginalidade e

insegurança [Fig.45] também são um fator de “desunião” da população. (Amaral, 2014, p. 74)



Figura 43 - Gráfico da satisfação dos habitantes. (Turma 5D, 2013)

As atividades do dia a dia são diversas, desde atividades em conjunto até tarefas do quotidiano como cozinhar, agricultura [Fig.46], “atividades recreativas – improvisadas em pequenos espaços, telheiros e descampados, (zonas improvisadas devido à falta de equipamentos próprios) – deslocações, visitas (...) atividades religiosas e paroquiais, desenvolvidas dentro do bairro ou na paróquia nova (sediada próxima do bairro, perto do mercado).” “...os moradores juntam-se nos pátios e cruzamentos do bairro. Desta forma, estabelece-se uma correspondência entre a espacialidade do bairro e estas vivências sociais tão próprias e singulares. Os moradores criam espaços de improviso onde vivem socialmente com liberdade, reinventando o quotidiano ao dançar nas ruas, cozinhar nos pátios, brincar no cimento ou aprender nos telheiros.” (Amaral, 2014, p. 74)

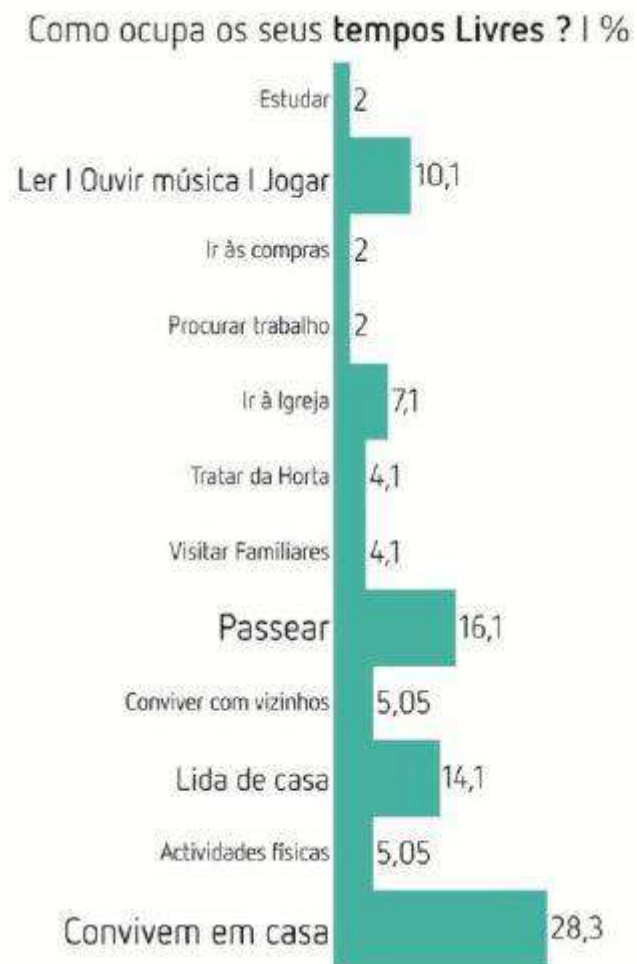


Figura 44 - Gráfico das atividades praticadas pelos habitantes. (Turma 5D, 2013)

Capítulo III - O Bairro Visto de Dentro



Figura 45 - Esquiço da vista parcial do Bairro do Barruncho.

3.1 Morfologias e Tipologias do Edificado

Ainda que aparentemente caótico na sua composição informal, é possível reconhecer lógicas de agregação nos diferentes conjuntos de casas que compõem este assentamento. Desenvolveu-se um levantamento das morfologias existentes, num esforço de apreender se os processos de autoconstrução e projeto são aleatórios, ou seguem a busca empírica de um tipo de espaço específico, necessário e funcional. Recolheram-se as diferentes agregações morfológicas e foram divididas em grupos-tipo, registando-se as suas principais características. As lógicas principais identificadas foram a agregação em pátio, a agregação linear ou rua, o modelo isolado e o modelo livre.

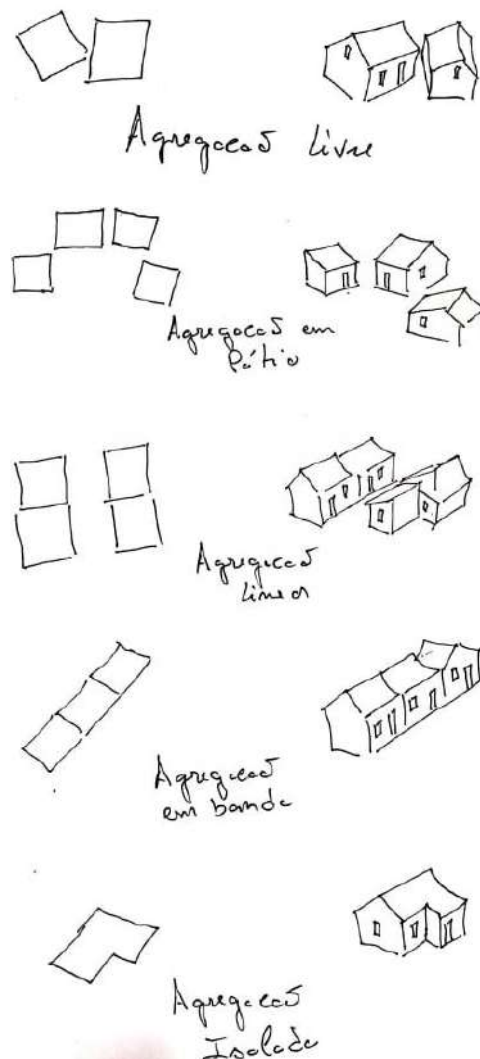


Figura 46 - Esquema de agregação livre, em pátio, linear ou rua, o em banda, modelo isolado.

Agregação em Pátio

A forma de agregação radial remete a forma de pátio comum, gerado pelas diferentes habitações, podendo ser privados mais integrados no espaço comum, funcionam como uma área de atividades quotidianas, convívio e recreação, oferecendo privacidade segurança e intimidade. Apresentam-se como espaços que ligam duas ou mais casas ou até como um corredores-pátio, que seguem a ideia do pátio, mas com forma linear. Estas áreas funcionam como ponto de encontro entre amigos e familiares, revelando a sua importância e o carácter de vivência e de comunidade, onde as habitantes se encontram e usam o exterior como um espaço semiprivado comunitário. (Chora, 2015, p. 28)

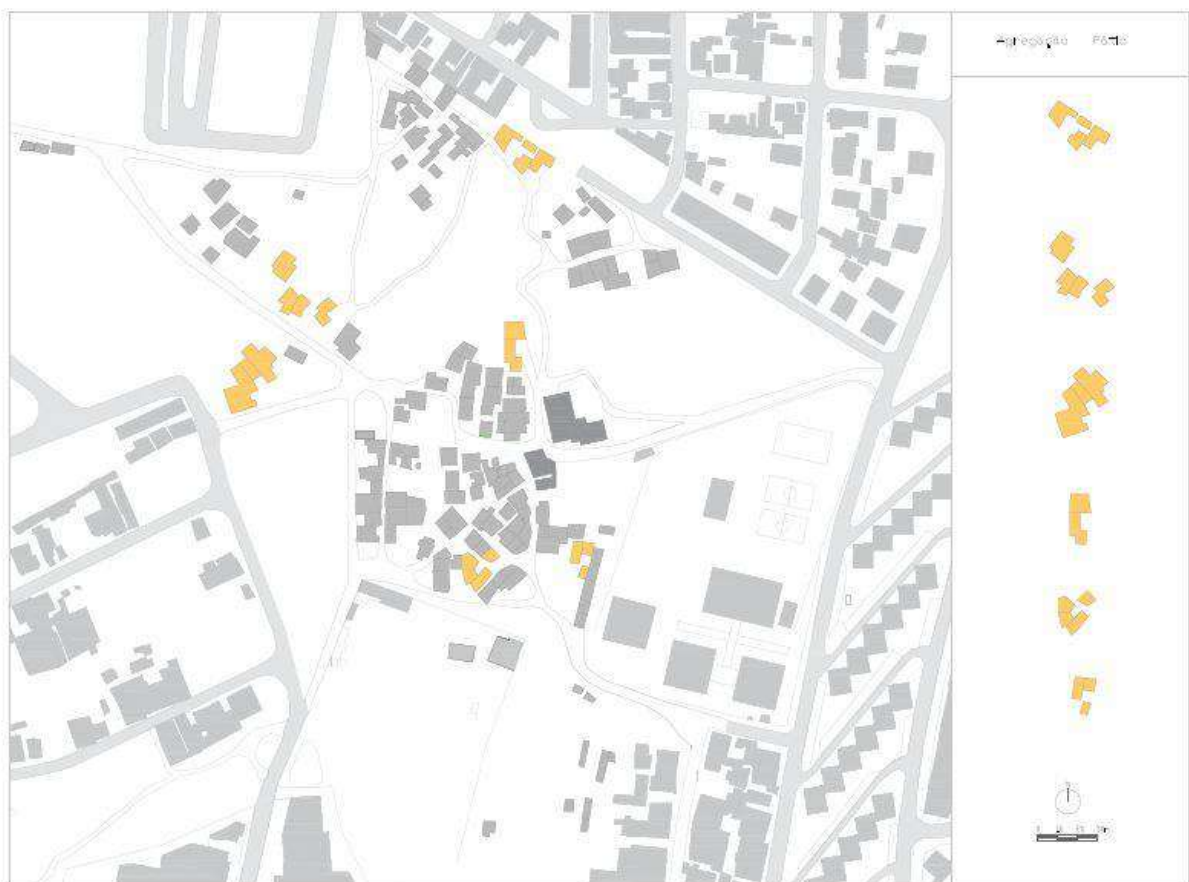


Figura 47 – planta de agregações em pátio.

Modelo Linear de Agregação

O modelo linear de agregação relaciona-se com as ruas da comunidade, distinguem-se dos corredores-pátio por não terem o mesmo carácter social; são ruas que não têm a mesma vivência e acabam por mostrar uma agregação mais solta, seguindo um eixo direcional central. Têm função apenas de circulação e como forma de manter o acesso a todas as casas.

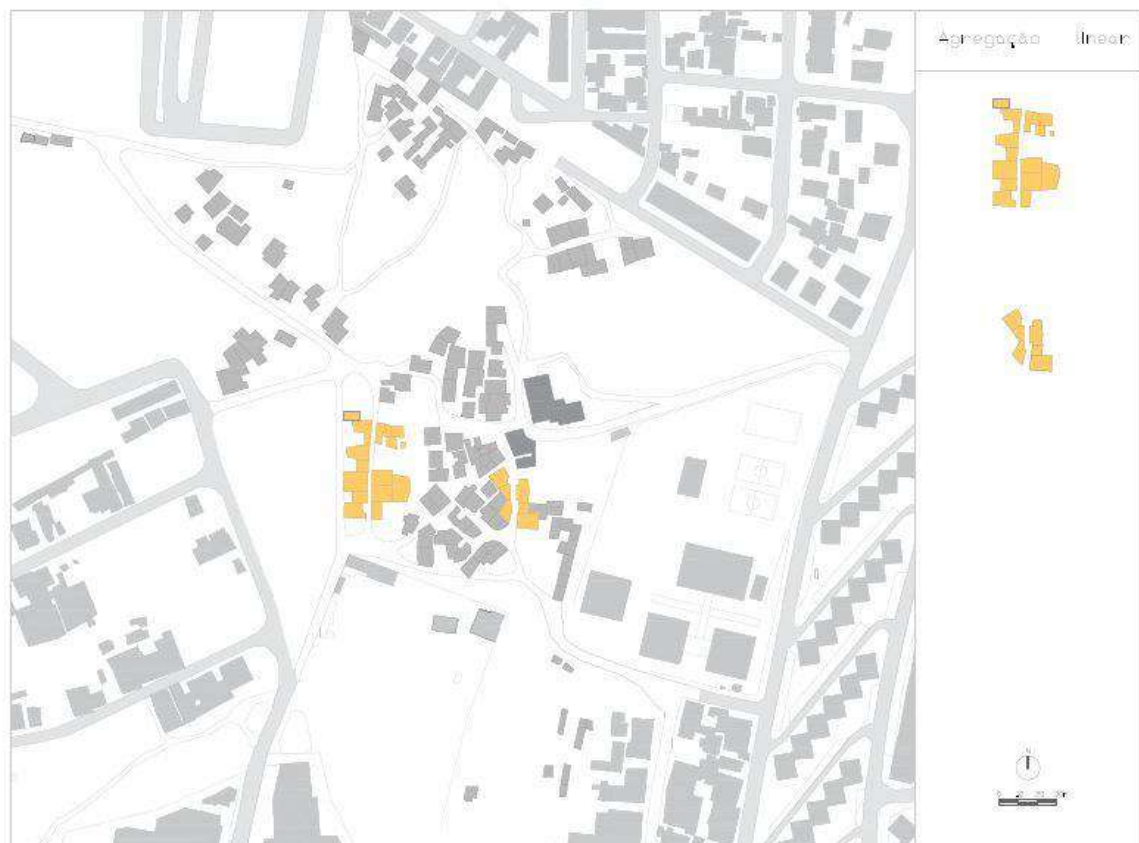


Figura 48 - Planta de agregações lineares.

Agregação Linear Lateral/Banda

Este sistema de agregação tem uma atmosfera mais privada, com uma separação do espaço envolvente. Apesar de realizar a comunicação de várias casas, distingue-se por ter uma vivência à independente da malha, onde apenas quem pertence pode entrar. Ao contrário dos corredores-pátio, semiprivados e abertos, estas ruas possuem ligação a um quintal ou logradouro privado, sem saída.

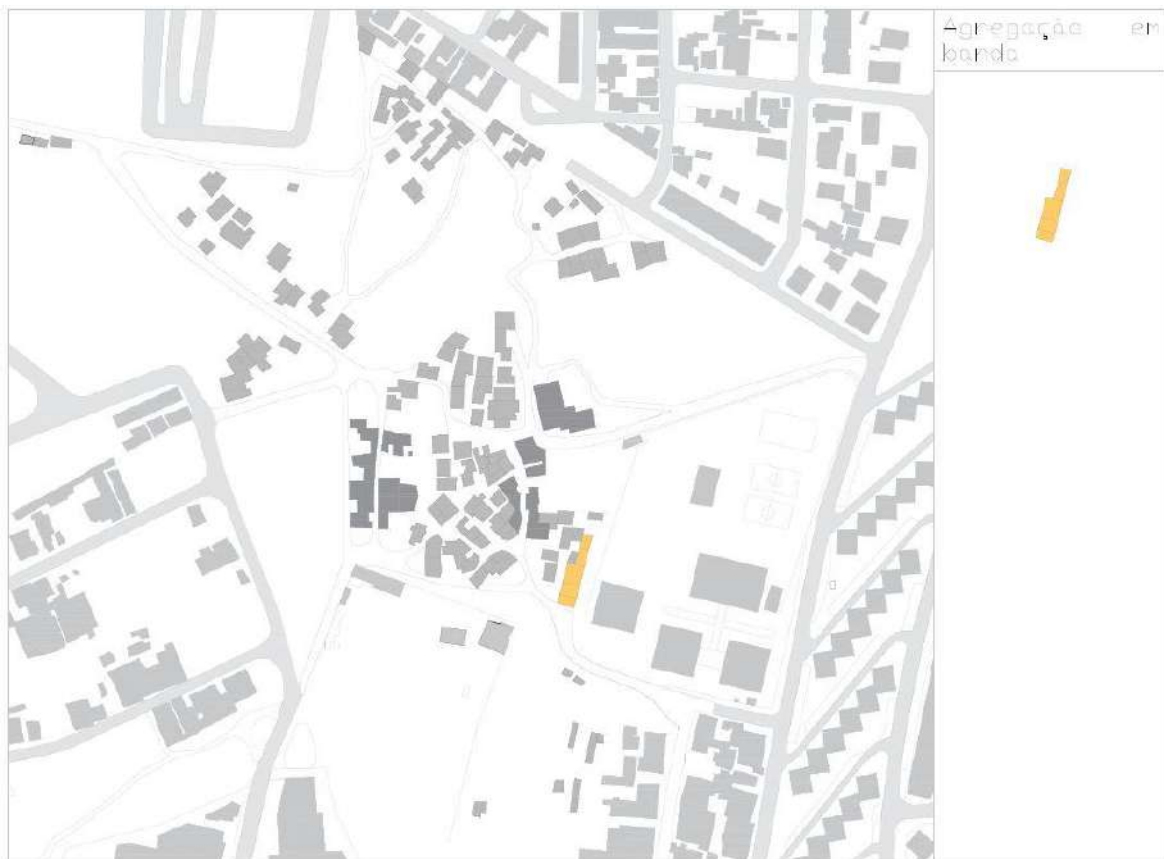


Figura 49 - Planta de agregações em banda.

Modelo Isolado

O modelo isolado é observado em habitações ou estruturas de exceção. Servem de exemplo algumas casas mais antigas do bairro, de maior qualidade construtiva e que, não dependem de uma estrutura comum. Estes tipos de morfologias localizam-se principalmente na zona oeste, que é a mais desagregada e menos densa, neste sistema observa-se uma forte relação com os terrenos agrícolas, onde estes espaços definem a separação e os limites de cada casa. Enquadra-se também de forma isolada, a antiga Fábrica das Peles, marcante pelo contraste construtivo em relação ao bairro, quer pela localização num ponto central e de promontório, servindo de ponto de referência em todo o Bairro.

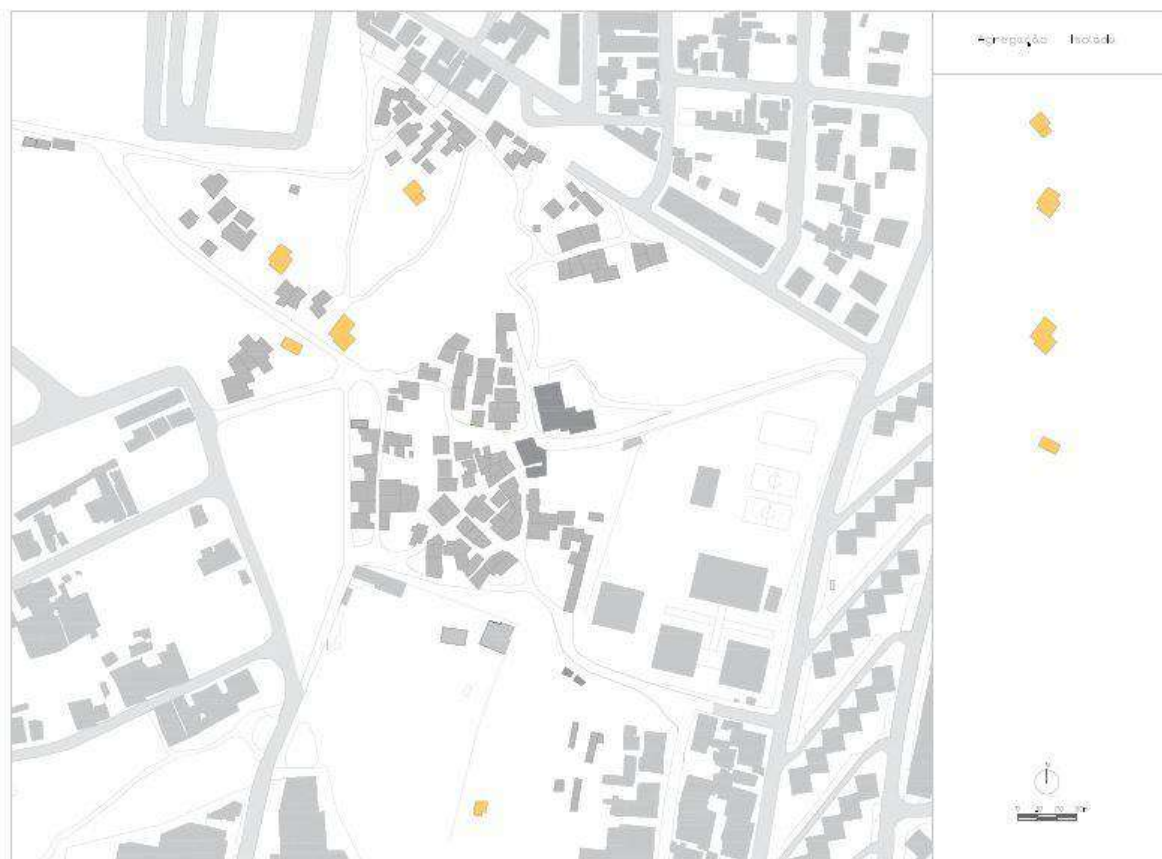


Figura 50 - Planta de agregações isolada.

Modelo Livre

O modelo livre define-se com a falta de lógica de agregação ou na formação de um conjunto morfológico irregular, onde não existe um esforço concertado para criar uma leitura espacial coesa. As características são a falta de regularidade, onde as portas e paredes não convergem para nenhum eixo ou espaço comum, e as habitações surgem de forma aleatória sem seguir alinhamentos de fachada, larguras de rua ou orientação. Não obedecendo a um sistema de implantação, pode-se afirmar que segue uma agregação livre com forte desfragmentação e falta de consolidação. (Chora, 2015)

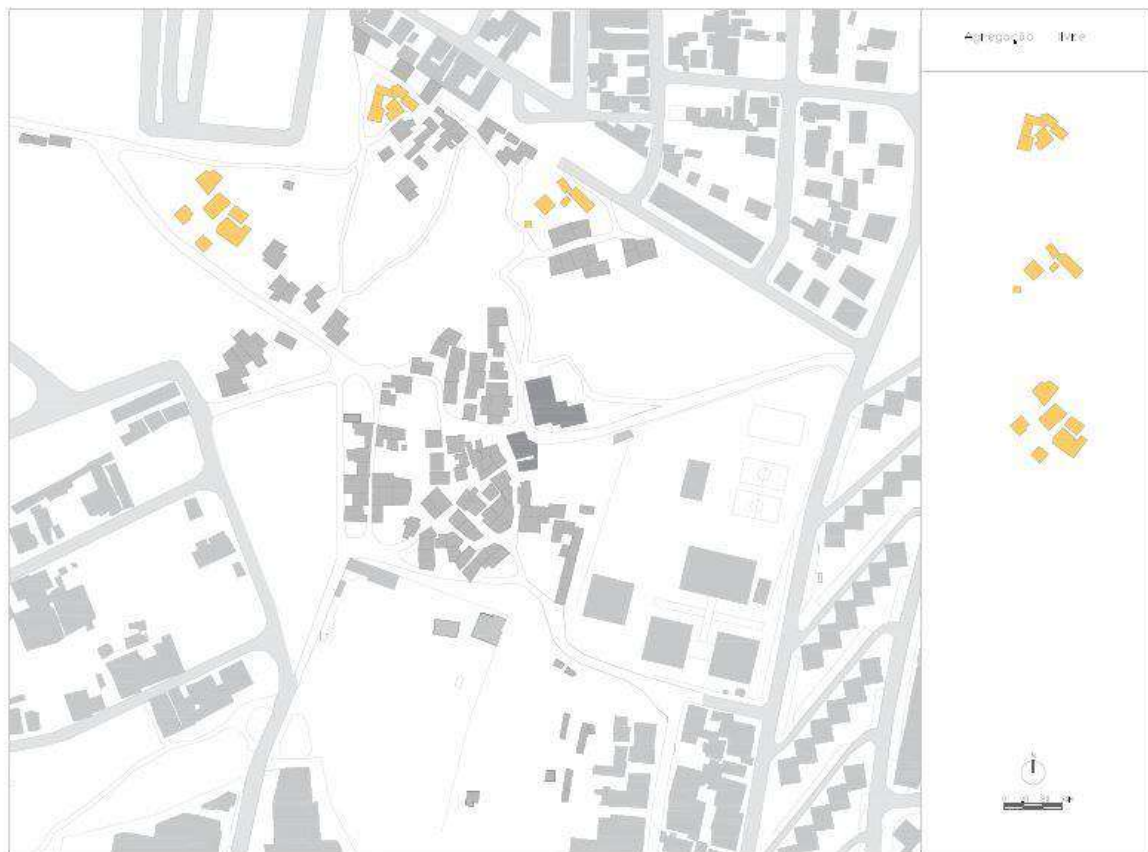


Figura 51 - Planta de agregações em modelo livre.

3.2 Espaço Público Existente

A rua, o beco, o alpendre e o pátio são as principais formas de espaço público existente no bairro.

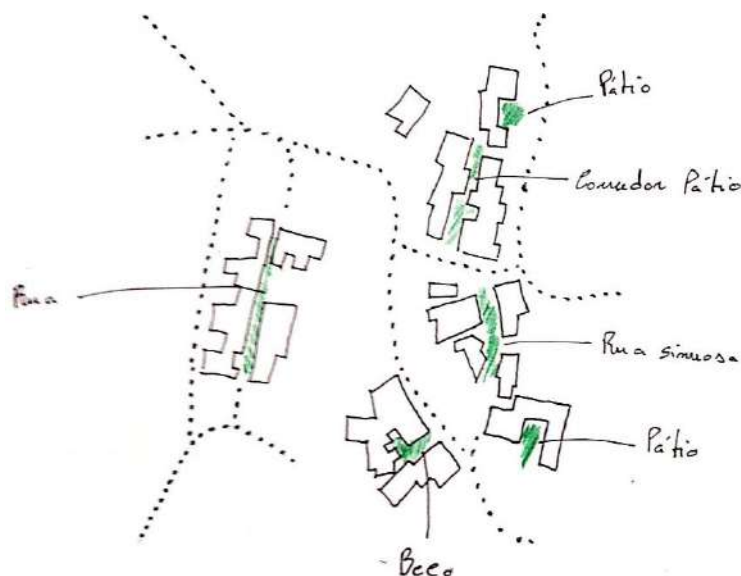


Figura 52 - Planta esquemática de espaços coletivos pré-existentes.

Rua

A rua é o espaço exterior coletivo, que participa e organiza na malha urbana e permite ligar um local a outro, oferece a possibilidade de movimento do sujeito na urbe e a socialização com os seus semelhantes. O espaço público predominante no bairro é a rua que ser de ponto de encontro dos moradores. Neste contexto a rua tem um carácter popular, é viva e vivida com intensidade em contraponto com a rua urbana, que apenas permite a partilha de um espaço comum e necessário para as deslocações. Este tipo de vivência e organização urbana permite a entrada semidirecta para as habitações.

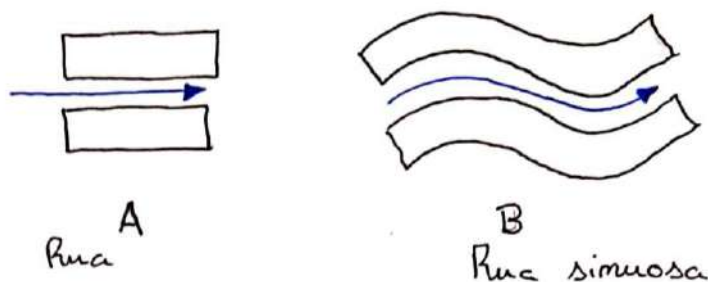


Figura 53 – Esquema de tipos de rua.

Beco

O beco é uma rua estreita, que pode ter ou não ter saída, pela sua forma e dimensão, tem um carácter mais íntimo e “privado” que a rua. No bairro, existem becos. Têm pouca luz, são apertados e com menos luminosidade.

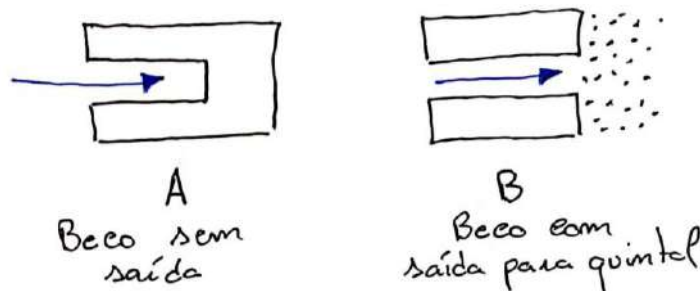


Figura 54 - Esquema de tipos de beco.

Alpendre

O alpendre é dos elementos mais comuns deste assentamento, encontra-se junto as habitações e estabelece a relação rua-casa como um espaço mediador. O alpendre é o elemento intermediário entre a porta e a rua, por vezes marcado por uma diferença evidente, um muro ou por um portão. No Bairro do Barruncho, o alpendre é muito comum e raramente é fechado ou inacessível, permitindo a diluição entre a rua e a habitação, entre o público e o privado.

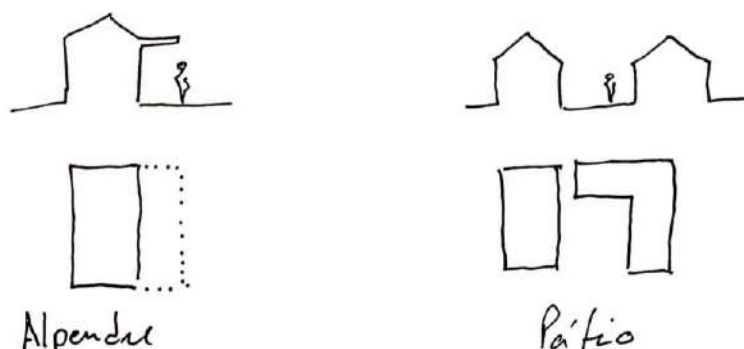


Figura 55 - Esquema de alpendre e pátio.

Pátio

O pátio coletivo no Barruncho é um elemento essencial para a formação do espaço público, possibilita o encontro de pessoas para um espaço comum e também possibilita a passagem entre a rua e a habitação num tom mais popular e comunitário.

Análise SWOT

Para o auxílio na caracterização do assentamento recorreu-se a uma análise SWOT, esta destina-se a especificar as potencialidades e debilidades da área de intervenção, assim como a identificação dos fatores internos e externos que são favoráveis e desfavoráveis para alcançar os objetivos propostos.

	Potencialidades	Debilidades	Oportunidades	Ameaças
Acessibilidades	- Proximidade das vias de comunicação, equipamentos, serviços espaços públicos na envolvente próxima;	- Malha irregular, - Ruas sinuosas sem pavimentação - Falta de estacionamento;	- Relação e ligação com a malha envolvente; - Área estratégica na consolidação do território	- Risco de acidentes pela falta de pavimentos; - Dificuldade na evacuação e emergência
Espaço Público	Personalização dos espaços que antecedem as habitações;	Inexistência de espaços verdes e espaços públicos salubres;	Revitalização dos espaços existentes;	-Ocupação da rua por carros; -Falta de mobiliário e iluminação urbana;
Usos	Localização estratégica dos usos na envolvente do bairro;	Falta de instituições culturais e serviços;	Criação de instituições de carácter didático e recreativo;	Tendência para a formação de ilhas urbanas;
População	- Redes sociais e relação de vizinhança; - Riqueza cultural;	- Intolerância à mudança de hábitos; - Nível de escolaridade baixo;	Vontade e sentido de autossustentabilidade (hortas urbanas);	Falta de apoio às crianças e juventude, idosos e famílias;
Edificado	- Multifuncionalidade dos espaços e reaproveitamento dos materiais; - Importância do pátio	-Precariedade dos materiais e sistemas construtivos; -Infraestruturas inexistentes e precárias;	Recriação do edificado com base no arquétipo pátio comum;	-Condições de habitabilidade precária; - Condições de infraestruturas insuficientes;

3.3 Comunidade

Foram observados dados de várias entrevistas à população residente, com o objetivo de conhecer com mais proximidade e realidade das principais necessidades e carências dos moradores. Estas entrevistas foram realizadas pela turma D do 5º ano de Projeto, no 1º semestre do ano letivo de 2012/2013 da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, e consultadas na tese de mestrado de Sofia Ornelas Neves com o título, *Redesenhar e requalificar o lugar informal - do bairro à cidade, O Bairro do Barruncho - Odivelas*.

As principais carências apontadas pelos moradores, são as seguintes:

- Má qualidade construtiva das habitações;
- Falta de creches onde deixar os filhos enquanto os pais trabalham;
- Falta de espaços didáticos e recreativos para os tempos livres e fins de semana (jardins, centros comunitários, cafés, espaço para a associação de moradores);
- Falta de comércio;
- Pavimentação das ruas, e iluminação pública.
- Insegurança
- Insalubridade do espaço coletivo

As principais potencialidades apontadas pelos moradores, são as seguintes:

- Boa relação com os vizinhos
- Espírito de entreajuda na comunidade

Na comunidade residem pessoas de três etnias: cabo-verdianos, ciganos e portugueses, estes agrupam-se consoante as etnias, e até na qualidade das habitações há distinções e características diferentes em cada grupo. A etnia portuguesa é a que tem as melhores condições devido a uma permanência mais antiga, seguindo-se a africana e por último a cigana. (Fernandes C. , 2013, p. 66) Espalhadas pela área existem hortas ligadas às habitações, sendo este um aspeto importante, tanto da autossustentabilidade das famílias, como no método cultural de apropriação do espaço pelos habitantes. (Chora, 2015, p. 25) A relação entre o habitante e a terra, através da construção horizontal e da forma de

utilização desta na construção, do cultivo, dos pátios e ruas também falamos de relações entre moradores, que partilham o mesmo espaço de forma natural e familiar. (Amaral, 2014, p. 84)

A baixa escolaridade das gerações mais velhas criam situações de empregos precários onde os rendimentos são baixos, onde as mulheres conseguem ter trabalho com maior estabilidade, os homens, normalmente oscilam entre períodos de emprego e desemprego, necessitando muitas vezes de depender de “biscates”. Quanto a mobilidade, o meio de transporte mais utilizado pela comunidade é o autocarro, para as deslocações entre a casa e o trabalho, serviços, comércio e lazer, alguns moradores têm veículo próprio, que deixam na periferia do Bairro, dado não ser possível a circulação no seu interior.

O encontro entre vizinhos realiza-se nas ruas, alpendres e pátios, como o pátio da D. Conceição ou o do Sr. Pedro onde se realizam festas e convívios, “ou o telheiro da D. Isabel que ela mesma descreve nestes termos: “as crianças estudam a catequese aqui”.” (Amaral, 2014, p. 82) As janelas são gradeadas, mas durante o dia as portas estão abertas e os sofás dos alpendres ocupados com amigos e conhecidos. Tudo se sabe e se decide informalmente não existindo associação de moradores nem mecanismos que represente a população. Existe uma grande preocupação com a segurança e o acompanhamento das crianças e jovens devido a taxa de abandono escolar e as referencias de criminalidade, alcoolismo trafico de drogas e violência doméstica sendo por vezes palco de intervenções da PSP no seguimento de crimes violentos. (Coelho, 2013, p. 27)

Capítulo IV - Proposta

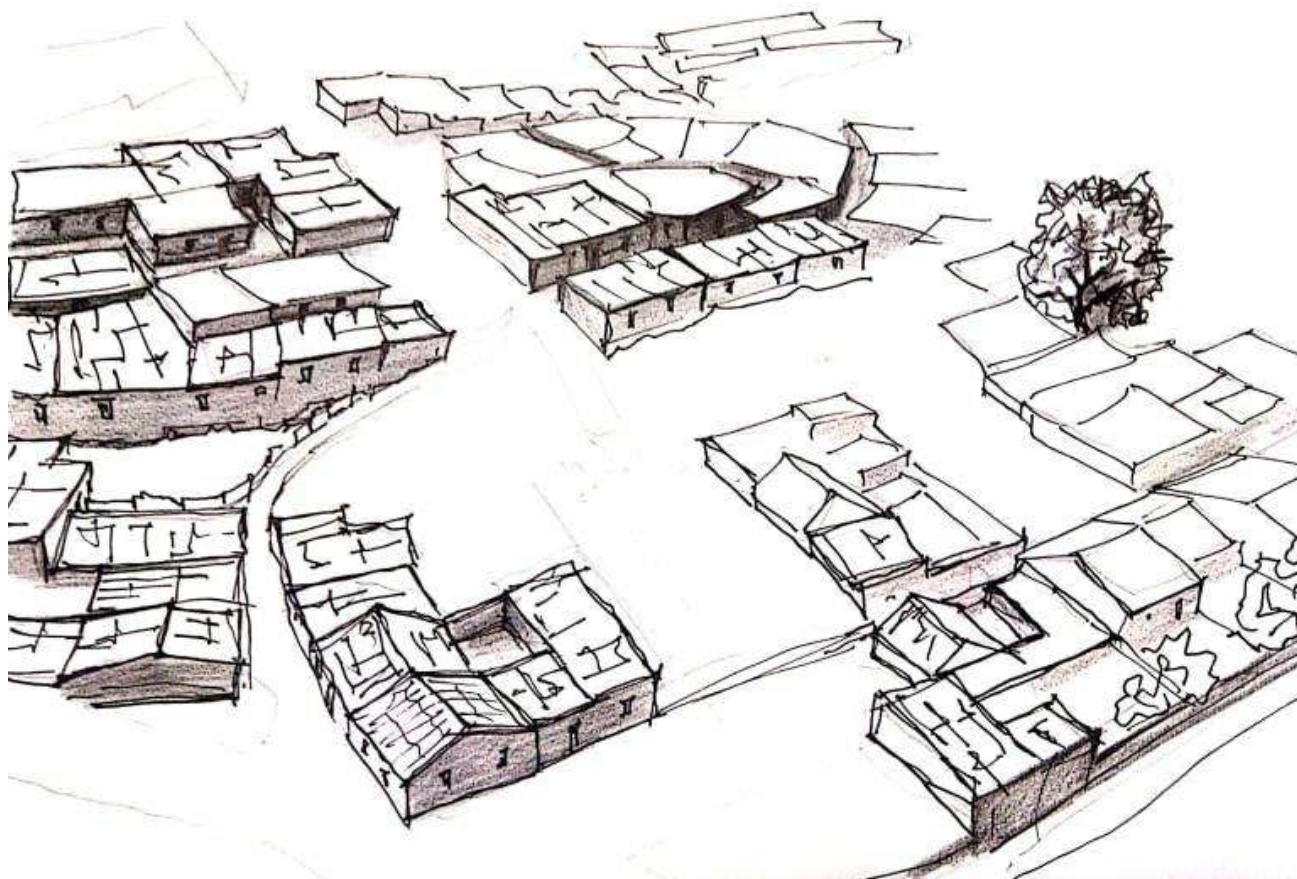


Figura 56 - Esquiço de vista parcial.

A proposta definida foi elaborada com suporte na análise realizada, com o estudo e pesquisa da situação histórica, urbana e social. A partir da apreensão dos factos, é possível ter a percepção do modo como os habitantes vivem, ocupam, transformam e se relacionam com o espaço onde vivem e o que pensam do mesmo. Em contexto de AUGI é normal a falta de espaço coletivo consolidado. Este facto sobressai nas entrevistas consultadas e presentes em anexo, onde se verifica o desejo da população na criação de espaços de convívio e lazer. Este projeto de arranjo e melhoramento do espaço público num território autoproduzido, pretende responder a determinados objetivos, que colidem a nível de condições urbanas, com as principais necessidades da comunidade e não tendo o enfoque no espaço habitacional interior, tem o objetivo de desenhar o espaço público deste assentamento clandestino, para resolver problemas com que a população convive diariamente, tendo também o desejado resultado de uma consolidação da malha urbana existente e envolvente, onde se projeta maior salubridade, afirmação e direito urbano. O intuito é consolidar o espaço urbano e deixar umas pistas para que exista um futuro processo de consolidação habitacional e melhoria de condições. Por fim, a necessidade de dar um significado e uma imagem urbana que o relacione com a malha dita formal, contribuindo para a importância de olhar estes territórios e evitar a sua exclusão e marginalização, propondo novas perspetivas, indagando sobre diferentes formas e métodos de atuação perante esta problemática. Deixar a memória e vivência com o respeito pelo território e pelos que o construíram, com uma intervenção *in situ* que pretende desenvolver valores urbanos e despertar a consolidação da área que reside dentro do organismo vivo a que chamamos cidade, com a interpretação que esta se verifica em constante mutação, transformação e consolidação.

Assim, orientado e estimulado pelas problemáticas do território, o projeto proposto visa suprir algumas necessidades básicas da população, projetar e pensar espaços de qualidade e solucionar diferentes problemas através da reabilitação do espaço público e consolidação dos elementos que se encontram desarticulados. Apesar da marginalização e de ser um espaço de vulnerabilidades, também é dotado de vários valores ao nível da sua organização social e espacial, proporcionando aos moradores um modo de habitar próprio e diferente do resto da envolvente. O entendimento deste órgão urbano e dos elementos mais importantes para a comunidade dão respostas das abordagens necessárias a adotar neste tipo de problemática. Para além do desenho, o pensamento da ação de construir ou autoconstruir este projeto revê

vários apoios, numa ação que inclua a população, equipas voluntárias, órgãos administrativos e apoios comunitários. Desta forma, entende-se que a proposta para o bairro deve reconhecer as imagens identitárias pré-existentes, onde o novo espaço requalificado permita a apreensão de referências e lembranças da comunidade e se reorganize com as particularidades que o caracterizam. O exercício propõe o desenho de um projeto, à escala da cidade e do espaço público em territórios autoproduzidos, sendo abordado através de um programa de espaço público exterior com intervenções urbanas necessárias, destinadas a melhorar e consolidar o bairro com a inserção de equipamentos e infraestruturas necessários.



Figura 57 - Desenho de planta geral.

Após a pesquisa e reflexão dos métodos e processos do fenómeno da autoconstrução dos bairros clandestinos e com o entendimento da realidade do Bairro do Barruncho, é importante estabelecer um conjunto de objetivos e considerações a aplicar na logística da componente pratica de projeto. Assim, a proposta visa:

- Projetar uma solução que dissolva o isolamento, marginalização e exclusão que atualmente caracterizam estes territórios, e simultaneamente fomentar o sentido de comunidade já existente.
- Desenvolver espaços necessários e recetíveis a apropriação, promovendo e facilitando a integração dos diferentes modos de vida e quotidianos, através da criação de espaços controlados com melhores condições, limpeza, materiais e arranjos que proporcionam a comunidade uma vivência adequada;
- Desenhar soluções que se adequem as características físicas do local como topografia, orientação, pré-existências, envolvente, e ao mesmo tempo tirar partido destas, direcionando as decisões tomadas para a criação de um projeto mais coerente, sustentável e económico.
- Resolver os problemas infraestruturais, de acessibilidades e de salubridade, otimizando as soluções de projeto para combater as carências assinaladas.
- Construção a custos controlados com vista as condicionantes existentes provenientes da especificidade do território e do programa definido, a um desenho criativo e simples.

Observa-se que a CMO tem realizado programas de apoio em tecidos fragmentados. Em 2000, por exemplo, foi introduzido abastecimento de serviço de água pública a 122 famílias do Bairro do Barruncho. Em relação às condicionantes e restrições de utilização pública, a área de intervenção é atravessada por uma linha elétrica de alta tensão aérea, é limitada pela RAN, contem uma linha de água incluída na REN a sudoeste e a Escola Básica localizada a nascente.

Estratégia de projeto

Apresentando a estratégia de projeto, esta visa responder às intenções atrás referidas e não existindo modelos únicos de intervenção neste tipo de bairros, a estratégia deve assentar no “respeito pelo território, na sua vertente urbana, arquitetónica e social”, aproveitando o máximo das valorizações locais do bairro. (Raposo, 2006, p. 5) Assim torna-se importante captar o *genius loci*, não para o modificar, mas para o incentivar e

regenerar de forma a valorizar a sua dimensão antropológica, intervindo com uma intenção de respeito e reconhecimento da sua identidade, para a base que suporta o método de requalificação do bairro. Desta forma a estratégia de valorização do Bairro do Barruncho assenta na intervenção no espaço público, infraestruturas e equipamentos públicos deverá induzir numa intervenção posterior dos próprios residentes, no sentido de melhorarem as próprias habitações. Esta ação é baseada na autoconstrução e produção, sendo uma mais-valia para a rentabilização económica da intervenção, elevação do sentimento de estima pelo bairro e promoção da inclusão e o sentimento de identidade.

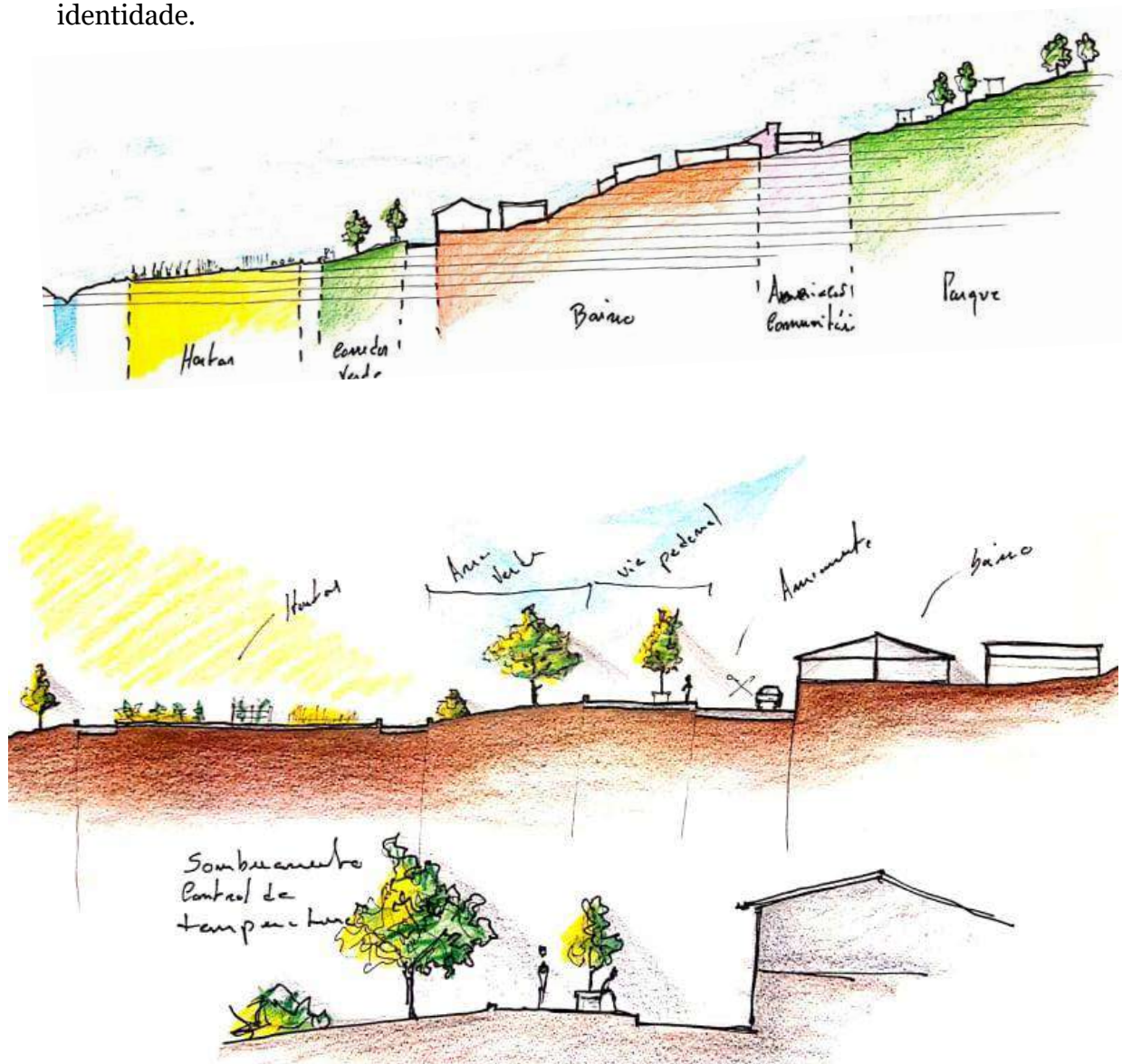


Figura 58 - Esquema de perfil urbano.

4.1. Programa

O programa inclui um parque/jardim público, uma associação comunitária e uma área de hortas urbanas, bem como recuperação e arranjos de ruas, largos, acessos, estacionamento, sombreamento, solo e mobiliário urbano. Este foi pensado e decidido perante as necessidades e características do local, este intervém no espaço exterior coletivo exterior [Fig.60]. Com o melhoramento do espaço existe a intenção de pavimentação de todas as ruas, colocação de iluminação pública, intervenção no sistema de recolha e lixo. Desta forma pretende-se assegurar a continuidade e permeabilidade urbana, solucionando as barreiras físicas existentes através do desenvolvimento da rede de espaço público que se aproxime da envolvente e suas centralidades. Assim, serão facilitadas as interações económicas, sociais e culturais, essenciais para a sustentabilidade do espaço público de qualidade, beneficiando não só o Bairro do Barruncho, mas também os bairros adjacentes, preservando e enriquecendo a diversidade cultural do tecido urbano.

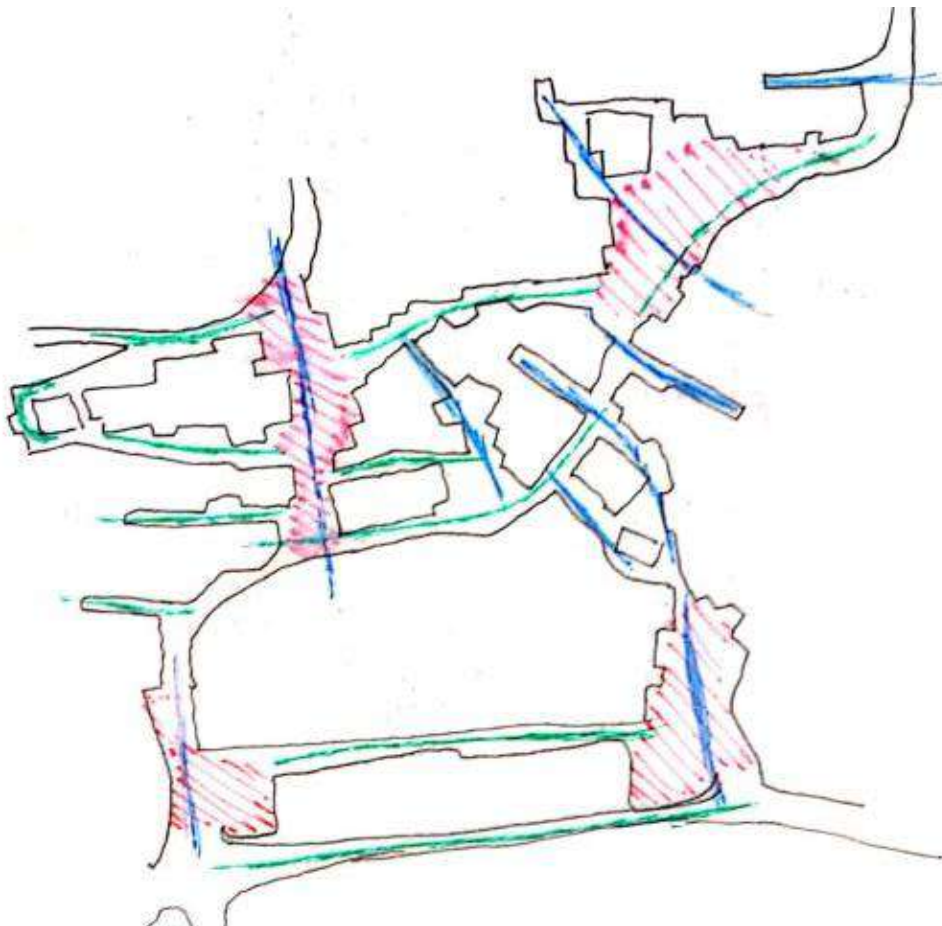


Figura 59 -Esquema de espaço exterior coletivo.

O plano serve para aumentar e reforçar a continuidade e permeabilidade, através da agregação de ruas descontínuas devido à existência de barreiras físicas, com o desenvolvimento e requalificação de diferentes tipologias de espaços públicos, de forma a promover diferentes apropriações e atividades, a partir de alargamentos espaciais dos acessos e trajetos rodoviários e pedonais, becos e praças. Através de novos espaços públicos, distribuídos ao longo do assentamento e a remodelação de equipamentos públicos de apoio à população localizados em pontos estratégicos no bairro e envolvente.



Figura 60 - Desenho de vista parcial.

4.2 Associação Comunitária

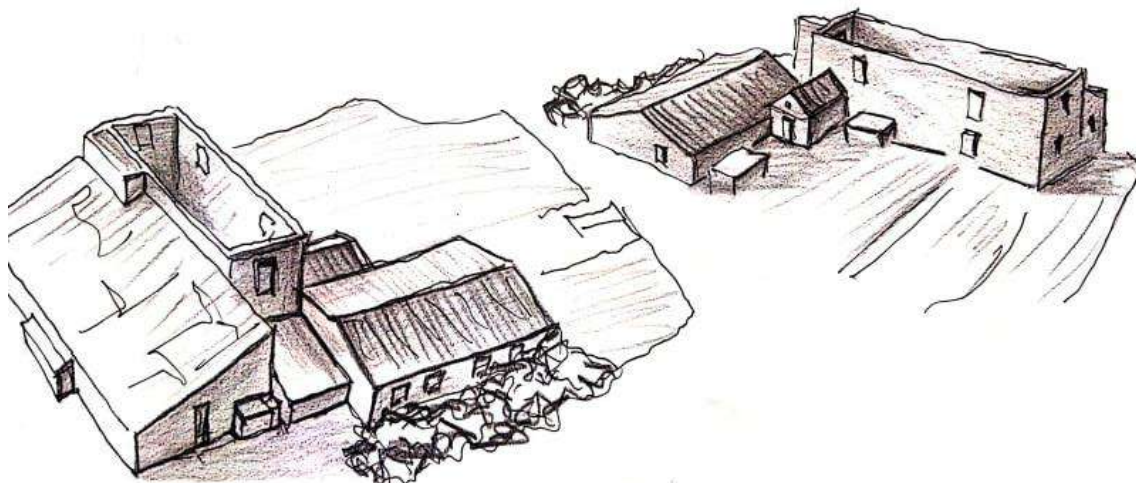


Figura 61 - Volumetria da fábrica de peles.

A presença de uma associação comunitária neste bairro torna-se essencial para o incentivo e o apoio dos habitantes, fornecendo um serviço social que irá ajudar na organização e manutenção do bairro bem como o apoio institucional de educação e integração, com um programa que inclui salas de ATL, uma pequena biblioteca, cantina, instalações sanitárias, espaço de gabinete, arrumos e um pátio exterior. O local escolhido desta associação prevê o uso e reabilitação do edifício da antiga fábrica de peles existente, que tem destaque no conjunto devido a sua materialidade, volumetria e situação topográfica de promontório, sendo observada como um marco edificado de referência espacial. A associação pretende organizar um espaço de agregação sociocultural com intenção de: valorizar e dinamizar a população; apoiar o desenvolvimento económico, profissional e cultural, fomentando atividades para a sustentabilidade social. Com este propósito concentra espaços dedicados à realização de atividades que valorizem elementos atrás estabelecidos:

- Biblioteca: com o propósito de diminuir a infoexclusão e o insucesso escolar, promover o desenvolvimento das capacidades intelectuais, proporcionar o estudo acompanhado, espaços de acesso à internet e equipamentos de multimédia;
- Cantina Social: espaço comum à população, podendo ser organizado como um suporte às pessoas mais necessitadas.

- Espaços polivalentes: Espaço que permita acomodar um lugar de reunião, cerimónias e atividades diversas;
- Local de reunião e confraternização social, cafeteria
- Salas de estudo, gabinetes e ATL para jovens

Salienta-se a caracterização do sistema construtivo é simples e económico, com paredes de alvenaria, lajes de abobadilhas e vãos e caixilharias em alumínio, a cobertura é desenvolvida em telha e exteriormente procede-se ao arranjo e pintura de paredes. Os pavimentos interiores de madeira e cerâmica nas zonas húmidas como cozinhas, instalações sanitárias e cantina.

4.3 Parque Público



Figura 62 - Esquema do parque público.

Desenvolvido com a finalidade de implementar uma estrutura verde de baixo custo, foi pensado para suportar uma zona de jogos com campo multiusos, zona de merendas, espaços amplos para estadia, descanso e lazer, este programa vem ao encontro das entrevistas realizadas a população, consultadas e disponíveis em anexo.

Funcionando como espaço de transição, representa também uma opção na otimização natural, ambiental, de ganho no conforto térmico, proteção e permeabilidade que oferece ao local maior dignidade e paisagismo salubre acessível a moradores e visitantes. Este tem como função de se desenhar como um elemento agregador que interliga e aproxima socialmente a área do bairro, com a envolvente com o intuito de gerar relações e vivências humanas, refletindo-se como a ponte entre a realidade urbana “formal” e clandestina, o espaço localiza-se no limite noroeste ocupando cota mais elevada do terreno com vista para o vale. No seu desenho consta o tratamento do solo com camadas de proteção biológica e natural, percursos pedonais ao longo da sua área, inserção de árvores e elementos naturais, desenho de largos com bancos estruturas de sombreamento, lazer e escadarias. A criação de uma cintura ou língua verde que relacione os limites opostos com o parque a noroeste e as hortas a sudoeste, esta mancha percorre e envolve todo o assentamento com capacidade de articulação das morfologias e malhas envolventes onde se acolhe diversos equipamentos e espaços lúdicos e de lazer. Foi pensado o uso de vegetação da região autóctone, com arbustos e árvores de pequeno e médio porte, resistentes e de fácil manutenção.

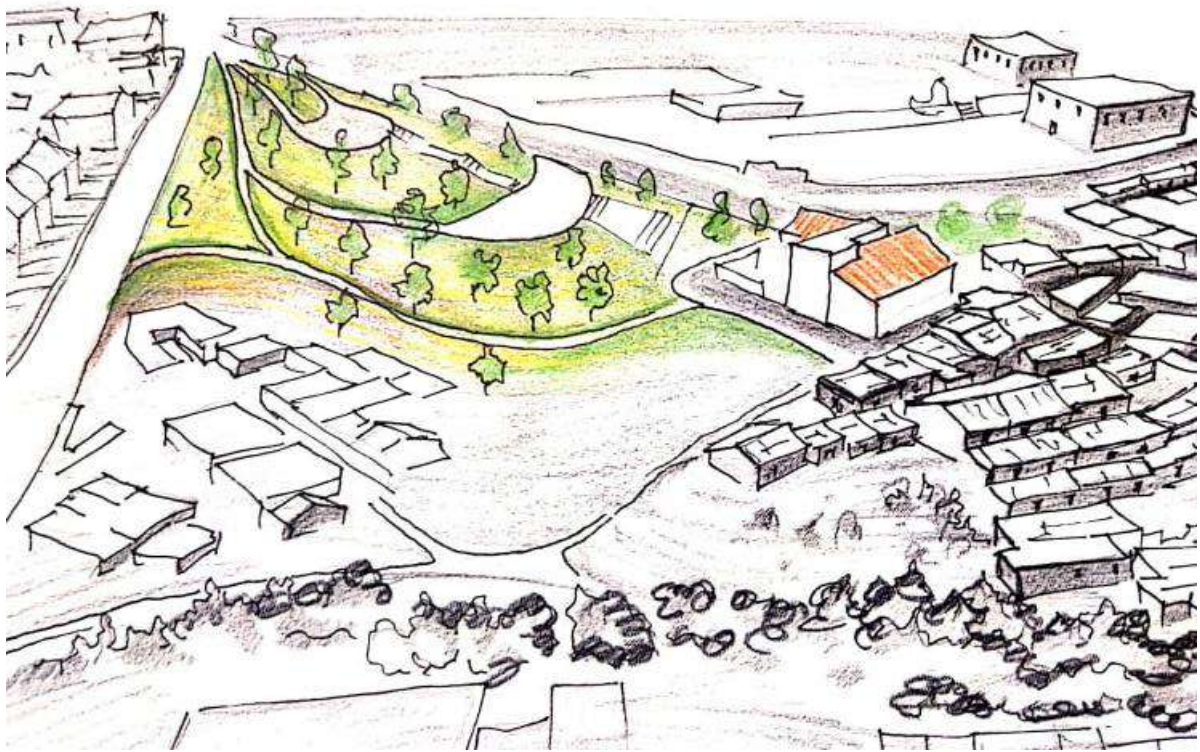


Figura 63 - Vista de conjunto do parque e do bairro.

Construtivamente o parque é constituído por muros em alvenaria de pedra de granito e conglomerados, os pavimentos são realizados em brita e terra compactada, com lancis, passeios e divisões em betão e o tratamento dos solos com camadas de proteção biológica e pequena área de relvado para uma diminuição de custos de rega. Em relação ao mobiliário urbano, este é minimalista, bancos em blocos únicos de betão, elementos de iluminação standard em alumínio e estruturas de sombreamento em madeira.

4.4 Hortas Comunitárias

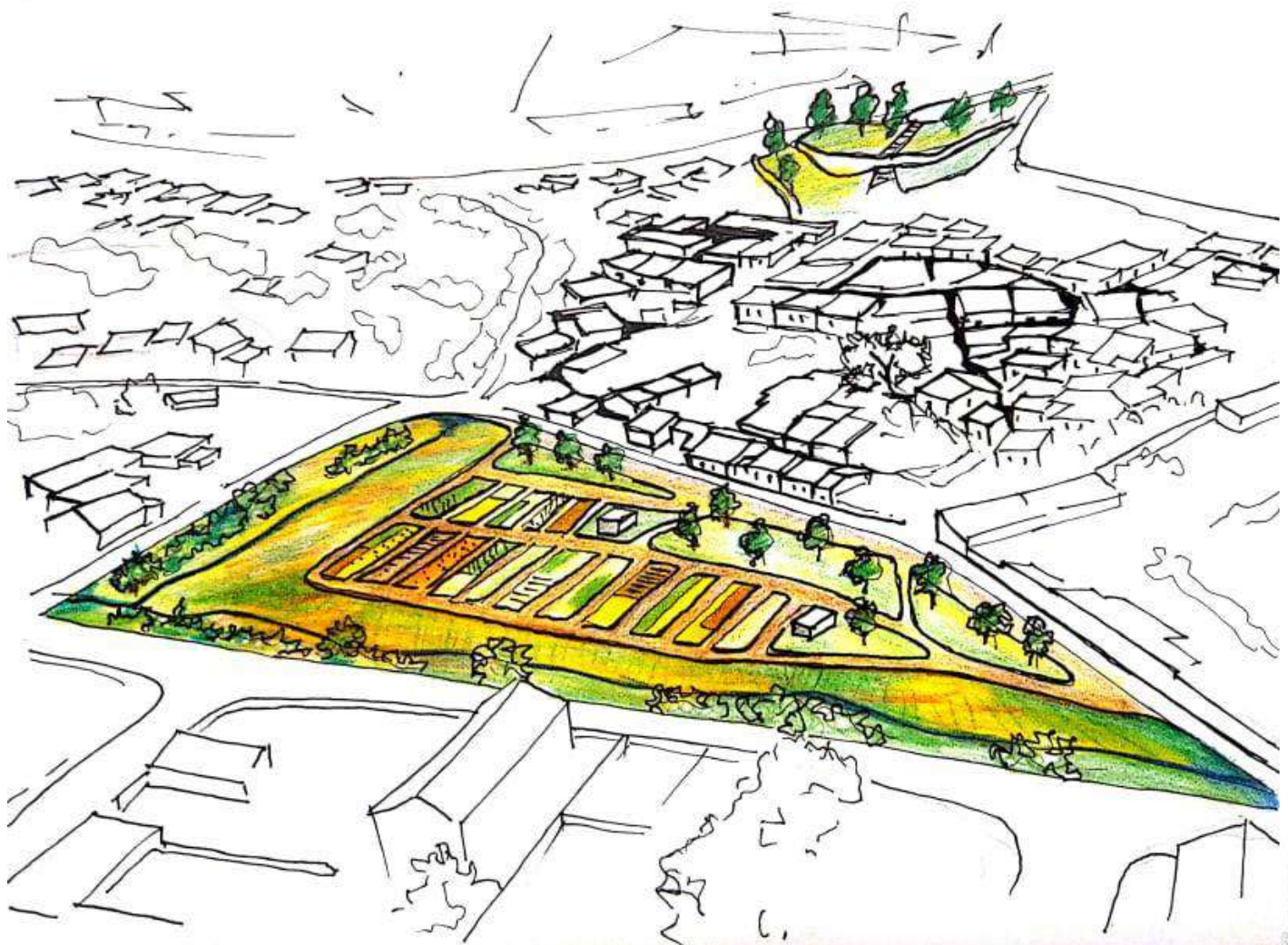


Figura 64 - Vista geral do espaço hortícola proposto.

A agricultura urbana e periurbana sempre fez parte do quotidiano da metrópole de Lisboa. É junto às ribeiras, taludes, terrenos expectantes e logradouros que ainda hoje podemos observar este relacionamento com o mundo rural, essencialmente agrícola. Desde 2012 que em Odivelas existe a Horta Urbana Comunitária do Bairro da Codivel, “a sua área inicial era de 1150 m² com 23 talhões, sendo posteriormente alargada para 33 talhões, perfazendo assim um total de 1600 m², dando assim resposta às muitas candidaturas.” (Vidigueira, 2014, p. 9) A intensão da criação de um espaço agrícola comunitário vem ao encontro das entrevistas realizadas à população, em que se observou que uma parte da desta mesma população possuiu hortas e mantém esta

atividade de subsistência, sendo também visível na imagem do assentamento terrenos agrícolas e quintais, estes são um elemento apreciado e vivido no quotidiano desta comunidade. Inserida na zona mais baixa e plana, esta área aproveita a proximidade com as linhas de água existentes, e localiza-se no limite sudoeste que confronta uma zona de indústrias a sul e uma zona residencial a oeste. O programa descreve talhões de hortas com acesso pedonal, pequenos elementos de apoio e corredores verdes. Com uma perspetiva de valorização global do espaço natural e dos sistemas da paisagem ecológicos, sociais e culturais, através dos seguintes princípios orientadores:

- Recuperar e potenciar os sistemas naturais, ecológicos e paisagísticos;
- Promover, estimular e fomentar a utilização sustentável dos recursos naturais;
- Assegurar acessibilidade, mobilidade e segurança;
- Consolidar e integrar os elementos edificados pré-existentes;
- Valorizar o espaço no contexto de uma futura estrutura ecológica e ambiental urbana;
- Flexibilizar futuras alterações na apropriação do espaço.

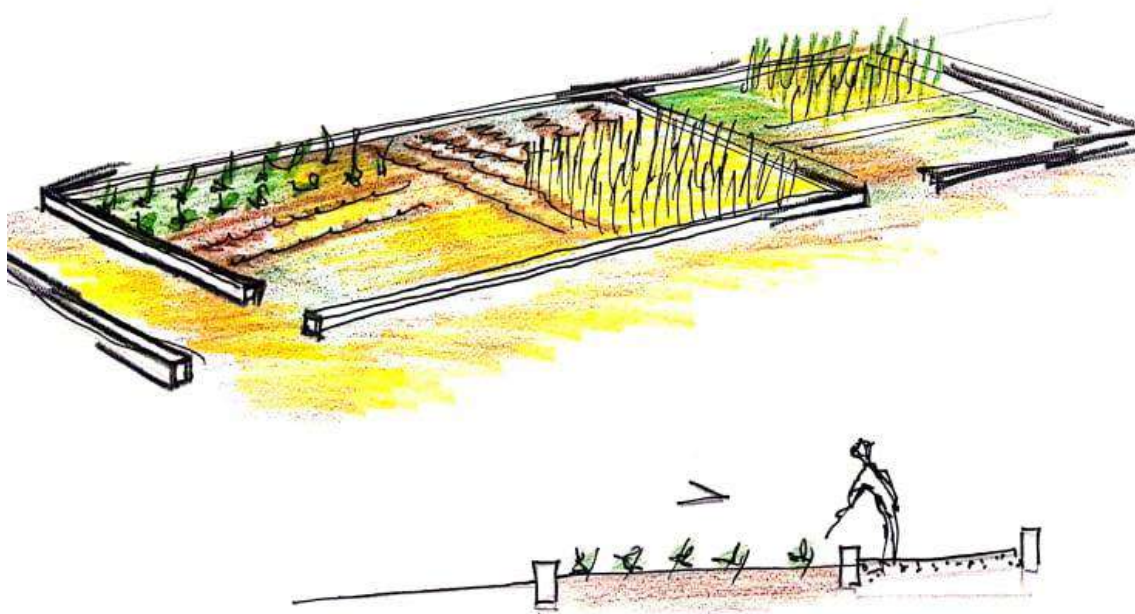


Figura 65 - Esquema de talhão hortícola.

Os objetivos ecológicos e ambientais da proposta das hortas comunitárias passam por integrar e recuperar os sistemas naturais, através do respeito e tratamento do relevo e pela reintegração dos sistemas verdes naturais e culturais tradicionalmente presentes

na nossa paisagem. Promover a biodiversidade, recuperação e proteção de solo, o aumento a infiltração de água no solo e o aproveitamento sustentável dos vários ciclos (hídrico, atmosférico e de nutrientes) e ao nível dos objetivos sociais, garantir que seja um local de coesão social, oferecendo um lugar de fruição, recreio e lazer), através de diversas áreas e ambiências, onde se incluem: hortas, áreas de recreio livre e áreas de estadia; uma diversidade que procurará envolver e estimular os utilizadores a participar (ativa ou passivamente) na fruição, gestão e manutenção do espaço.

Os objetivos económicos ligam-se à necessidade de redução dos custos – associados à construção do parque, bem como de futuros custos de manutenção – através da minimização de infraestruturização (quase nula modelação do terreno e poucas ou nenhuma construções) e das necessidades de manutenção (quer ao nível vegetal através de reduzidas necessidades de cortes, mondas, escarificações, fertilizações, herbicidas e rega; quer ao nível do mobiliário e equipamento urbano). A área hortícola dispõe de pavimentos realizados em brita e terra compactada, lancis, passeios e divisões em betão e o tratamento dos solos com camadas de proteção biológica.

4.5 Acessos e Percursos

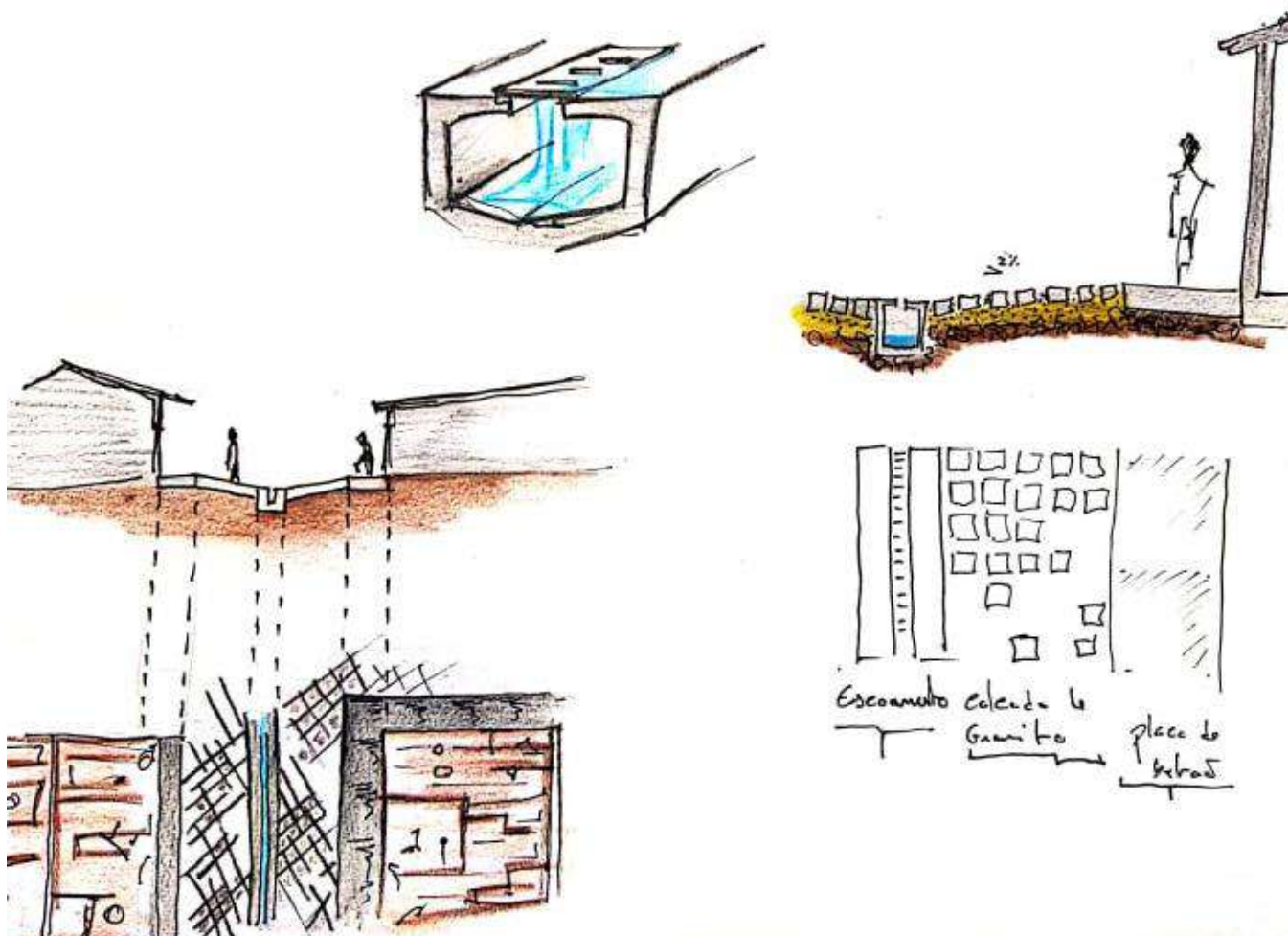


Figura 66 – Perfil com esquema construtivo de rua.

O modo de estar e usar o espaço nestas realidades urbanas, causa uma ausência parcial do limite entre interior e exterior, o espaço de transição entre os arruamentos e as habitações tem diferentes níveis de apropriação, os alpendres e as soleiras das entradas são caracterizadas por diversos objetos do quotidiano como bancos mesas, vasos, flores e plantas que ocupam as ruas, com a aparência de uma sala de estar pública. Na morfologia do bairro destacam-se 5 acessos principais de comunicação com a envolvente onde se procede a uma recuperação e melhoramento com pavimentação, desenho de passeios e estacionamento, estes aproximam-se dos núcleos do bairro deixando largos e a possibilidade de consolidação futura na sua interligação e comunicação. Os percursos

e ruas foram tratadas de forma a uma intervenção de pavimentos, drenagem de águas pluviais, arranjo de muros, colocação de escadarias, rampas e mobiliário urbano. O desenho do chão num terreno inclinado e a interligação dos vazios coletivos, obriga a constituir momentos de paragem, acesso, fruição e de contacto. A proposta realizada visa suprir as dificuldades produzindo uma pavimentação geral, muros a altura de bancos de sentar, mobiliário urbano, sombreamento e resguardos, abrindo e reabilitando eixos de comunicação com a envolvente.

O projeto promove a acessibilidade e a mobilidade por vários fatores: a reabilitação do acesso nas 5 entradas pré-existentes para o local; condicionamento da circulação rodoviária no interior do bairro favorecendo a circulação pedonal, permitindo apenas entrada a veículos em situações excecionais (ex: Ambulâncias, Bombeiros, Equipamento móvel); resolvendo as barreiras à mobilidade pedonal.

O desenho das ruas do Bairro é feito com calçada de blocos de granito com pendente para escoamento, drenagem central com grelha metálica e ladeamento das habitações em placas de betão poroso por fim os acessos principais são asfaltados com alcatrão.

4.6 Conclusão

O presente trabalho pretendeu responder ao desafio aqui proposto de encontrar soluções urbanas e arquitetônicas com a finalidade de responder positivamente à complexa problemática que caracteriza os territórios autoproduzidos como o caso do Bairro do Barruncho, objeto de estudo do presente trabalho. Ao longo deste trabalho, reuniu-se a base de conhecimentos teóricos e práticos necessária para um entendimento crítico da realidade estudada, que permitiu constituir um plano de intervenção cabalmente fundamentado e estruturado de modo a promover melhores condições de vida e salubridade à comunidade do Bairro.

Analisou-se o fenómeno da construção de génese ilegal, que esteve na origem da formação assentamento, onde foi possível concluir que:

- Esta realidade ocupa uma percentagem significativa do território urbano mundial e português, com um aumento do fenómeno previsto para o futuro;
- A principal causa deste fenómeno clandestino deve-se aos grandes contingentes migratórios que motivados pela procura de melhores condições de vida nas cidades originam uma excessiva procura face à habitação oferecida;
- A sua forma de apropriação e a situação de origem destes assentamentos cria malhas urbanas difusas, desagregadas, desconexas e desestruturadas e com sérias carências ao nível do espaço públicos e seus componentes coletivos;
- A resposta atual dada a esta realidade consiste na legalização dos lotes e áreas privadas de cada proprietário, sendo que na intervenção do espaço público, pouco tem sido melhorado, com falta de ambição quer por parte das câmaras (por questões financeiras) quer por parte dos proprietários (receio de cederem terreno e demolições);
- Atualmente, observa-se uma maior sensibilização face à importância do espaço público em bairros clandestinos verificando algumas iniciativas de reabilitação e requalificação assentes no espaço público, com o objetivo de melhorarem o ambiente urbano, facilitando a qualidade de vida das comunidades, de diminuírem o estigma associado aos Bairros de génese ilegal fomentando a inclusão urbana e social;

O surgimento e a preocupação atual perante este novo paradigma para a intervenção em territórios autoproduzidos, permitiu alargar o campo de pesquisa, para a temática do espaço público, onde foi possível concluir:

- O espaço público tem implícito um carácter coletivo e social, de multifuncionalidade que desempenha um papel de organização e estruturação do espaço urbano, representando um fator de identidade, imagem, memória e vivência que contribuiu para a qualidade formal de uma cidade;
- A abordagem perante o tema do espaço público ao longo da história teve diferentes expressões e interpretações, assim é necessário ensaiar conhecimento e intervenções inovadoras, contracorrente onde o principal objetivo visa a reabilitação do espaço público em prol da comunidade;
- As diferentes dimensões e decisões que compõem e transformam o espaço público podem ser influenciadas positiva ou negativamente pelo tipo de desenho do espaço vazio coletivo e suas hierarquias;
- A qualidade que potencializa o bom desenho e intervenção no espaço público devem ir de encontro ao tipo de necessidades e solicitações da realidade onde atua;

O enquadramento teórico realizado revelou-se essencial para enquadrar as intenções projetuais na realidade aqui abordada, do fenómeno dos territórios autoproduzidos e como intervir no seu espaço coletivo. Com este repto, no caso do Bairro do Barruncho as propostas adotadas têm objetivos fundados no enquadramento teórico, como por exemplo: a resposta dada a necessidade de salubridade, higienização e valorização do espaço para sua melhor apreensão e vivência, de forma a estruturar organizar e consolidar o espaço e favorecer a integração urbana; nas intervenções gerais de acessos nomeadamente escadarias, rampas e pavimentos adequados, com o objetivo de criar um espaço estruturado e fomentador de comunicação, agregação social e cultural, possibilitando diferentes usos e atividades ao bairro, e respondendo aos parâmetros de qualidade no melhoramento do espaço Público ao:

- Evidenciar o carácter identitário, cultural e étnico do bairro realizando uma operação *in situ* com o mínimo recurso a demolições e objetivo e possibilidade de consolidação futura do edificado;
- Afirmar a identidade de referência ao bairro e torná-lo integrado na malha envolvente;
- Promover a continuidade e a permeabilidade urbana;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade;
- Diminuir a marginalidade, precariedade e a segregação urbana;

- Fomentar a interação e inclusão social;
- Pretende diminuir os problemas sociais e
- Colmatar as carências existentes ao nível de equipamentos e serviços sociais.

O exercício adotado, face à generalidade da prática atual, é limitado à reconversão legal do espaço coletivo e construção de equipamentos públicos. A proposta, por se desenvolver num contexto académico deixa em aberto alguns aspetos que poderiam ter maior desenvolvimento projectual e pesquisa teórica, como por exemplo:

- Materialidade do desenho na definição das soluções de continuidade dos eixos e ligações propostas;
- Desenvolvimento técnico e pormenorizado do conjunto e
- Uma avaliação profunda e especificada segundo os parâmetros de qualidade do espaço público.

Apesar desta limitação, o conhecimento que se retira deste trabalho é que devemos reconhecer os territórios autoproduzidos e degradados como tecido edificado presente no território, independentemente da sua condição de legalidade, em alguns contextos devemos pensar métodos de atuação menos intrusivos, deixando as demolições e

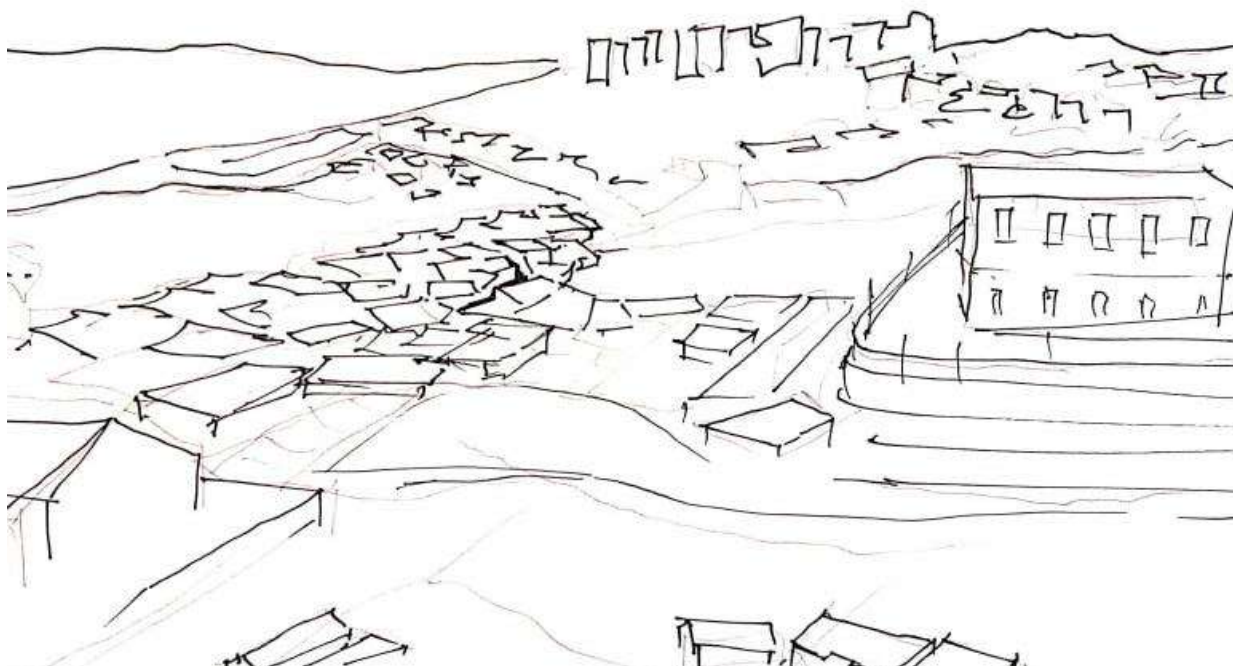


Figura 67 - Vista sudoeste do assentamento.

optando pela consolidação do espaço público que com o passar do tempo irá fomentar a consolidação das habitações, sendo possível demonstrar a importância de pensar as intervenções no espaço coletivo como uma parte central da reabilitação e requalificação de áreas urbanas clandestinas, investindo na resolução dos problemas e carências existentes em articulação com a promoção da boa forma urbana e paisagista, em prol da diminuição dos problemas sociais, económicos e urbanos, contribuindo positivamente para uma cidade mais justa e igualitária.

Bibliografia

- Amaral, A. d. (2014). *Ser e estar – habitar o espaço. Bairro do Barruncho: espaços habitáveis, o bairro e a casa como espaços de apropriação e expressão do indivíduo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura [Dissertação de mestrado].
- Araújo, L. C. (2011). *Espaço Público como estratégia de intervenção, Uma proposta para o Bairro da Cova da Moura*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico [Dissertação de mestrado].
- Archivo REP-BM. (s.d.). <https://www.archdaily.com.br>. Obtido em 15 de 08 de 2020, de https://www.archdaily.com.br/br/761445/espacos-publicos-humanos-para-uma-cidade-informal-a-experiencia-de-barrio-mio-em-lima?ad_medium=gallery
- Bornemann, P. (2018). <https://patrickbornemann.com>. Obtido em 16 de 06 de 2020, de <https://patrickbornemann.com/collections/favelas/products/favela-hills-brazil>
- Brandão, P. (2008). *“A identidade dos lugares e a sua representação colectiva –Base de Orientação, qualificação e gestão do*. Lisboa: DGOTDU.
- Cardeira, F. M. (1968). <https://www.vortexmag.net>. Obtido em 18 de 07 de 2020, de <https://www.vortexmag.net/lisboa-em-1968-quando-milhares-de-lisboetas-viviam-em-bairros-de-lata/>
- Change, J. a. (2019). *Just a Change, Relatório anual 2019*. Lisboa.
- Chora, M. I. (11 de Novembro de 2015). *Habitação Incremental e Decisão Participada - Uma metodologia para o Bairro do Barruncho*. Lisboa: FACULDADE DE ARQUITETURA - UNIVERSIDADE DE LISBOA [Dissertação de mestrado].
- CML. (2018). *Habitação cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Coelho, J. P. (2013). *Um lugar para o Barruncho*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura [Dissertação de mestrado].
- Costa, L. F. (1974). *A falta de condições dos bairros de lata*. Lisboa: RTP Arquivos [Documentário].

- D.O.M.H.T. / DH – Setor de Estudos, P. e. (2016). *Plano local de habitação*. Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes. Odivelas: Câmara municipal de Odivelas.
- Fernandes, C. (2013). *O pátio enquanto centro e mediador, Intervenção no Bairro do Barruncho*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitetura [Dissertação de mestrado].
- Fernandes, Q. (s.d.). <https://www.archdaily.com.br>. Obtido em 22 de 06 de 2020, de <https://www.archdaily.com.br/br/923403/outros-bairros-iniciativa-reabilita-um-assentamento-precario-em-cabo-verde>
- Ferreira, A. F. (1985). *Perfil social e estratégias do clandestino : estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE.
- Flores, N. (22 de 06 de 2020). Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/923403/outros-bairros-iniciativa-reabilita-um-assentamento-precario-em-cabo-verde>
- Fortes, G. R. (s.d.). <https://www.archdaily.com.br>. Obtido em 22 de 06 de 2020, de <https://www.archdaily.com.br/br/923403/outros-bairros-iniciativa-reabilita-um-assentamento-precario-em-cabo-verde>
- Franco, J. T. (24 de 07 de 2020). *archdaily*. Obtido de www.archdaily.com: https://www.archdaily.com.br/br/761445/espacos-publicos-humanos-para-uma-cidade-informal-a-experiencia-de-barrio-mio-em-lima?ad_medium=gallery
- Gillette, J. (2016). <https://www.artsy.net>. Obtido em 23 de 08 de 2020, de <https://www.artsy.net/artwork/jeff-gillette-bandra-green>
- Guerra, J. L. (2014). *Redesenhar e requalificar o lugar informal - O bairro na cidade, O Bairro do Barruncho - Odivelas*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura [Dissertação de mestrado].
- Harvey, D. (setembro, outubro de 2008). *The right to the city*. pp. 23-40.

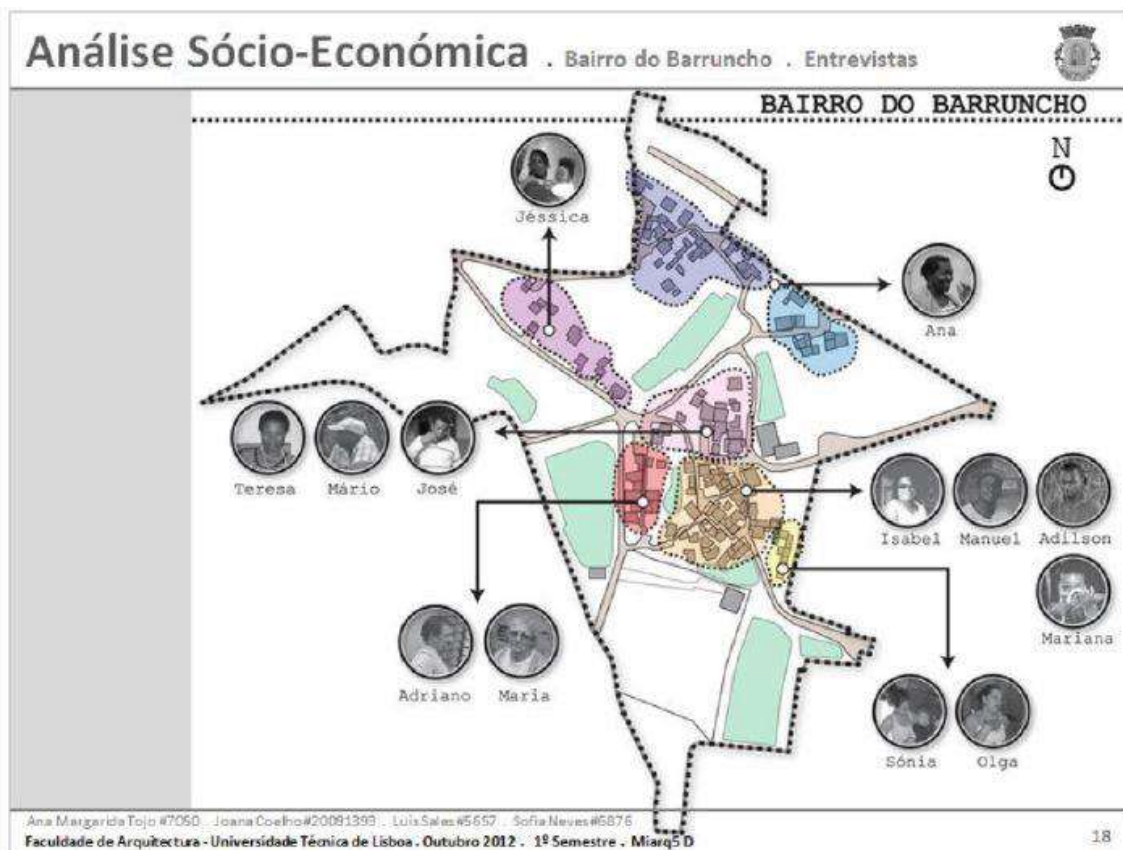
- Jacobs, J. B. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. Nova York: Random House.
- Just a Change. (2019). www.justachange.pt. Obtido em 29 de 06 de 2020, de justachange: <https://www.justachange.pt/impacto>
- Lages, J. P. (2017). *À conquista de justiça espacial: Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos*. Lisboa: Faculdade de arquitetura, universidade de Lisboa [Tese de doutorado].
- Lima, A. N. (2019). *Do Direito Autoconstruído ao direito à cidade porosidades, conflitos e insurgência em Saramandaia*. Salvador: EDUFBA - EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.
- Lobo, M. d. (1999). *Planeamento Regional e Urbano*. Lisboa: Universidade Aberta.
- McIntosh, J. (2016). nacoesunidas.org. Obtido em 11 de 07 de 2020, de nacoesunidas.org/atual-modelo-de-urbanizacao-e-insustentavel-onu-habitat-relatorio/
- Neves, S. L. (2013). *Redesenhar e requalificar o lugar informal, do bairro a cidade, a habitação evolutiva como meio de ligação do bairro a cidade, Bairro do Barruncho*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura [dissertação de mestrado].
- Nijdam, A. (2008). <https://pt.wikipedia.org>. Obtido em 18 de 07 de 2020, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rocinha_Favela_Brazil_Slums.jpg
- Outros Bairros. (s.d.). <https://www.archdaily.com.br>. Obtido em 22 de 06 de 2020, de <https://www.archdaily.com.br/br/923403/outros-bairros-iniciativa-reabilita-um-assentamento-precario-em-cabo-verde>
- Pryde, J. F. (1916). <https://johnjosephlyons.com>. Obtido em 12 de 07 de 2020, de <https://johnjosephlyons.com/2016/01/10/the-slum-james-ferrier-pryde/>
- Raposo, I. (Fevereiro de 2006). Vida nova para os Bairros Críticos. *Jornal arquitecturas*.
- Taviani, E. (2019). <http://www.scielo.mec.pt>. Obtido em 12 de 08 de 2020, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-30302019000100012

- Teixeira, C. M. (2014). *Bairros de Génese Ilegal, Compreender - Intervir - Reabilitar*. Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências e Tecnologia [Dissertação de mestrado].
- Turma 5D, F. d. (2013). "*Análise Bairro do Barruncho*". Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Lisboa.
- Un-Habitat. (2003). *Slums of the world: The face of urban poverty in the new millennium?* Nairob: United Nation Human Settlements Programme.
- UN-Habitat. (2015). *Global Public Space Toolkit, From Global Principles to Local Policies and Practice*. Nairobi.
- Un-Habitat, O. (2010). *State of world's Cities 2010/2011, Briding the urban divide*. Nairobi, Kenya: Un-Habitat, United Nations Human Settlements Programme.
- Vidigueira, J. M. (2014). *Estudos e Projetos de Arquitetura Paisagista: uma experiência na Câmara Municipal de Odivelas*. Évora: Universidade de Évora Escola de ciências e tecnologia [Relatório de Estágio].
- Werthmann, C. (2009). *Tactical operations in the informal City: the case of Cantinho do Céu*. São Paulo: Secretaria municipal de habitação (Sehab) de São Paulo.

Anexos

Entrevistas

As entrevistas presentes foram realizadas pela turma D do 5º ano de Projeto, no 1º semestre do ano letivo de 2012/2013 da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, e consultadas na tese de mestrado de Sofia Ornelas Neves com o título, Redesenhar e requalificar o lugar informal - do bairro à cidade, O Bairro do Barruncho - Odivelas.





Isabel Moreno

59 anos | cabo-verdiana | 4ª classe | morada nº 38 (PER) | 1987

CASA / FAMÍLIA

- Agregado familiar: 6 pessoas. Mora com marido, filho de 14 anos, filha de 28 (mãe solteira) e dois netos
- Reformada há 2 anos, trabalhava nas limpezas; marido incapacitado por doença; filha trabalha na Telepizza (Odivelas); filho e netos andam na escola (Odivelas)
- É ela quem toma conta dos mais novos
- 3 quartos, 1 cozinha, 1 sala, 1 casa-de-banho, alpendre e horta (tratada por si)
- Não tem familiares a morar no Bairro.
- Meio de transporte: autocarro

BAIRRO / RELAÇÕES ENTRE MORADORES

- [+] fica perto da Igreja Novo, da praça, do posto médico, das escolas. Grande respeito entre vizinhos e sentimento de vizinhança muito próxima—mas há zonas (as mais baixas) onde não vai, por falta de afinidade com os moradores
- [-] dos “miúdos”—sente insegurança, sobretudo ao pé da antiga fábrica. Há cortes sucessivos de luz.
- Locais de convívio: na igreja e em casa; fim-de-semana / dia de festa / reuniões ou grupo é maior: casa da D. Conceição (nº 65) ou do Sr. Pedro
- Há interação entre as diferentes gerações, em dias de festa e no dia-a-dia.
- Lazer: Reuniões da Igreja; convive com vizinhos; joga cartas. Vive muito o bairro.

EQUIPAMENTOS / ESPAÇOS PÚBLICOS

- Em falta: electricidade e pavimentação das ruas; uma associação de moradores; um espaço de convívio para os residentes, áreas para crianças (como um parque infantil); seria positivo haver uma mercearia.
- a criação de equipamentos comuns com a freguesia da Póvoa e o contacto com pessoas de fora do bairro seria muito positiva.



Manuel

46 anos | cabo-verdiano | 4ª classe | morada nº 38 (PER) | 2003

CASA / FAMÍLIA

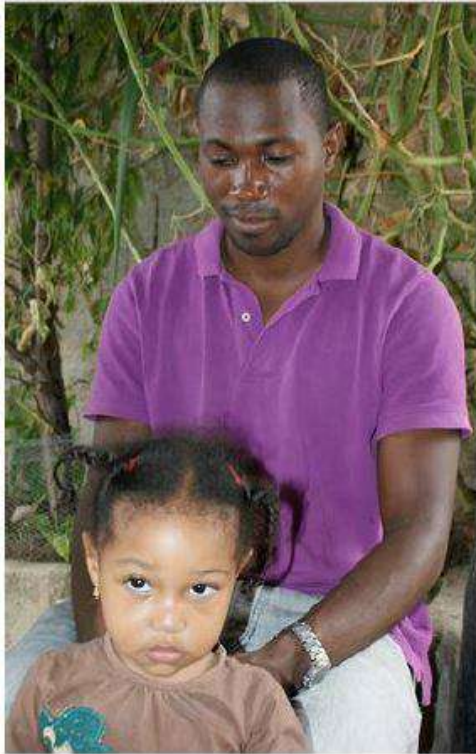
- Mora com a companheira.
- Desempregado há 4 anos.
- Utiliza o autocarro como meio de transporte.

BAIRRO / RELAÇÕES ENTRE MORADORES

- Afirma haver em geral proximidade entre vizinhos, e convive com os seus.
- [-] do lixo espalhado pelo bairro; da falta de saneamento, e das canas que não permitem circular à vontade no arruamento.

EQUIPAMENTOS / ESPAÇOS PÚBLICOS

- Em falta: Saúde—“ Há falta de médicos. Eu não tenho médico de família. Cafés não são precisos. É preciso equipamentos para saúde; para actividades físicas, convívio”.
- Não há lugar para festas (um salão/ associação de moradores).



Adilson Monteiro

29 anos | cabo-verdiano | 5º ano | morada nº 42 (PER, resid. não PER) | 2009

O pai veio para o Bairro há mais de 30 anos (foi dos primeiros habitantes do bairro); após a sua morte, há 3 anos, o Adilson ocupou a casa. Não está abrangido pelo PER, apesar de a casa ter sido inscrita; o direito ao realojamento não é hereditário.

CASA / FAMÍLIA

- Mora com mulher e filha de 2 anos.
- casa tem 4 divisões: 1 quarto, 1 sala, 1 cozinha e 1 casa-de-banho
- Desempregado há 2 anos.
- É ele quem cuida da filha; quando não pode há uma vizinha que cuida dela.
- Utiliza o autocarro como meio de transporte.

BAIRRO / RELAÇÕES ENTRE MORADORES

- [+]: Gosta da forte relação de vizinhança do Bairro. Há em geral proximidade entre vizinhos e convive com os seus, mas há muitas zonas do bairro que não conhece.
- Locais de convívio: No dia-a-dia costuma juntar-se com vizinhos na rua, ao pé de casa. Nos dias de festa as pessoas juntam-se por vezes no nº44 (pátio do Sr. Pedro).
- Lazer: Dada a sua situação financeira, não gosta de sair muito de casa.

EQUIPAMENTOS / ESPAÇOS PÚBLICOS

- Em falta: Creche; Associação de moradores.



Teresa

69 anos | cabo-verdiana | 4ª classe | morada nº 62 (PER) | 1985

Foi a primeira a construir casa naquela zona do Bairro. Morava na Ramada, em Odivelas; mudou-se por não ter dinheiro para pagar uma renda. Construiu a casa sozinha (o marido estava no Algarve).

CASA / FAMÍLIA

- Mora com marido, o filho, o neto e por vezes com a neta de 18 anos.
- Casa tem 10 divisões e uma horta, de que o marido trata.
- Trabalha em limpezas na Cova da Moura. Marido e neto estão desempregados.
- Tem muitos familiares a viver perto de si.
- Utiliza o autocarro como meio de transporte.

BAIRRO / RELAÇÕES ENTRE MORADORES

- [+]: a sensação de pertença e a forte relação de vizinhança e familiaridade do Bairro; da sensação de segurança—apesar de, desde que veio para o bairro, ele já ter crescido e mudado muito. Há caras que não conhece.
- A igreja tem um papel cada vez mais activo na integração do bairro na comunidade

EQUIPAMENTOS / ESPAÇOS PÚBLICOS

- Em falta: instalações de saneamento básico e pavimentação da rua. É necessária uma associação de moradores e um jardim.
- Afirma ser bom criar equipamentos não só para os habitantes do bairro, mas também para a envolvente: "(...) porque antes as pessoas tinham preconceito e medo de entrar no Bairro. Foi a Irmã Cármen da paróquia que abriu as portas ao Bairro. Foi fundado um coro no bairro, e agora até já vêm grupos de jovens ao Bairro fazer jogos com as crianças...".



Vitalina (Ana Maria)

43 anos | cabo-verdiana | 4ª classe | morada nº 15N (PER após requerimento) | 2000

Reside no Bairro há 12 anos. Morava em Chelas com os pais. Na altura, mãe solteira de 3 filhos, mudou-se para o Bairro porque a casa era muito pequena. Viveu durante meses numa divisão única com os filhos, sem IS nem cozinha.

CASA / FAMÍLIA

- Mora com companheiro, filho de 21 anos, filhos gémeos de 19 anos (uma emigrou) e filha de 4 anos.
- Trabalha em limpezas; o marido está desempregado e o filho de 21 trabalha no McDonald's.
- Casa com 7 divisões: 4 quartos, 1 cozinha, 1 casa-de-banho, sala.
- Os filhos fazem actividades extracurriculares e desporto fora do bairro.
- Tem uma sobrinha a morar perto de si.

BAIRRO / RELAÇÕES ENTRE MORADORES

- [+]: há muito convívio entre vizinhos próximos.
- [-]: insegurança
- Lazer: visita vizinhos, aproveita para fazer compras e o lido da casa, vai ao salão tratando o cabelo. As festas vão sendo organizadas em casa de vizinhos

EQUIPAMENTOS / ESPAÇOS PÚBLICOS

- **Em falta:** electricidade; saneamento básico; limpeza do lixo; pavimentação das ruas (vai sendo feita pelos moradores quando há dinheiro para cimento); parque infantil; uma associação do bairro: "falta um protector do Bairro". Fundamental: criação de espaços infantis (creche, jardim infantil) e de acompanhamento escolar dos mais novos: "tudo para os tirar da rua".
- A criação de espaços colectivos comuns às freguesias envolventes seria positiva pelo contacto entre moradores de zonas diferentes.



Jéssica

13 anos | portuguesa, com. cabo-verdiana | 7º ano | morada nº 30N (não PER) | 2001

Os pais mudaram-se para o Barruncho quando tinha 2 anos.

CASA / FAMÍLIA

- Mora com o pai, mãe e 2 irmãos (um deles bebé)
- Os pais trabalham em Loures.
- Casa tem 6 divisões: 3 quartos, 1 cozinha, 1 sala, 1 casa-de-banho, jardim e quintal tratados pelos pais
- Enquanto os pais trabalham, o bebé fica na creche e a Jéssica fica em casa sozinha depois das aulas.

BAIRRO / RELAÇÕES ENTRE MORADORES

- [+]: Gosta do bairro, de ter muitos amigos e da sensação de segurança.
- Lazer: Nos tempos livres costuma ir ter com os amigos e pratica patinagem na escola.
- **Locais de convívio:** Nos fins-de-semana os pais organizam almoços com os amigos em casa e costumam passear fora do Barruncho – "na segunda-feira fui ao Odiveiras Park com a mãe".

EQUIPAMENTOS / ESPAÇOS PÚBLICOS

- **Em falta:** um jardim.



Sónia Martins

20 anos | portuguesa, com cigana | morada nº 42N (não PER) | 2007

CASA / FAMÍLIA

- Mora com o marido e o filho de 3 anos.
- Casa tem 3 divisões. Não tem jardim, nem horta.
- Está desempregada.
- Tem muitos familiares (cerca de 16) a viver perto de si.

BAIRRO / RELAÇÕES ENTRE MORADORES

- [-]: lixo abandonado, barulho.

EQUIPAMENTOS / ESPAÇOS PÚBLICOS

- Em falta: um jardim infantil



Adriano da Silva

55 anos | português | morada nº 3 (PER) | 1963

Foi dos primeiros moradores do bairro (veio com 6 anos). Os seus pais construíram a casa e pagavam renda ao proprietário da Quinta do Barruncho.

CASA / FAMÍLIA

- Mora com mulher e 2 filhos.
- É desempregado. Trabalhava na construção civil (da A8).
- Tem carro próprio.
- Casa tem 5 divisões, com uma arrecadação e garagem.
- Não tem familiares a morar no Bairro.

BAIRRO / RELAÇÕES ENTRE MORADORES

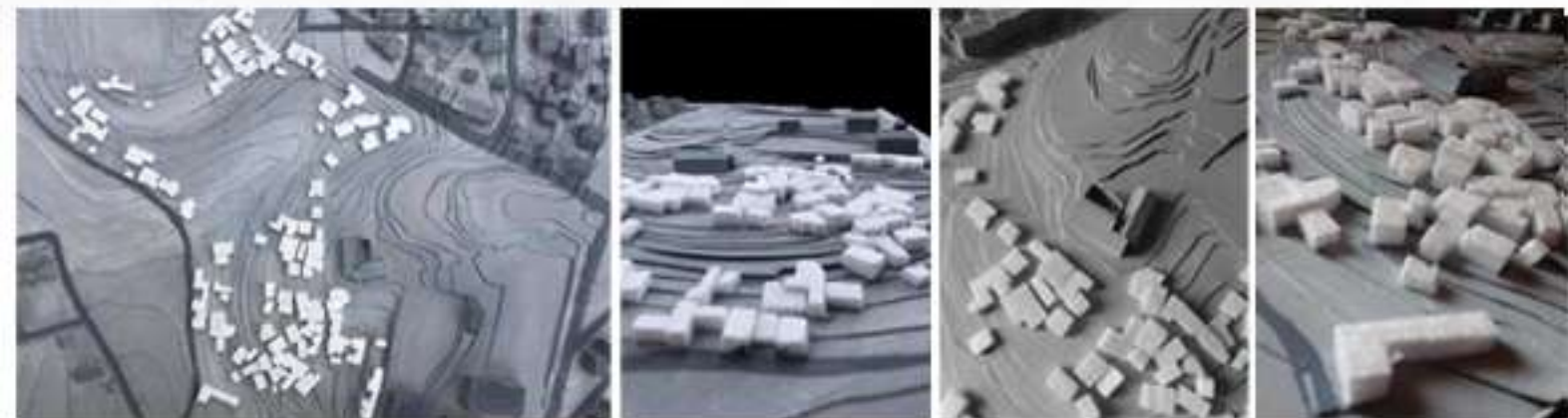
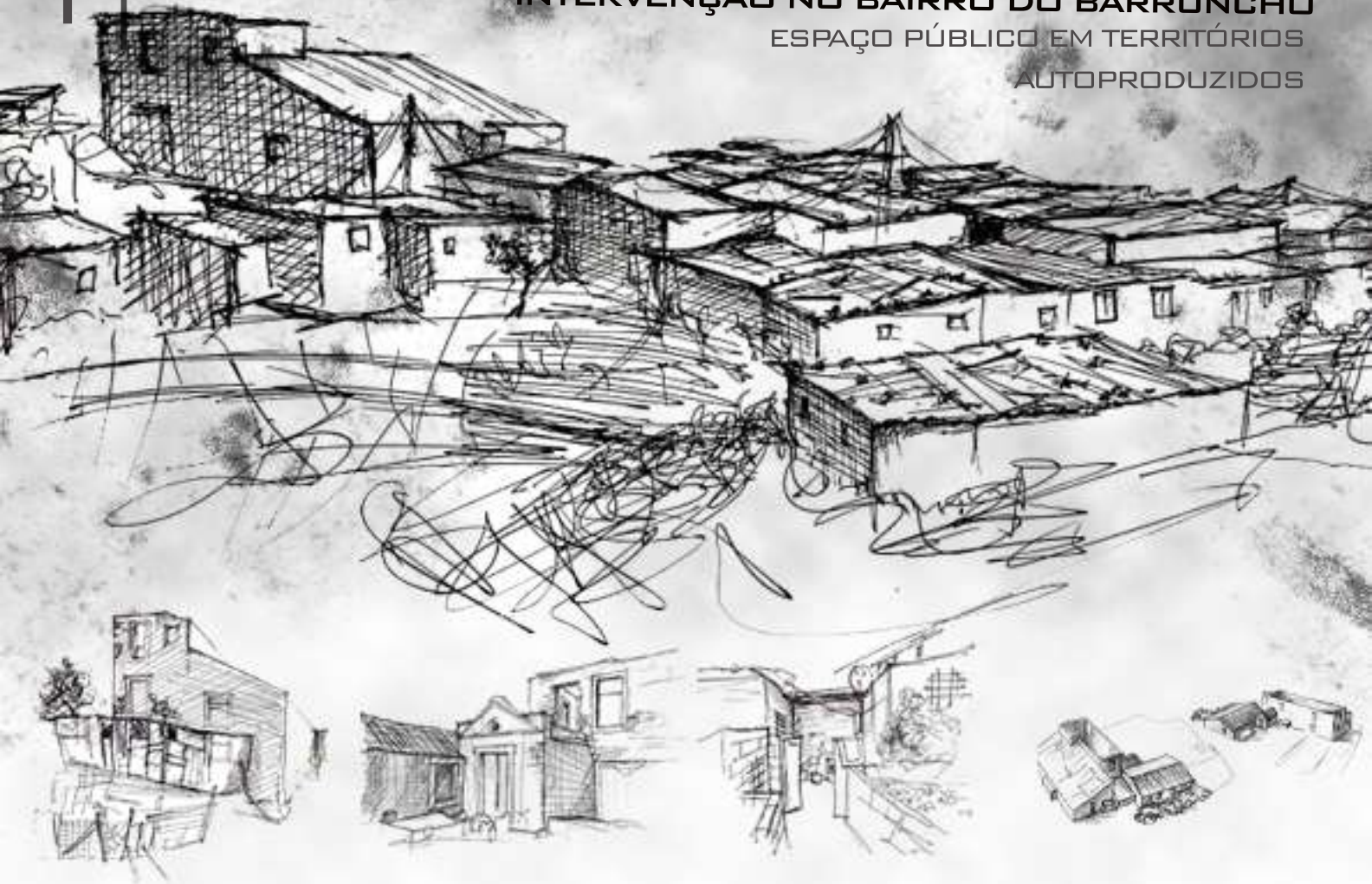
- [-]: Sente insegurança no Bairro.
- Dentro do bairro não sai da zona da sua casa nem se dá com os vizinhos: "...não conheço 98% das pessoas do Bairro...".

Apêndices

INTERVENÇÃO NO BAIRRO DO BARRUNCHO

ESPAÇO PÚBLICO EM TERRITÓRIOS

AUTOPRODUZIDOS



A PRESENTE INTERVENÇÃO NO BAIRRO DO BARRUNCHO LOCALIZADO EM ODIVELAS, INSERIDO NO PER E NA ACRRU, QUESTIONANDO O ESPAÇO PÚBLICO E O QUE ESTE ACARRETA NA RELAÇÃO COM OS USUÁRIOS E LEVANTANDO A QUESTÃO DA VIABILIDADE QUANTO AOS MÉTODOS DE INTERVENÇÃO URBANA EM TERRITÓRIOS AUTOPRODUZIDOS.

OS OBJETIVOS DEFINIDOS PARA O PROJETO VISARAM DAR RESPOSTAS E SOLUÇÕES PARA O FENÓMENO DOS ASSENTAMENTOS CLANDESTINOS, TENDO EM CONSIDERAÇÃO A GRANDE COMPLEXIDADE URBANA, A SUA

ORIGEM, AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS, CULTURAIS, ECONÔMICAS E ÉTNICAS DO BAIRRO, RELEVANDO A IMPORTÂNCIA QUE O ESPAÇO PÚBLICO TEM ENQUANTO ELEMENTO GERADOR E ORGANIZADOR DA RELAÇÃO HUMANA.

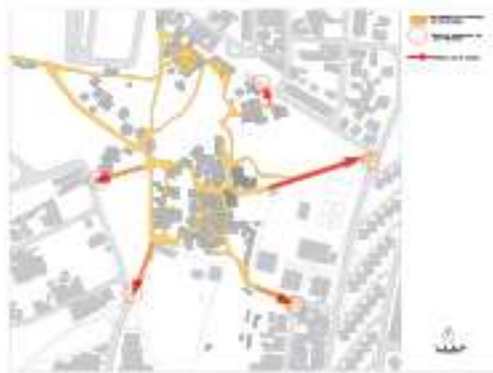
A A PRESENTE SITUAÇÃO DO BAIRRO DO BARRUNCHO, APRESENTA PROBLEMAS E DESARTICULAÇÕES NA MAIORIA DAS RELAÇÕES QUE ESTABELECE COM A ENVOLVENTE E NAS RELAÇÕES INTERNAS AO BAIRRO, ISTO CONDUZ À URGÊNCIA DE ENCONTRAR SOLUÇÕES DE REABILITAÇÃO.



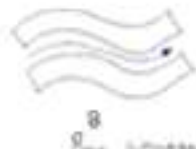
VISTA PARCIAL_FONTE: EXPRESSO.PT



VISTA PARCIAL_FONTE: GOOGLE MAPS



A



B



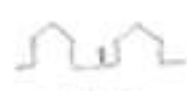
A



B



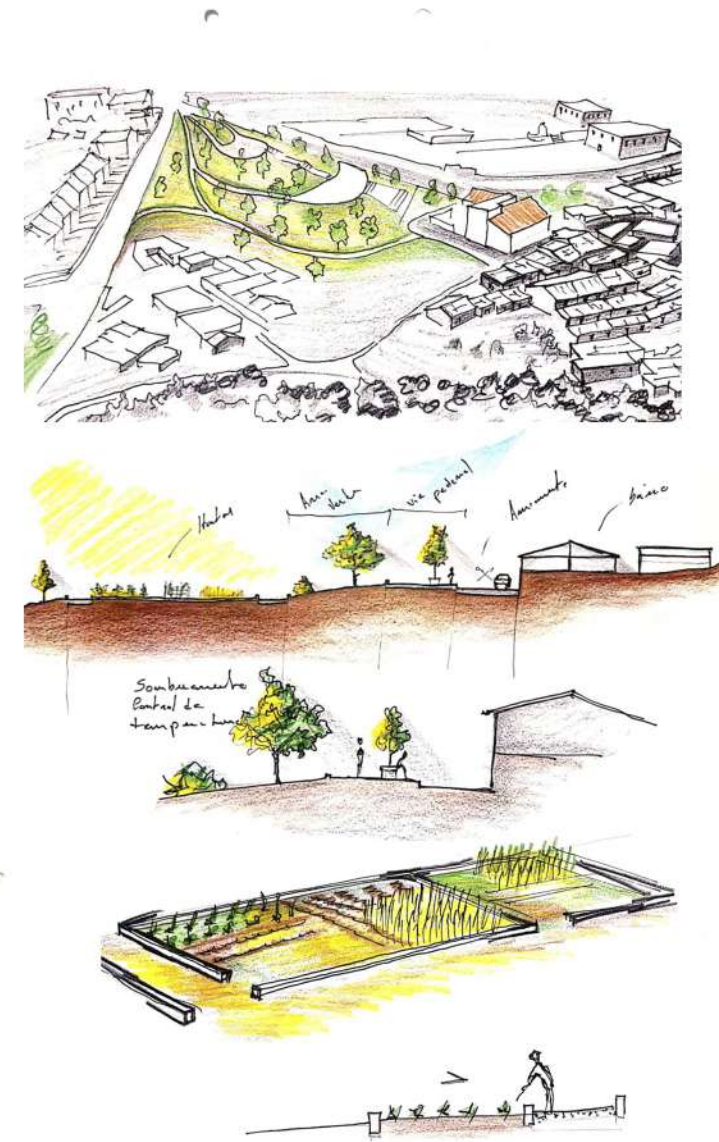
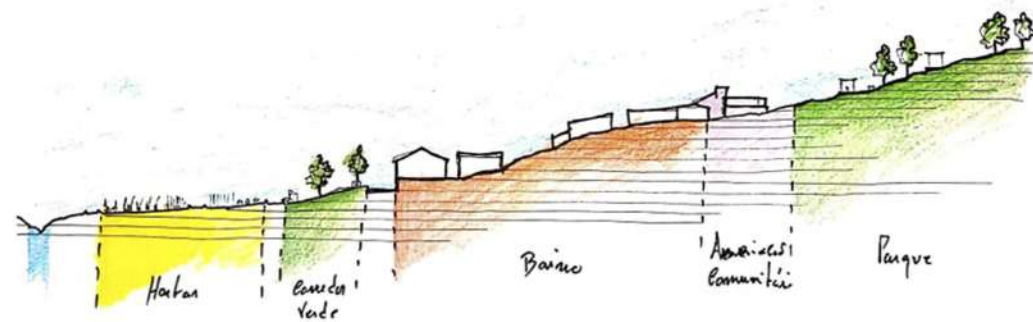
Ngondor



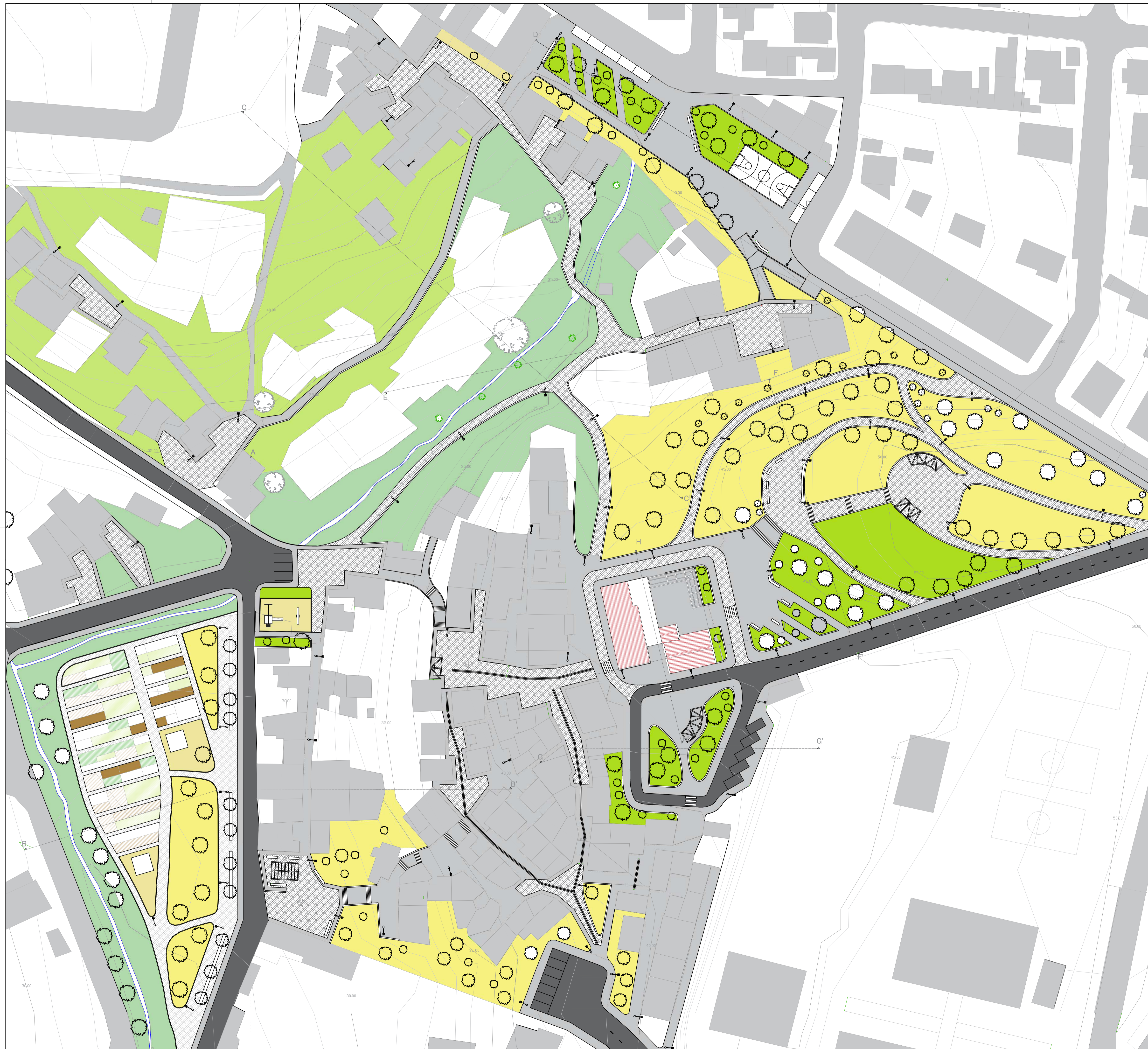
Pólo



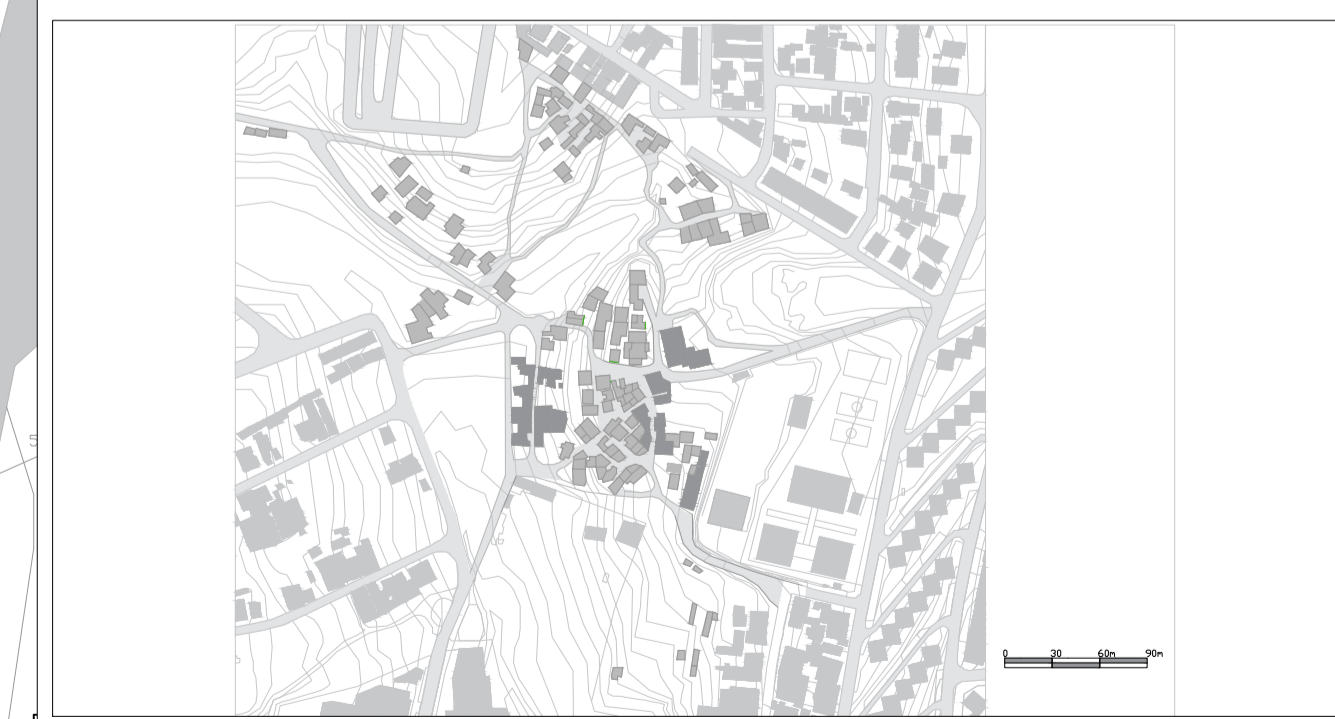
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



Alçado parcial vista Oeste [A-A']



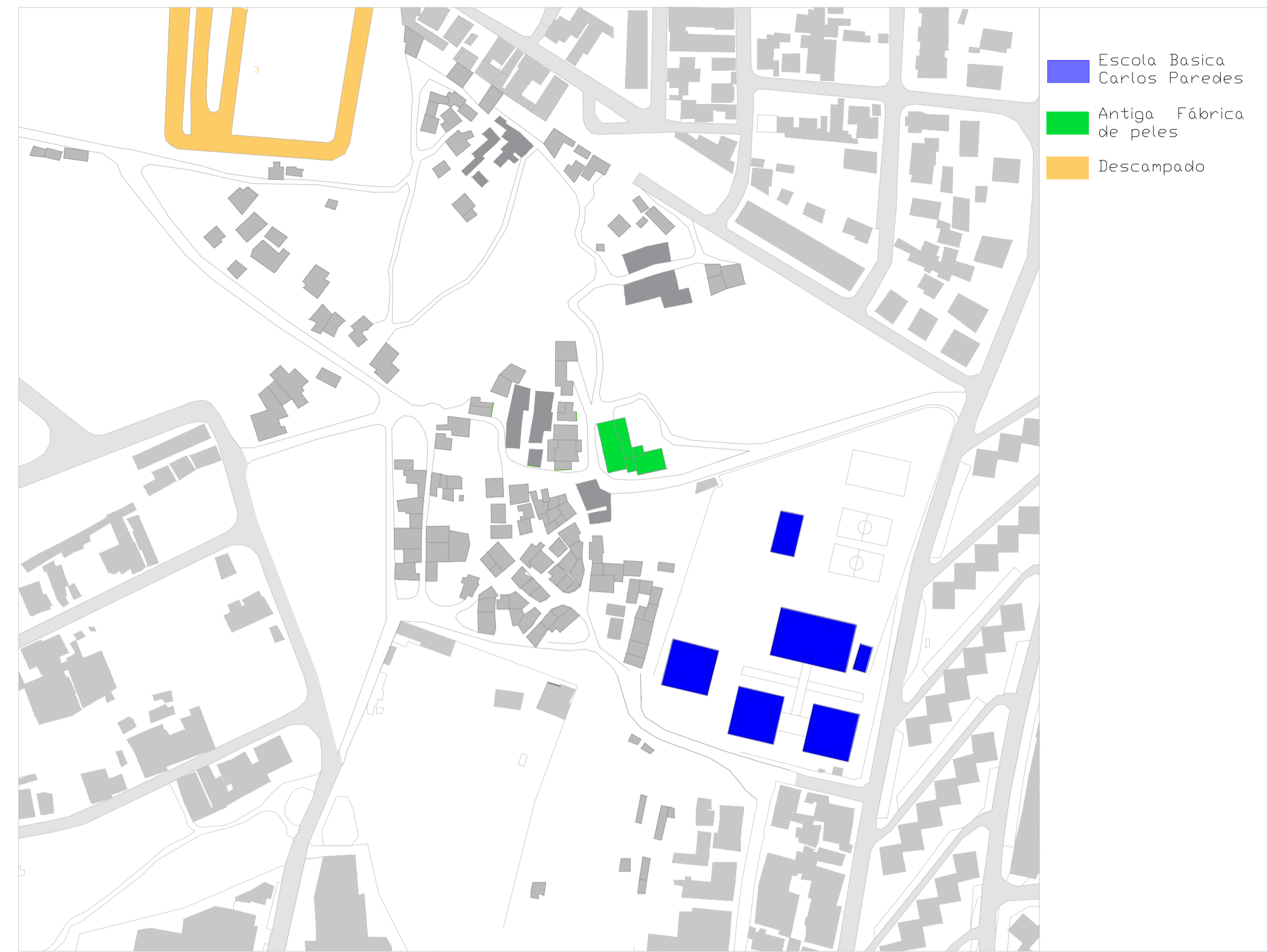
- Solo com cobertura vegetal de proteção
- Solo com cobertura vegetal em relvado
- Solo para limpeza e desmatção
- Passeio em Betão poroso
- Calçada viária em paralelos de granito
- terrenos pré-existentes
- zona hortícola



ACESSOS



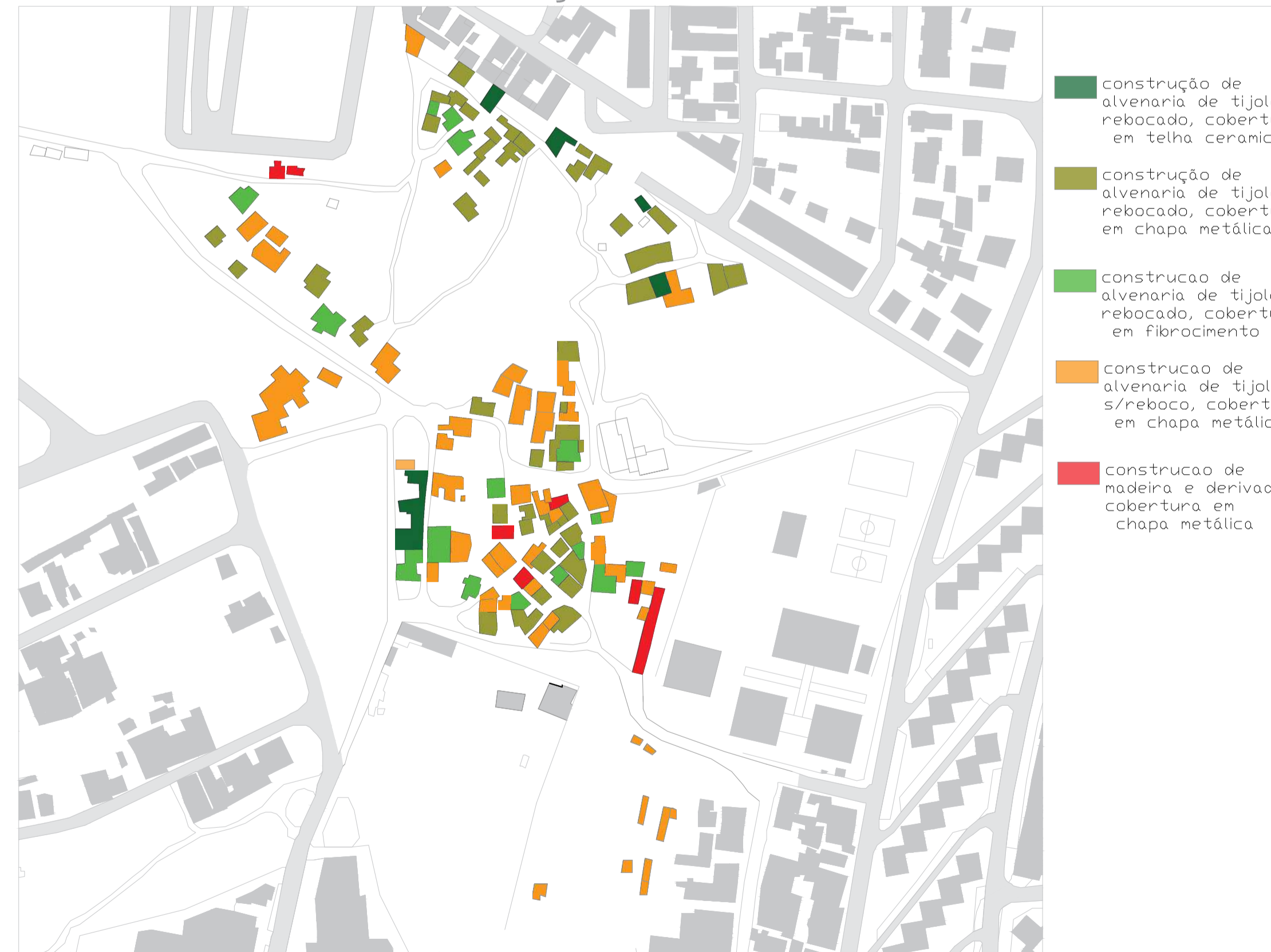
ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

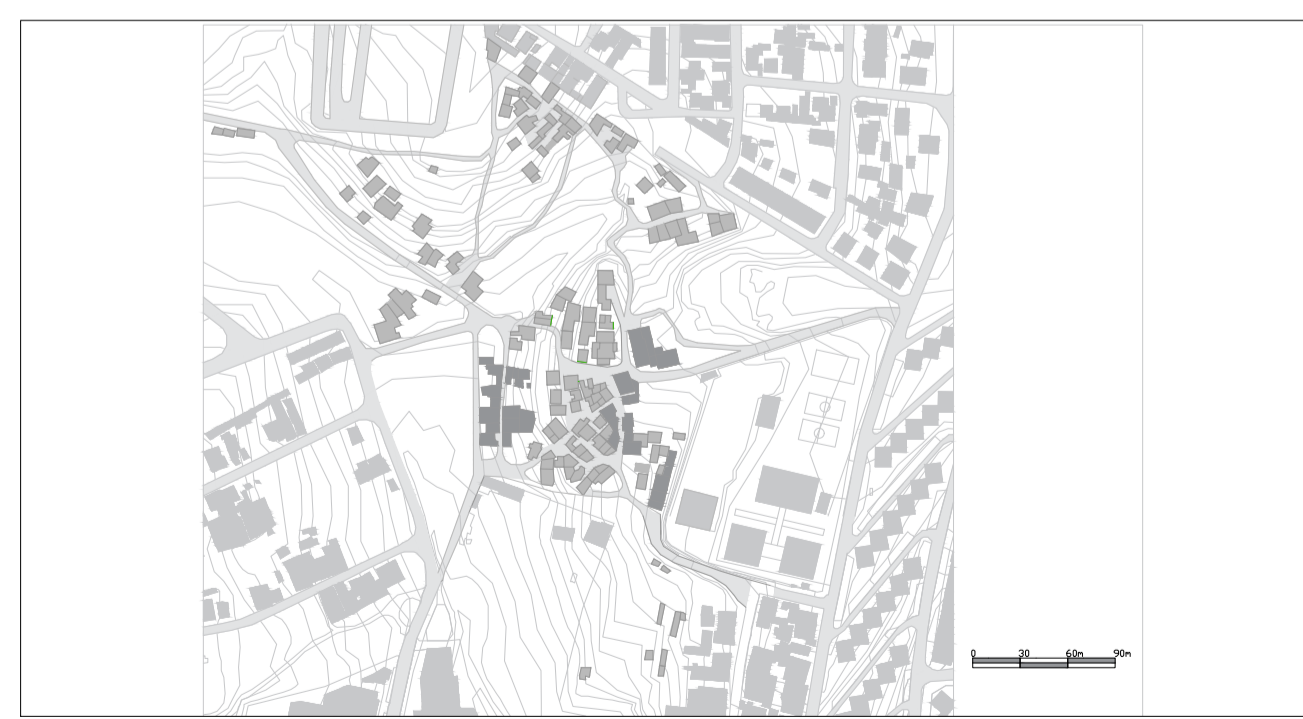
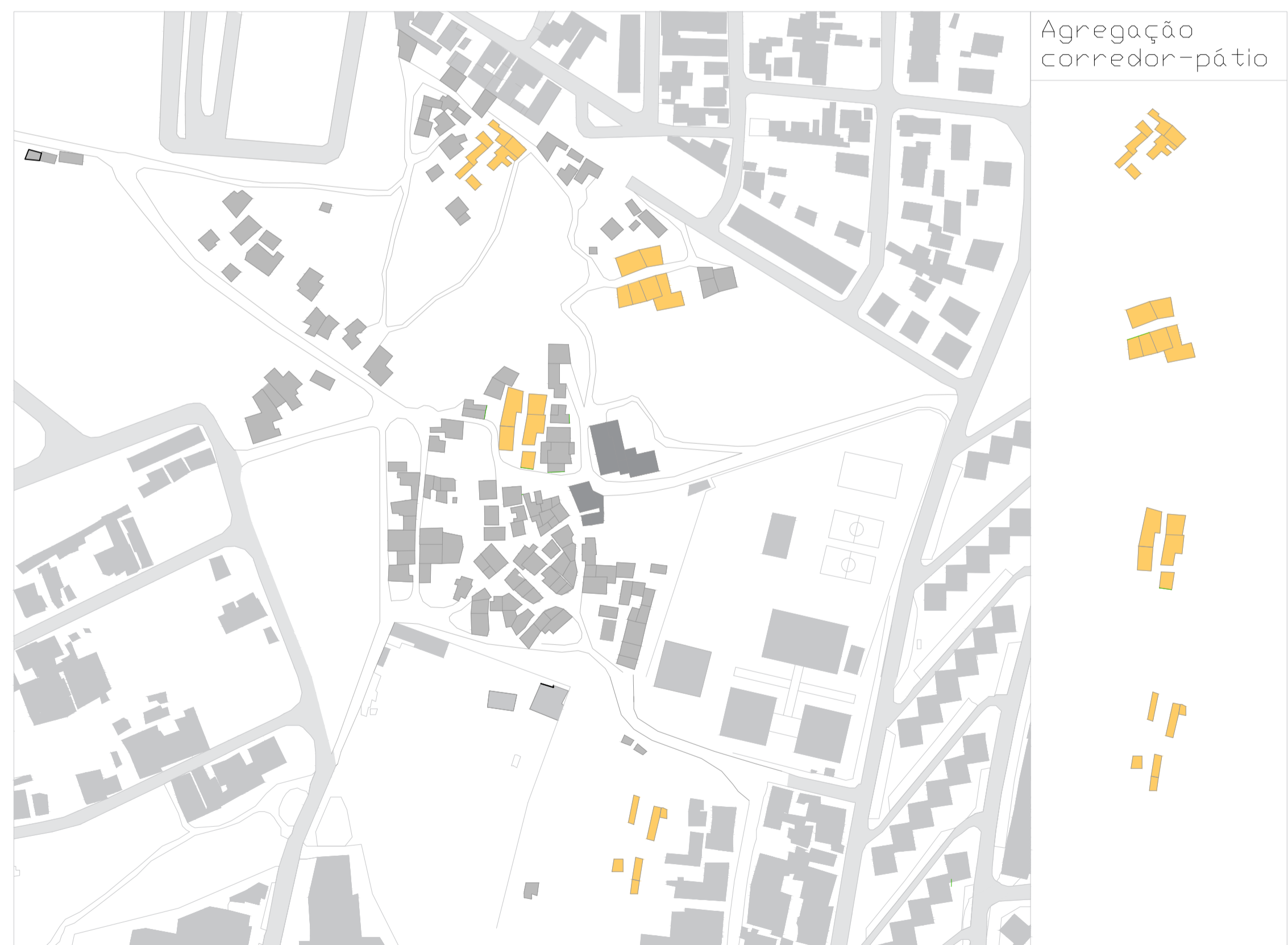
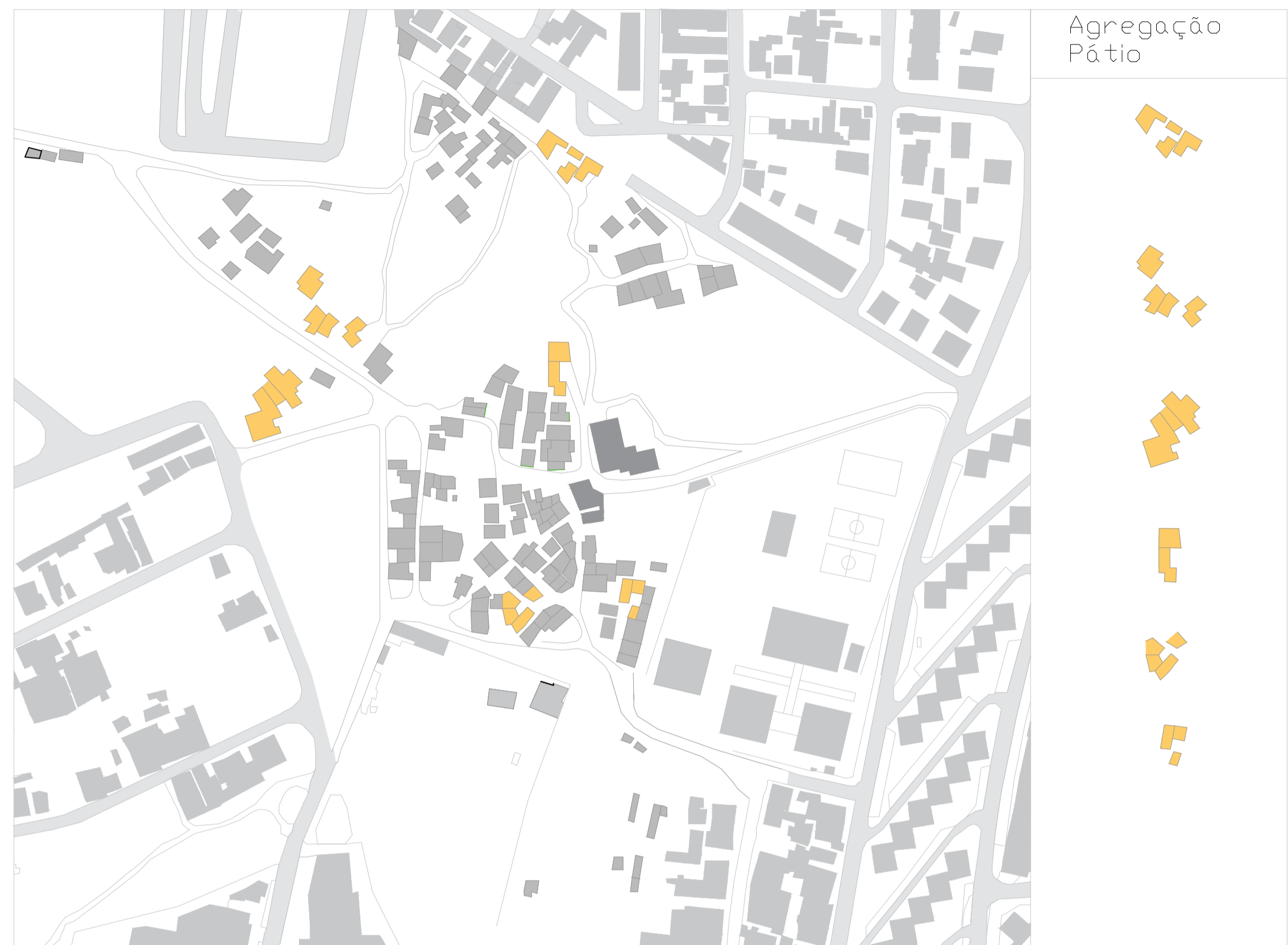


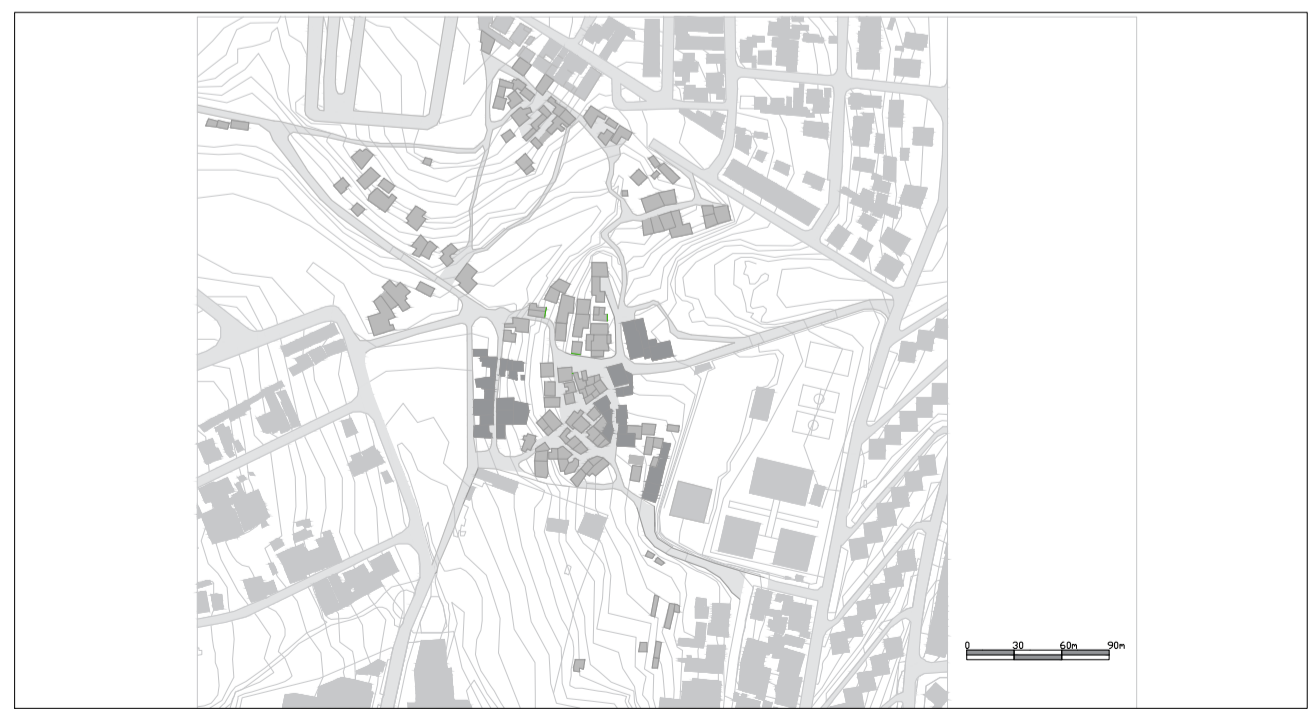
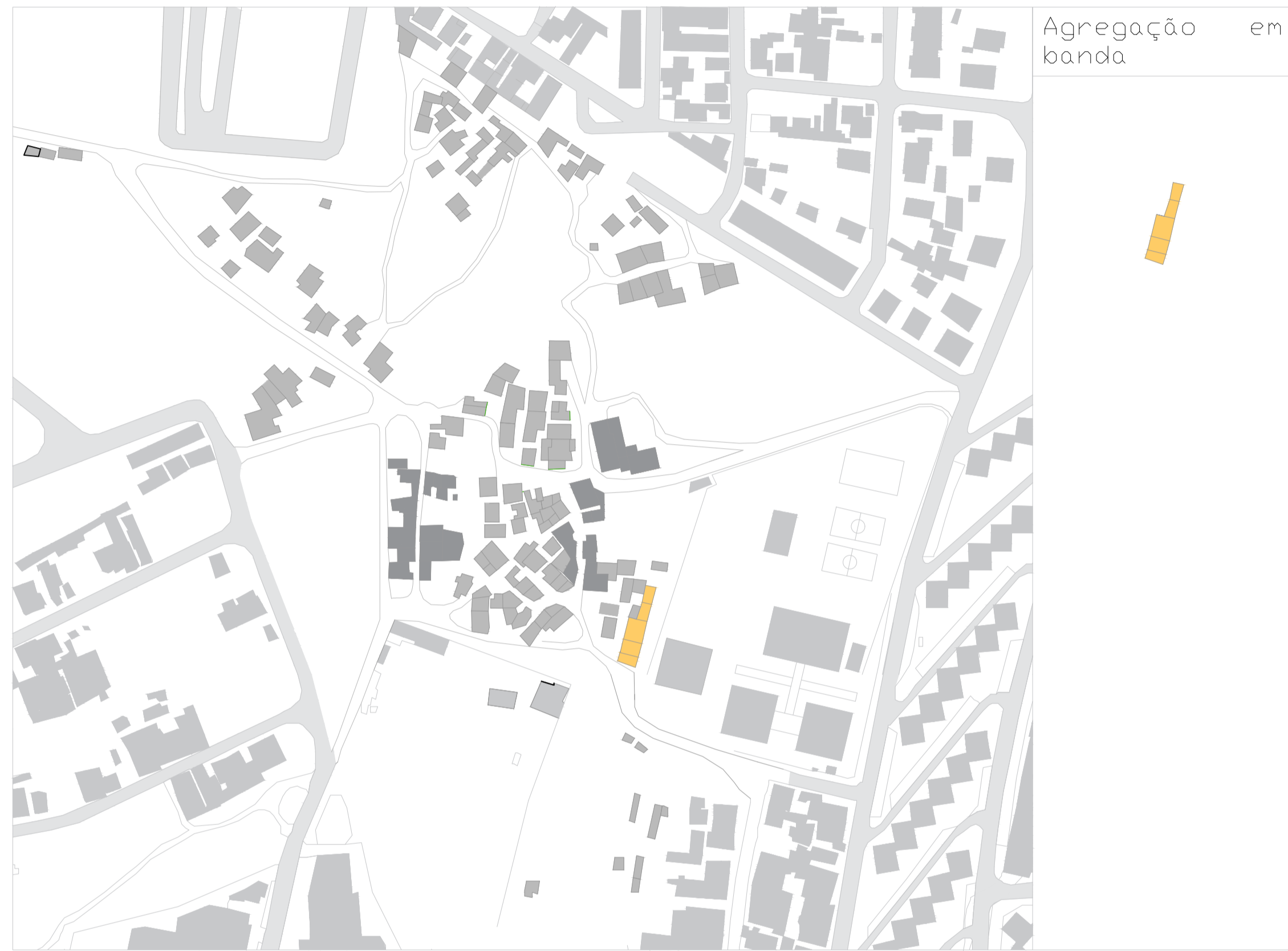
USOS E LIMITES



MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO



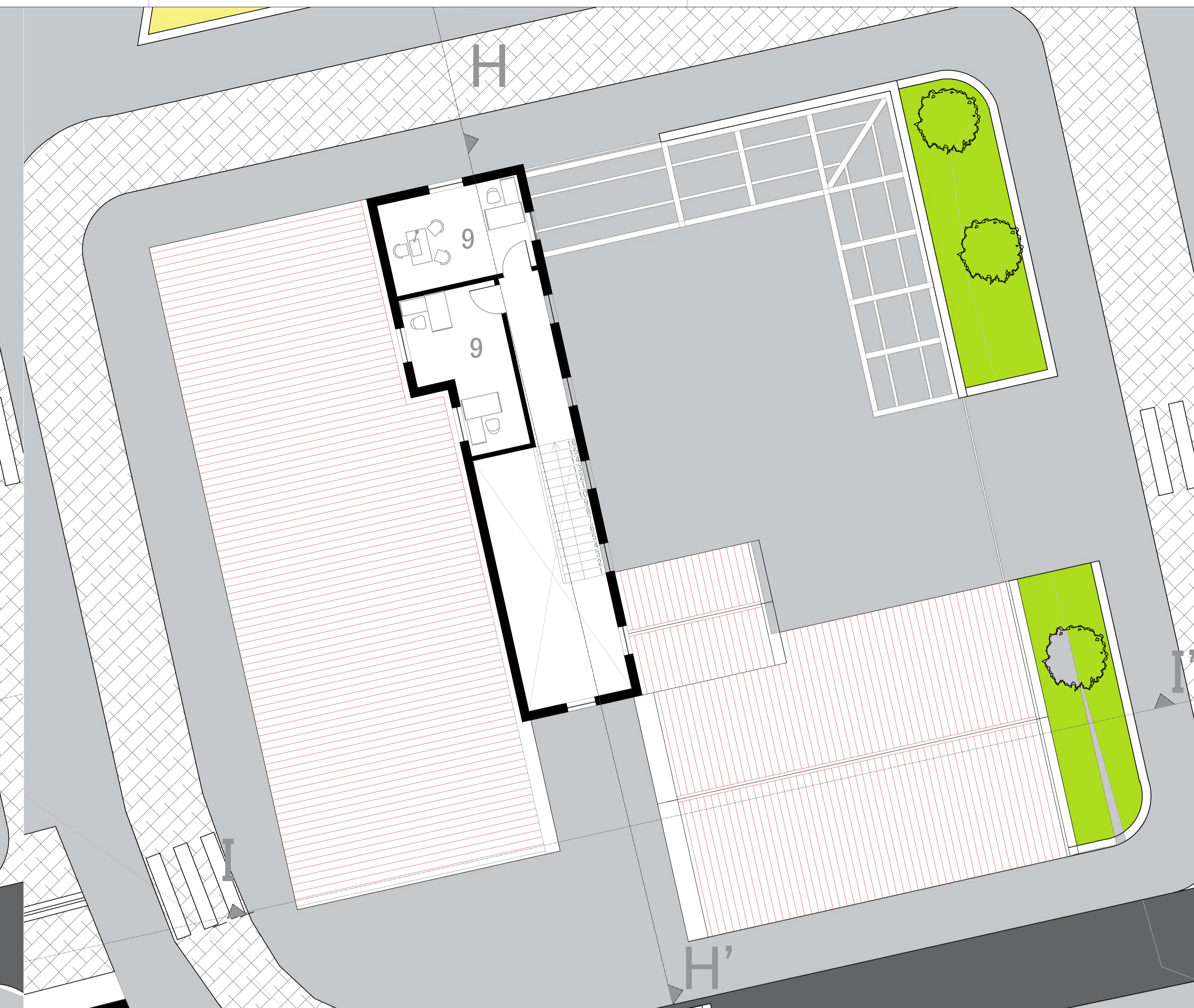






Alçado parcial vista Noroeste [C-C']
1:100

Planta piso térreo

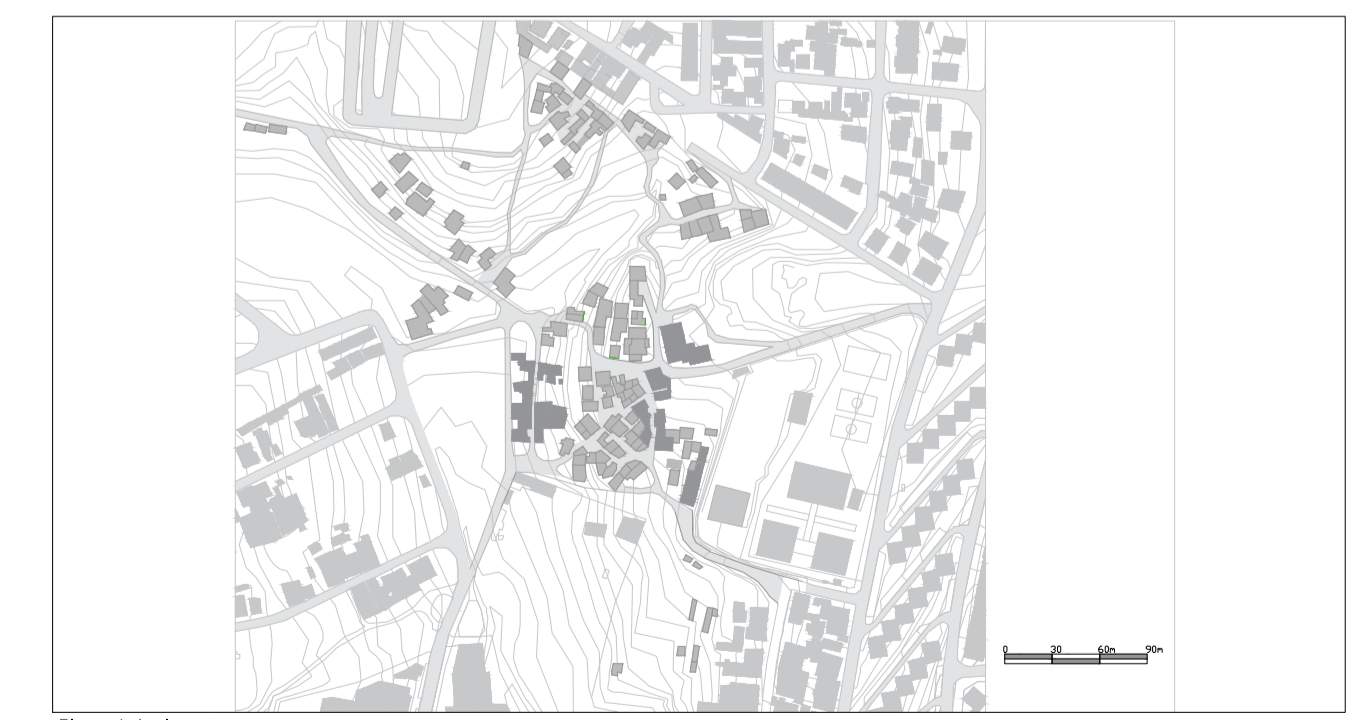


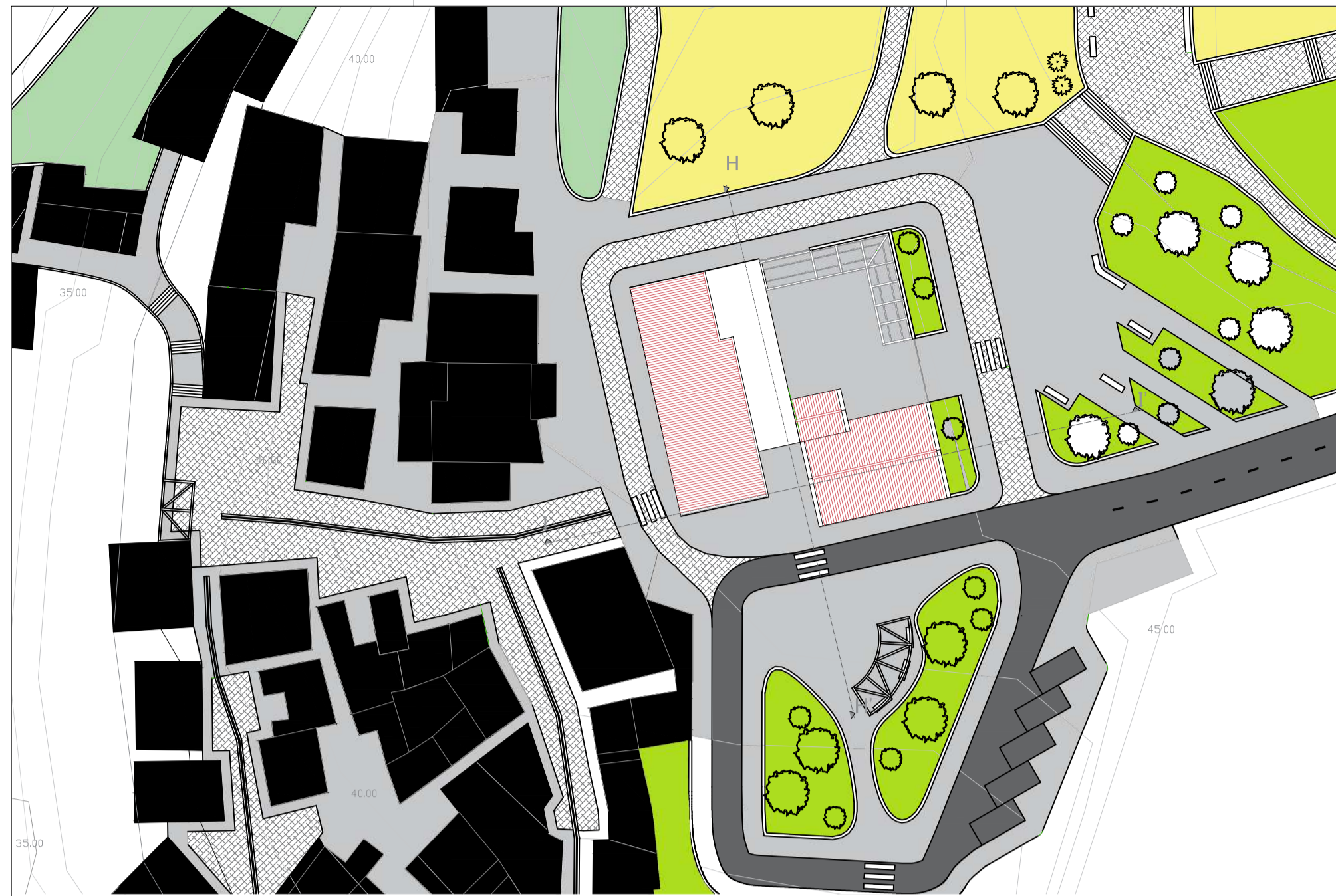
Planta piso 1

- | | | | | |
|---|--|----------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| 1 Sala de ATL – 59 m ² | 3 Sala Polivalente – 43 m ² | 5 Biblioteca – 55 m ² | 7 Cozinha – 19 m ² | 9 Gabinete – 33 m ² |
| 2 Instalações Saniárias – 32 m ² | 4 Arrumos – 14,5 m ² | 6 Cantina – 88 m ² | 8 Pátio – 212 m ² | |



Alçado Este





Planta de Implantação

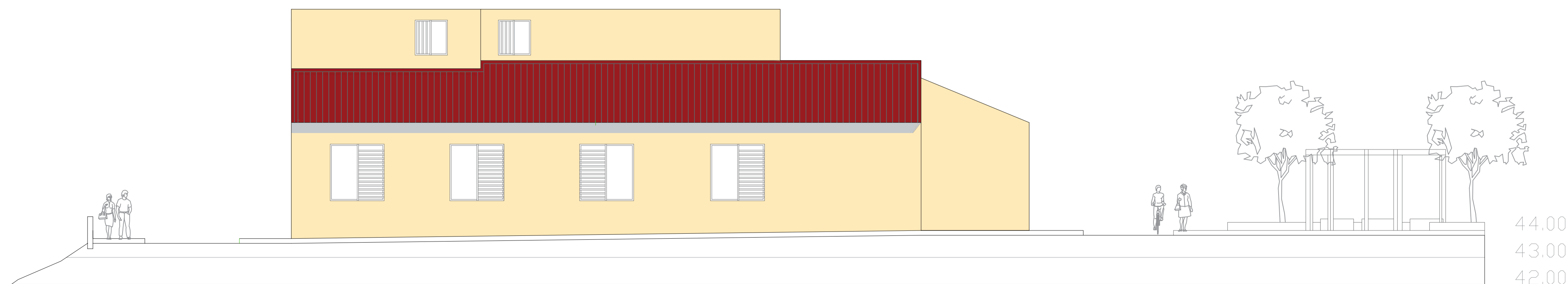
Esc:1.500



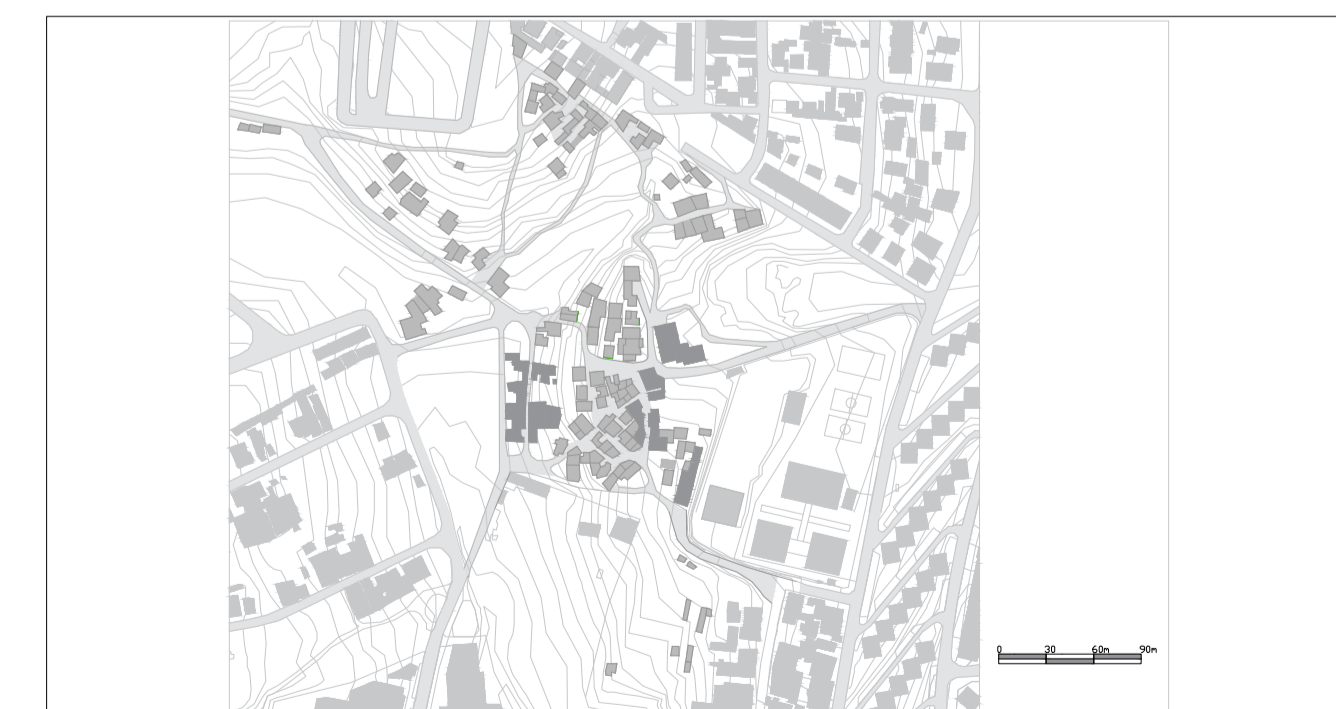
Alçado Sul



Alçado Norte



Alçado Oeste



Planta de Implantação

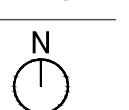
Mestrado Integrado em Arquitetura

Plantas e Alçado [Associação Comunitária]

Escola: 1.100
Projeto Urbano e de Arquitetura

Data: 21-09-2020
DEGA - Arquitetura

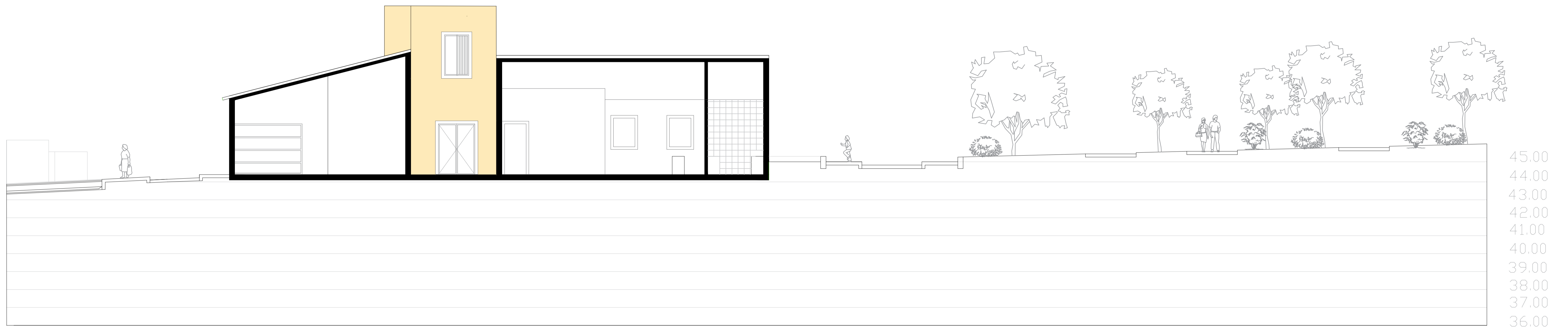
Folha nº 06



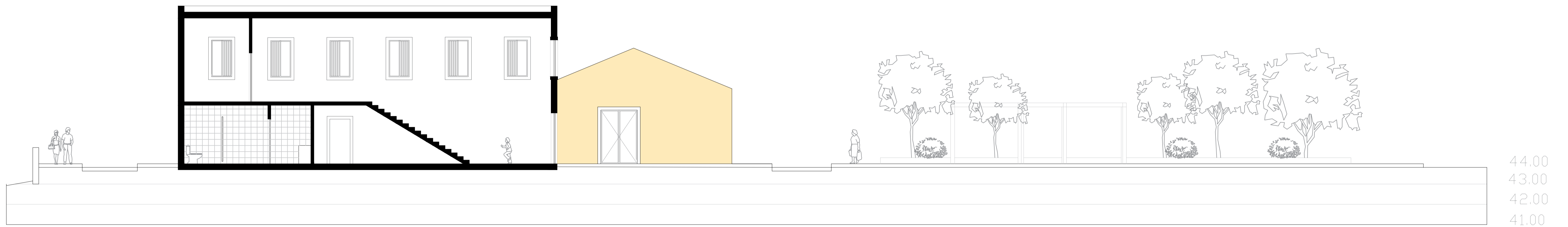
Universidade da Beira Interior

Projeto de intervenção no Bairro do Barruncho

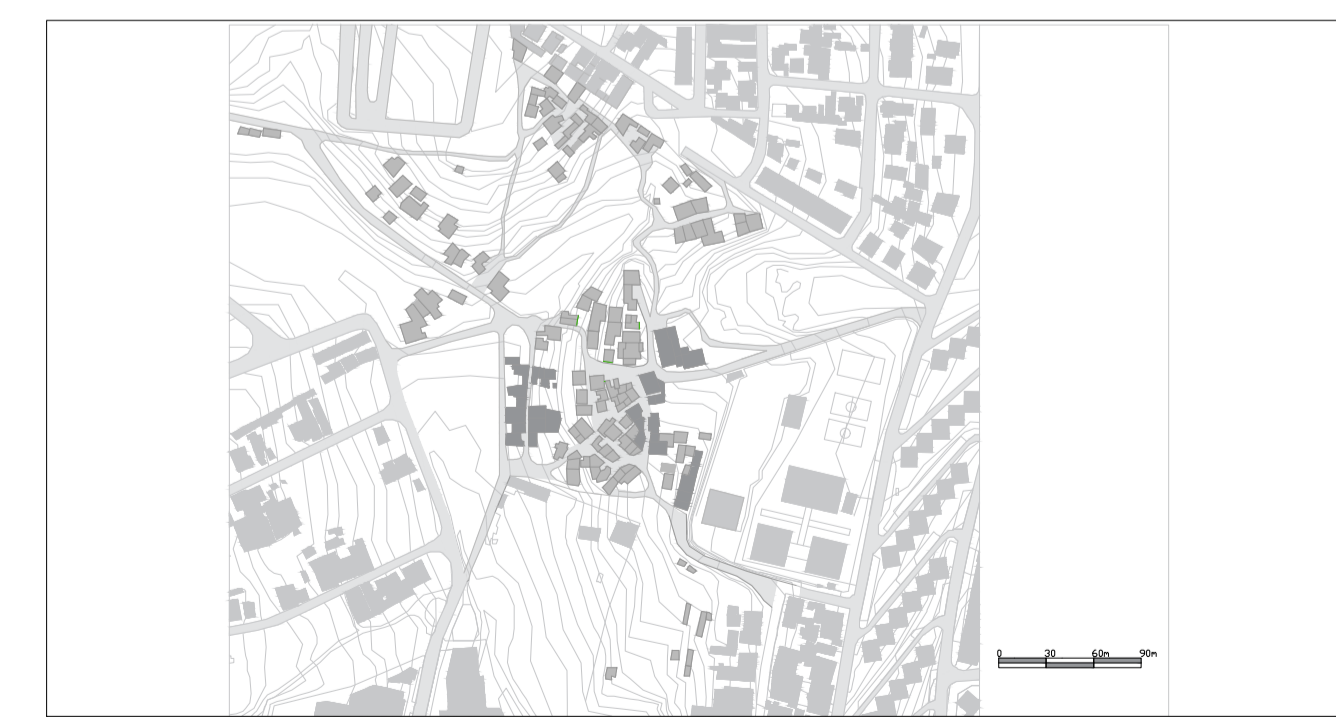
Autor: Jorge Gonzaga 35844
Orientador: Patrícia Santos Pedrosa



Perfil [I-I']

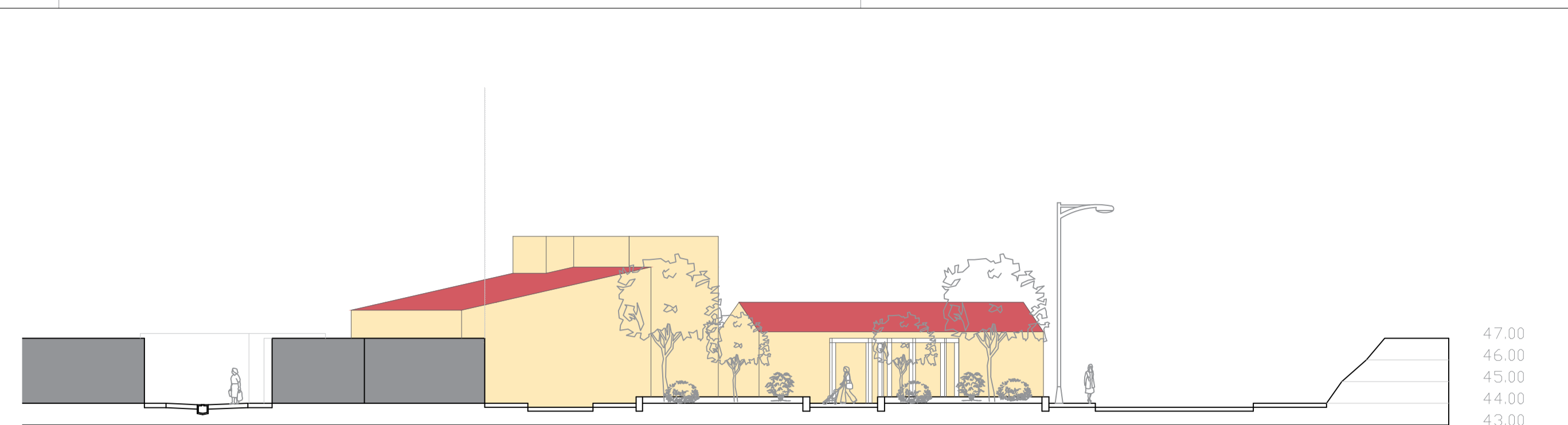


Perfil [H-H']

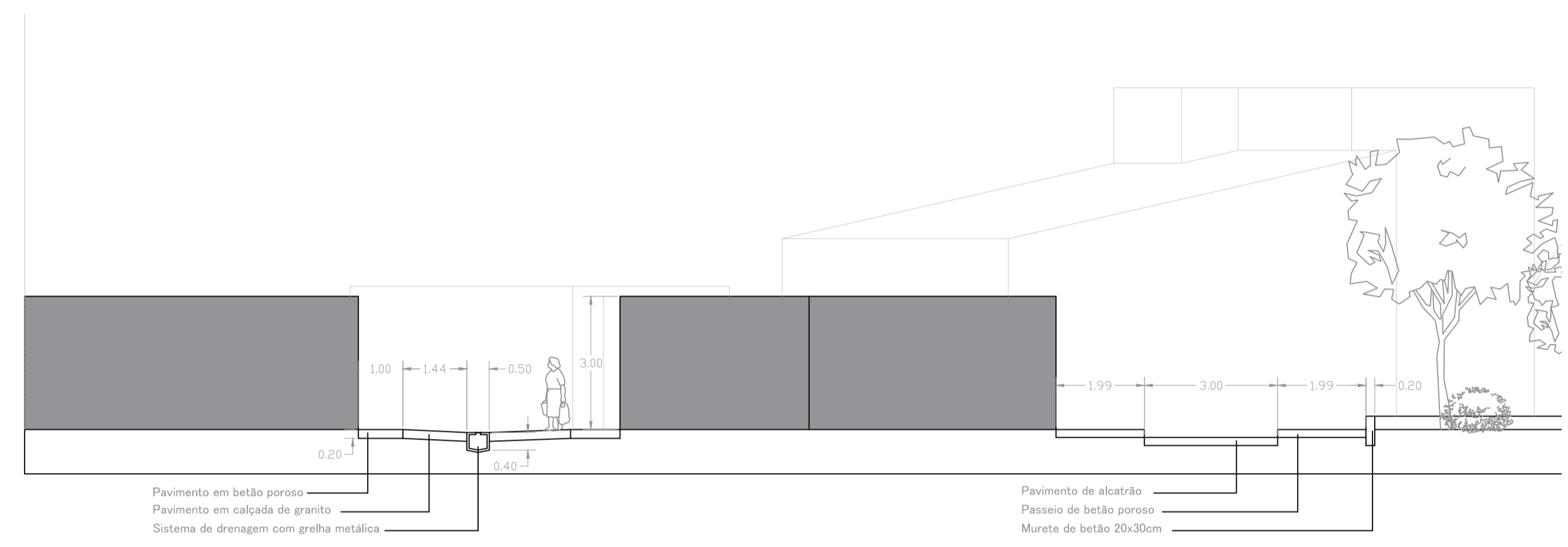




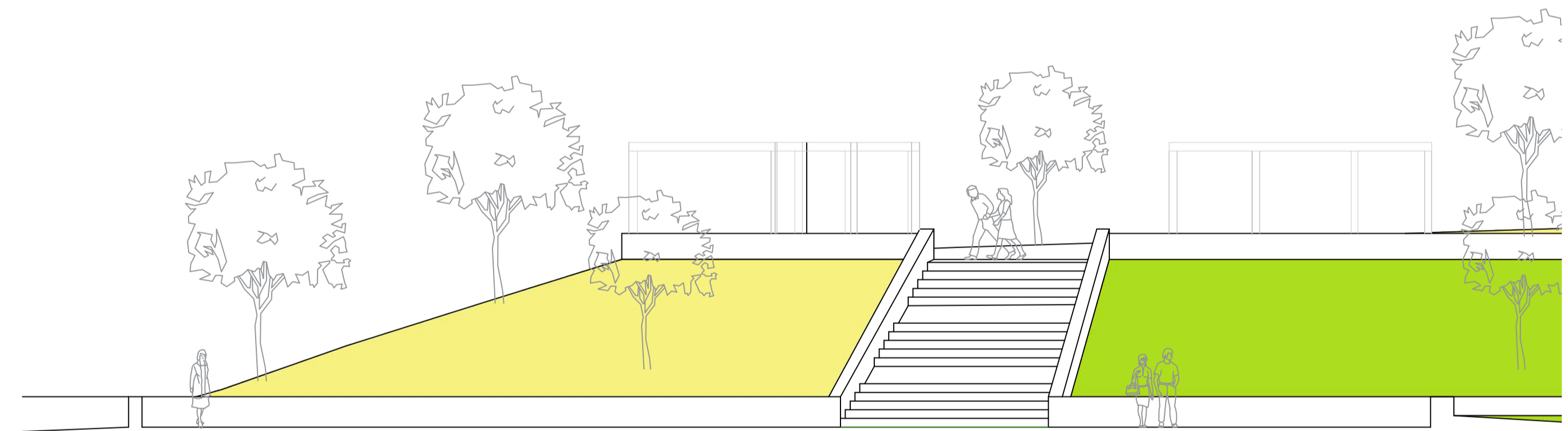
Planta de Implantação Parque Público
Esc: 1.500



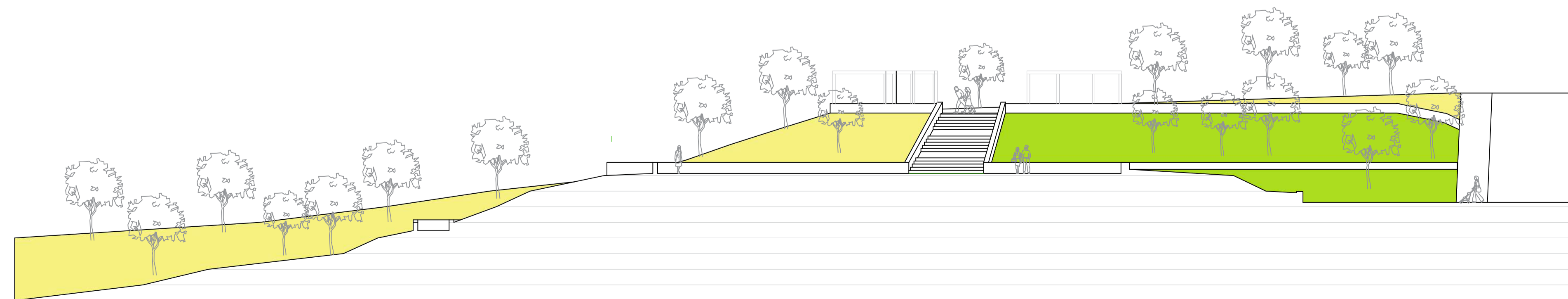
Perfil vista Sul [G-G']
Esc: 1.200



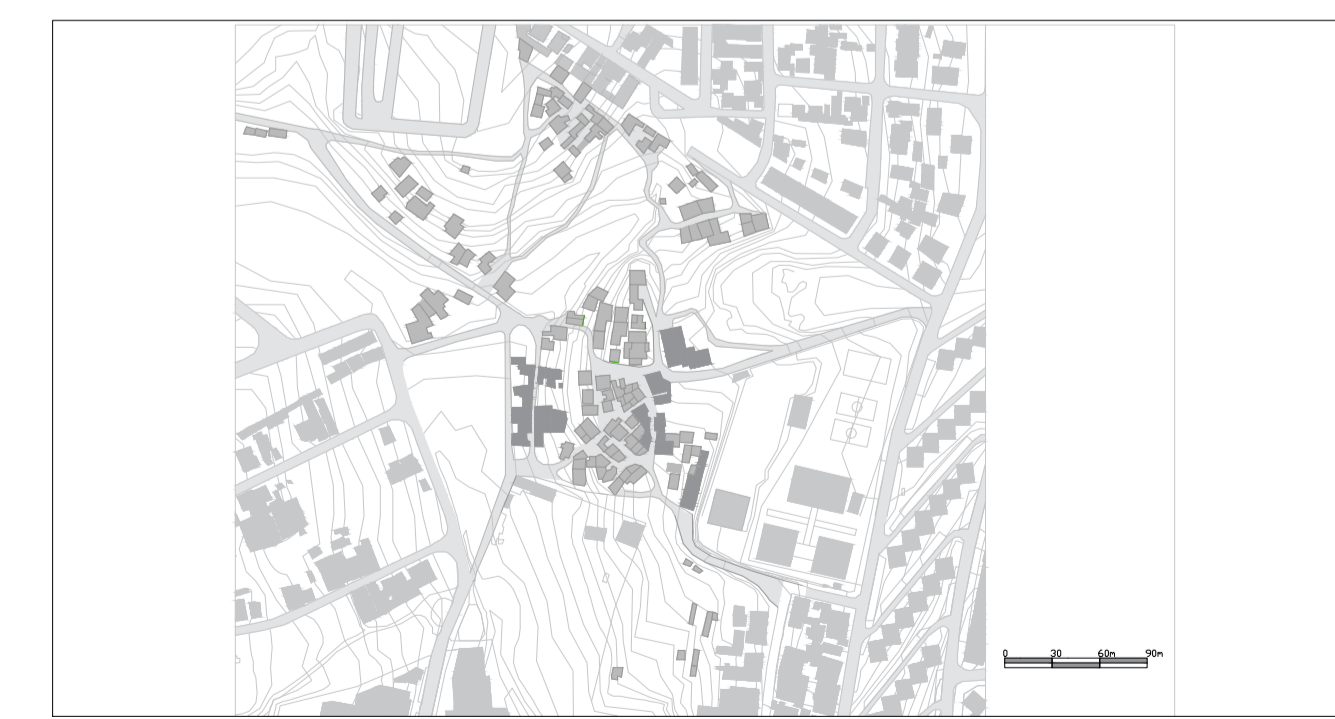
Perfil vista sul [G-G']
Esc: 1.100

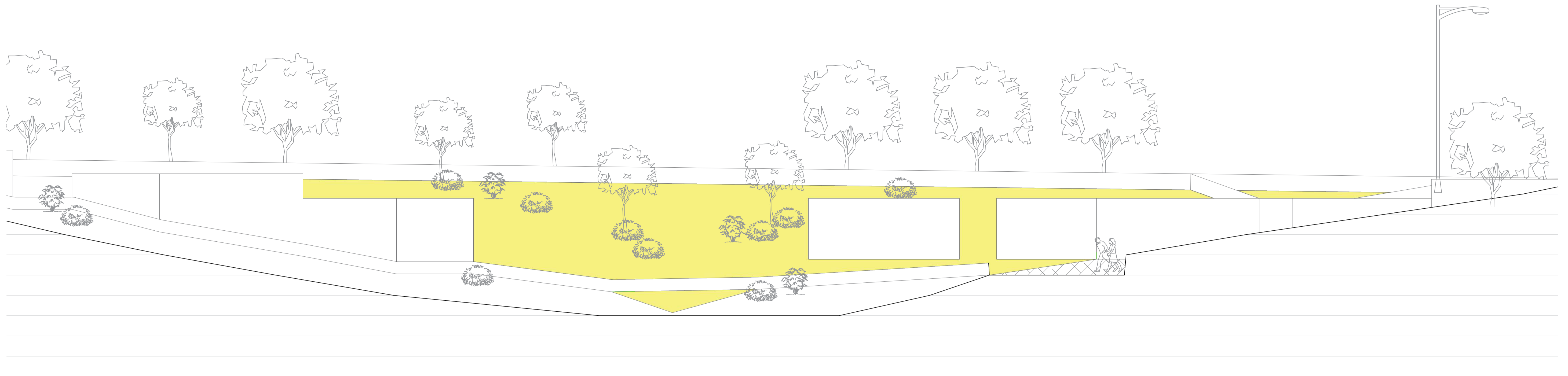


Perfil Parque vista Oeste [F-F']
Esc: 1.100



Perfil Parque vista Oeste [F-F']
Esc: 1.200

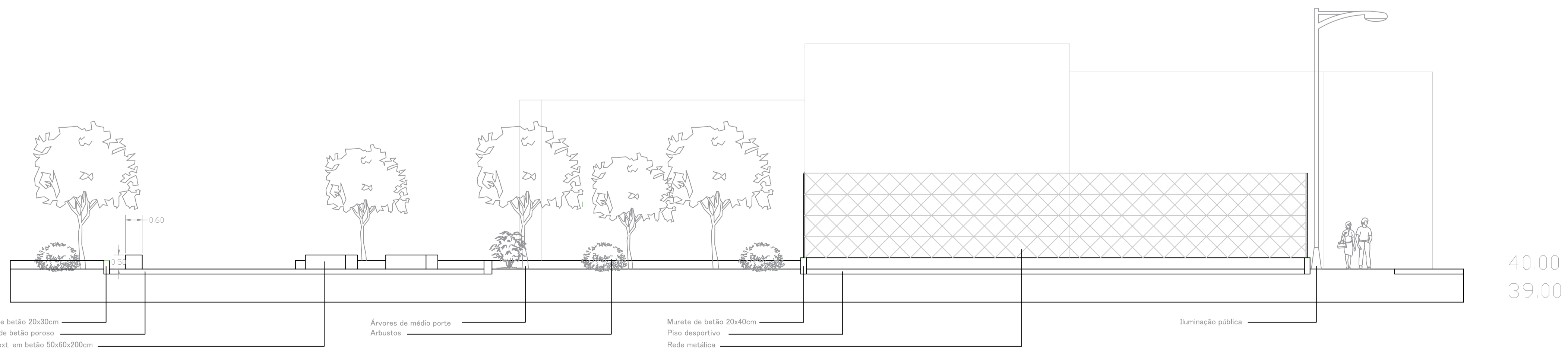




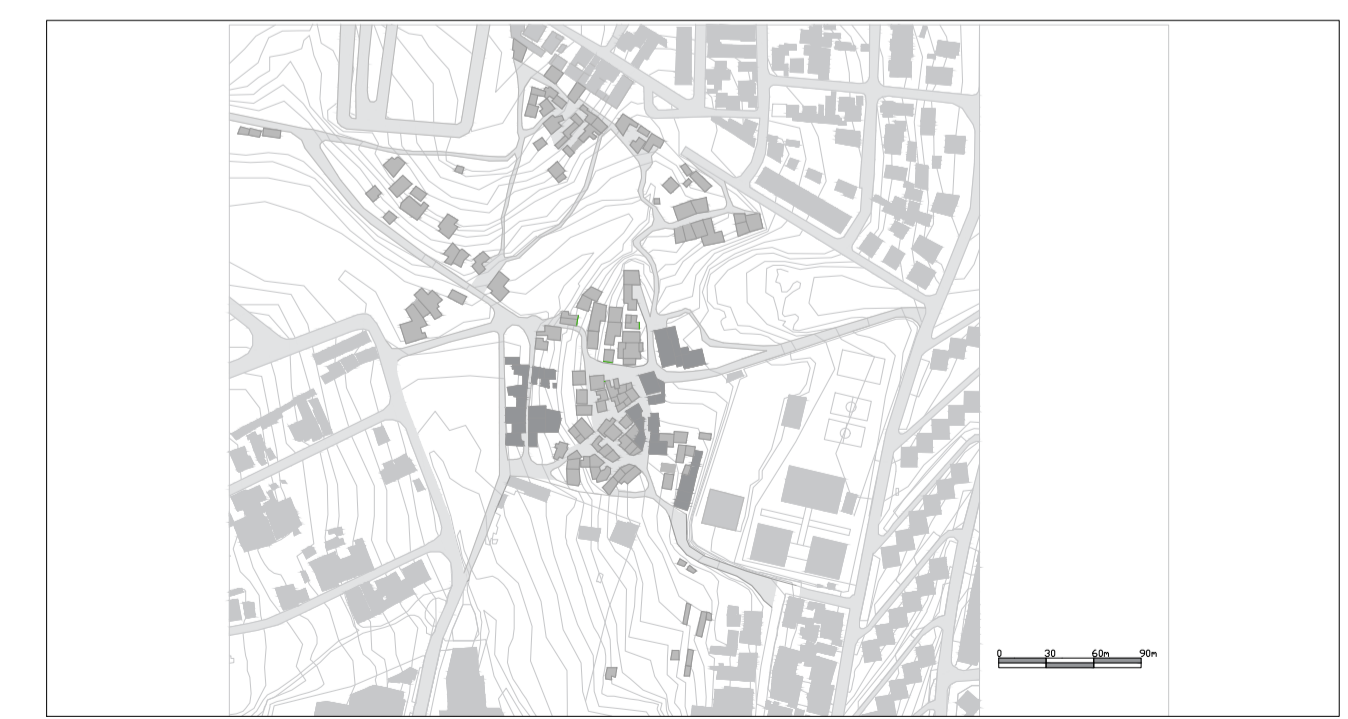
Alçado parcial vista Noroeste [C-C']
1.100



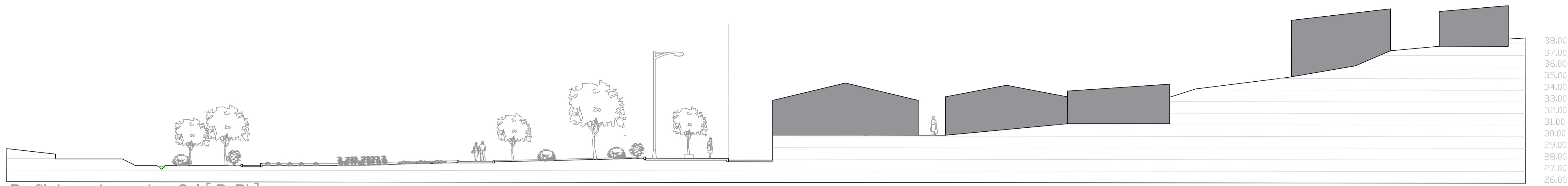
Perfil Parque vista Noroeste [D-D']
Esc: 1.200



Perfil Parque vista Noroeste [D-D']
Esc: 1.100



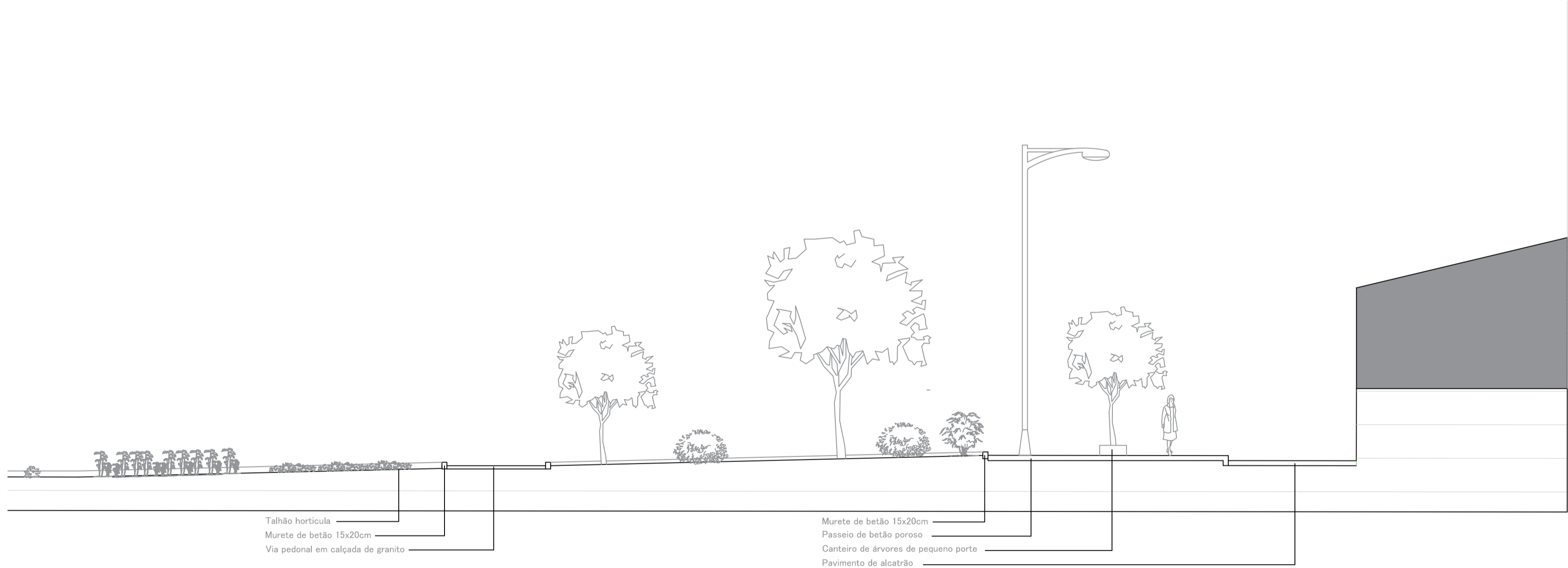
Planta de implantação



Perfil de conjunto vista Sul [B-B']
Esc: 1.200

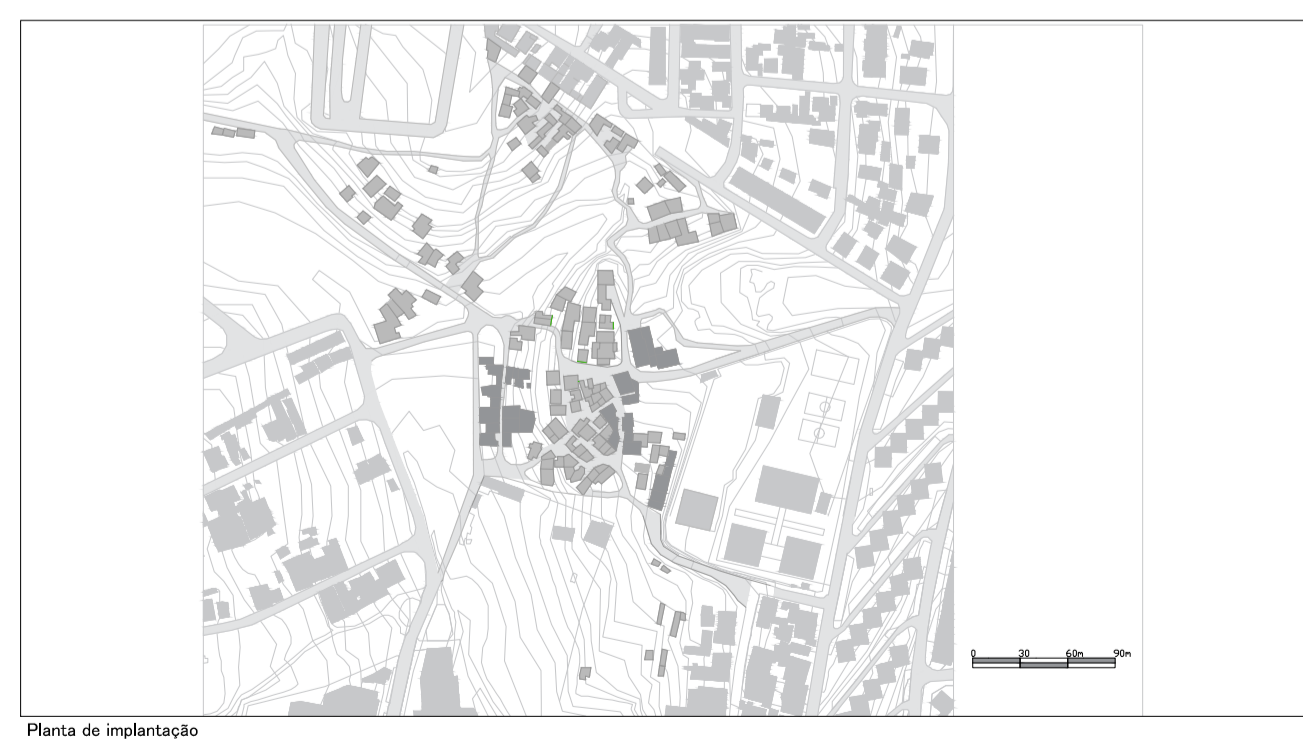


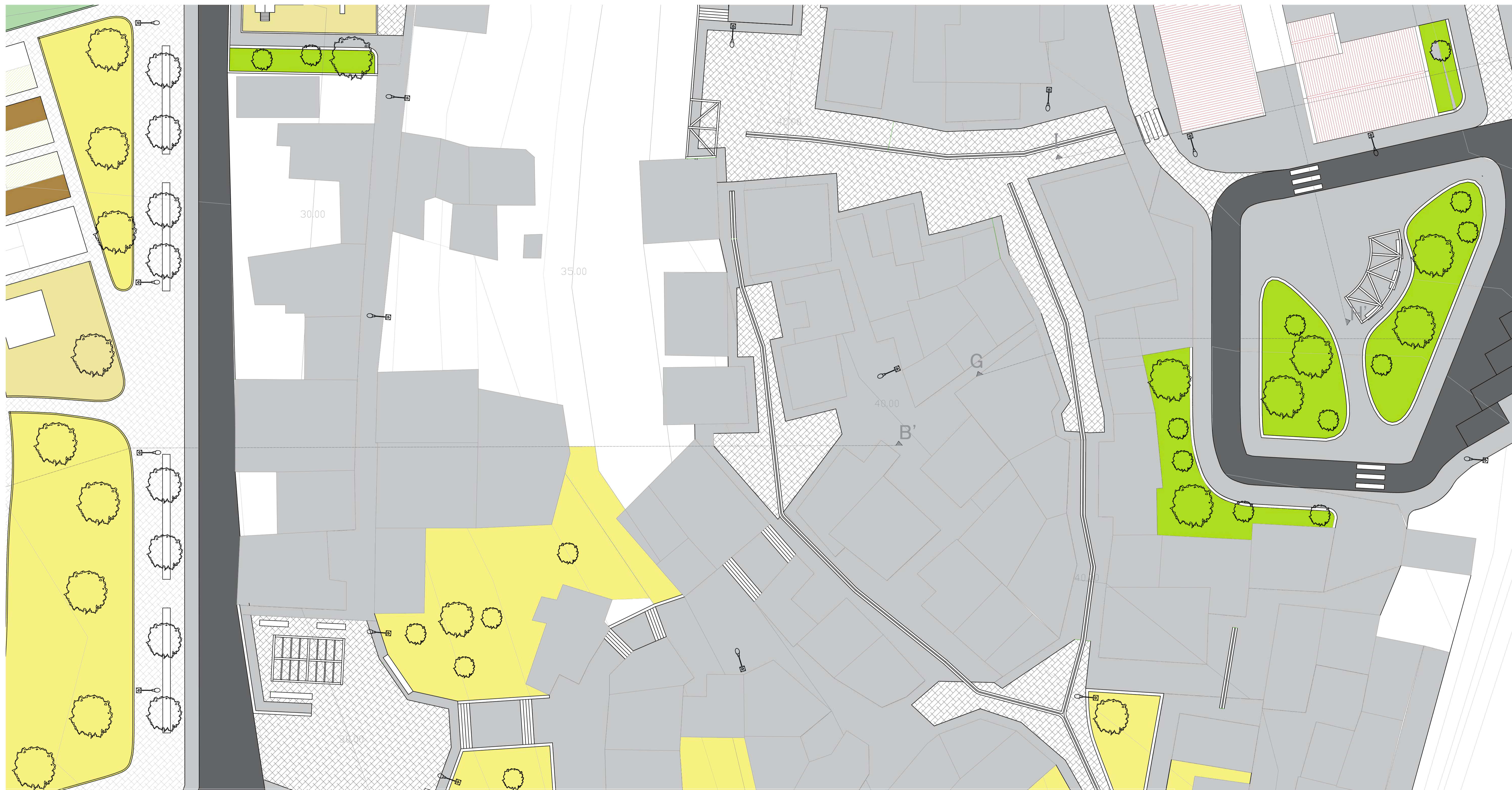
Planta de Implantação
Esc: 1.500



Perfil de conjunto vista Sul [B-B']
Esc: 1.100

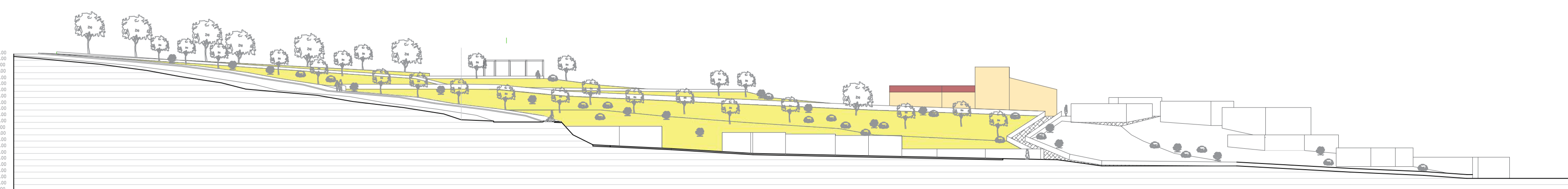
- Talhão hortícola
- Murete de betão 15x20cm
- Via pedonal em calçada de granito
- Murete de betão 15x20cm
- Passeio de betão poroso
- Canteiro de árvores de pequeno porte
- Pavimento de alcatrão





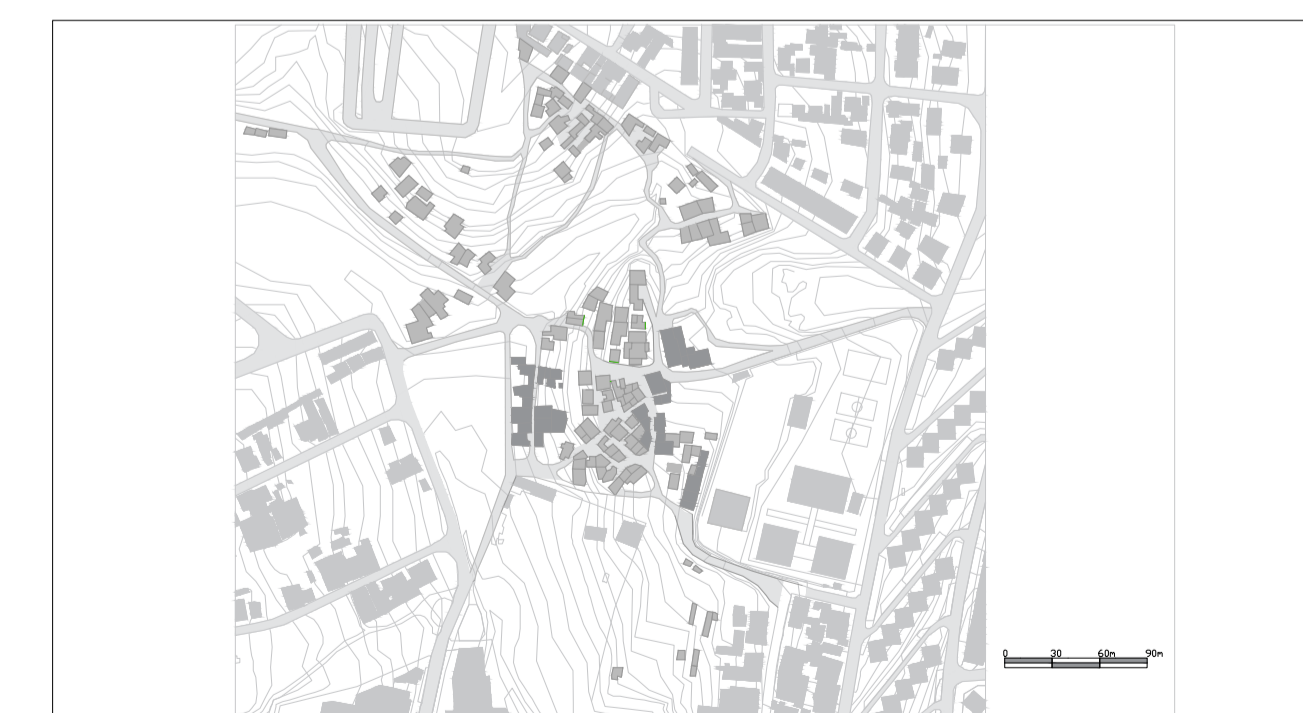
Planta de Implantação

Esc:1.200



Alçado parcial vista Norte [E-E']

Esc:1.500



Planta de implantação

Mestrado Integrado em Arquitetura

Planta e Perfil [Espaço Público]

Escalas: 1.500, 1.200
Projeto Urbano e de Arquitetura

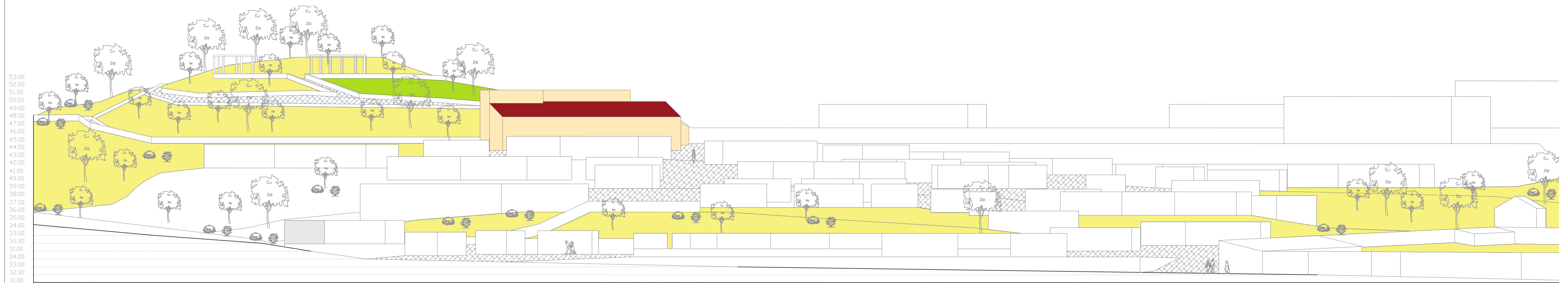
Data: 21-09-2020
DEGA - Arquitetura

Folha nº 11
N

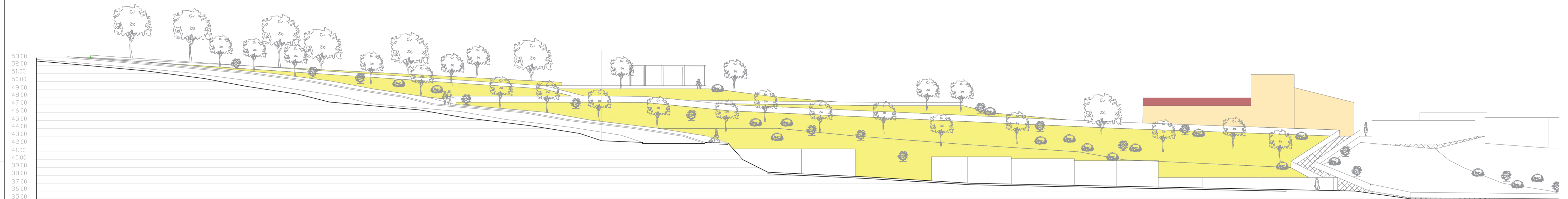
Universidade da Beira Interior

Projeto de intervenção no Bairro do Barruncho

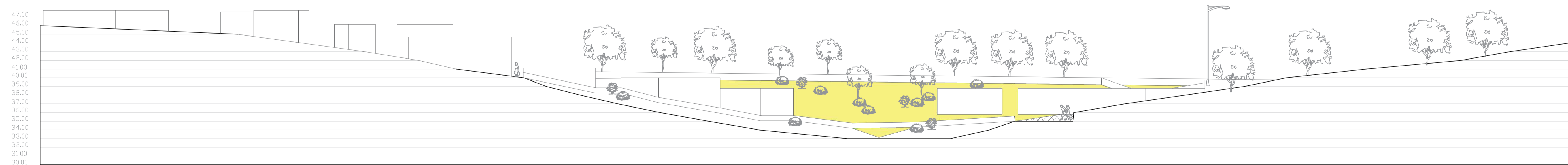
Autor: Jorge Gonzaga 35844
Orientador: Patrícia Santos Pedrosa



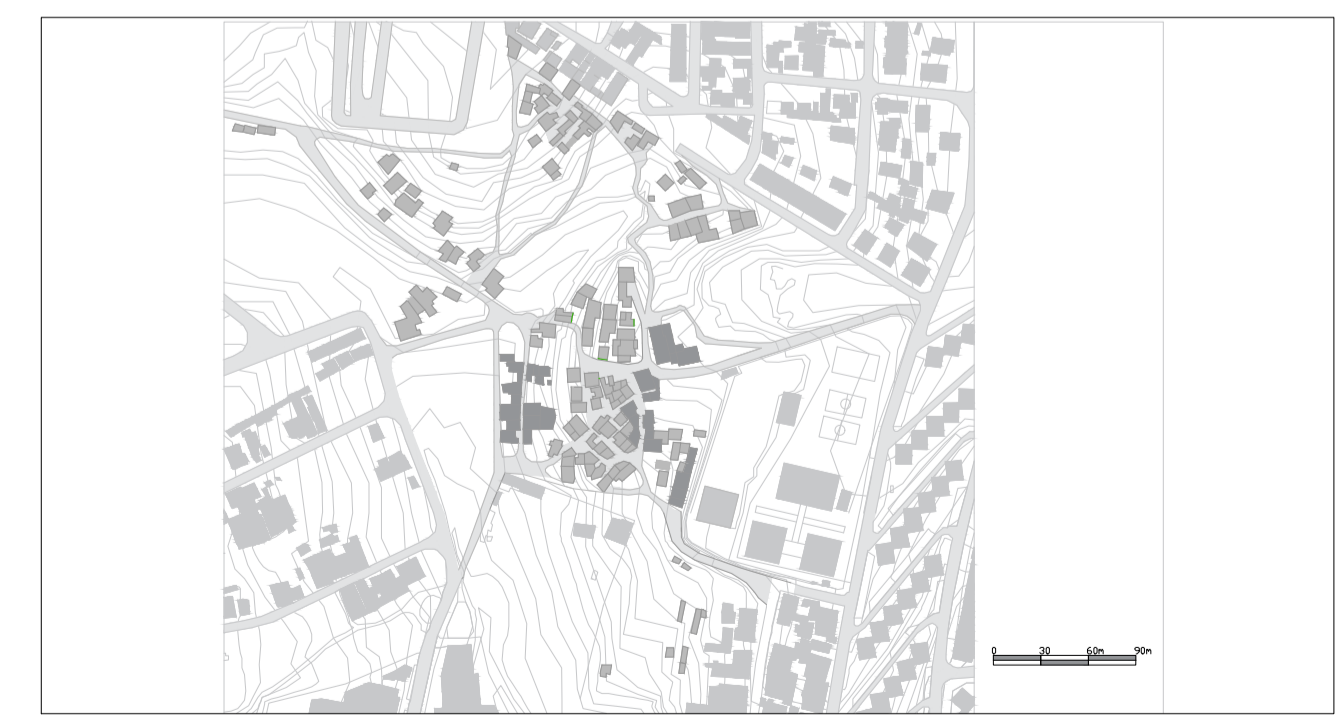
Alçado parcial vista Oeste [A-A']



Alçado parcial vista Norte [E-E']



Alçado parcial vista Noroeste [C-C']



Planta de implantação